

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Juliana Aparecida Cruz Martins

**A EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO DA CLASSE  
TRABALHADORA DA POMICULTURA DE FRAIBURGO SC E  
O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM “CULTIVO DA  
MACIEIRA – JOVEM APRENDIZ COTISTA”**

Dissertação submetida ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Trabalho e Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientadora:  
Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Patrícia Laura Torriglia

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

M386e Martins, Juliana Aparecida Cruz

A educação e a reprodução da classe trabalhadora da pomicultura de Fraiburgo SC e o Programa de Aprendizagem "Cultivo da Macieira-Jovem Aprendiz Cotista" [dissertação] / Juliana Aparecida Cruz Martins ; orientadora, Patrícia Laura Torriglia. - Florianópolis, SC, 2011.

155 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Trabalhadores - Aspectos sociais - Fraiburgo (SC). 3. Maçã - Cultivo - Aspectos sociais. 4. Jovens - Formação profissional. I. Torriglia, Patrícia Laura. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**"A EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DA  
POMICULTURA DE FRAIBURGO SC E O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM  
"CULTIVO DA MACIEIRA - JOVEM APRENDIZ COTISTA"**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso  
de Mestrado em Educação do Centro de  
Ciências da Educação em cumprimento parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 18/11/2011

Dra. Patrícia Laura Torriglia (CED/UFSC-Orientadora)

Dr. Vidalcir Ortigara (UNESC/SC-Examinador)

Dra. Valeska Nahas Guimarães (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Célia Regina Vendramini (CED/UFSC-Suplente)

*Patricia Torriglia*  
*Vidalcir Ortigara*  
*Valeska Nahas Guimarães*

*Profa. Célia Regina Vendramini*  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação/CED/UFSC  
Portaria nº 988/GR/2010

**JULIANA APARECIDA CRUZ MARTINS**

**FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/NOVEMBRO/2011**



Dedico este estudo à classe trabalhadora da pomicultura do município de Fraiburgo SC, que possibilitou esta análise teórica.



## AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimento nos torna suscetíveis a falhas na memória, pois poderemos esquecer de algumas individualidades fundamentais para a produção deste trabalho acadêmico. No entanto, agradecer é necessário, pois um estudo não se concretiza individualmente, mas com a contribuição de muitos sujeitos que adentram a nossa história cotidiana e nos permitem prosseguir os estudos. Dentre essas pessoas, agradeço:

Em especial minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patricia Laura Torriglia, por me possibilitar a aproximação teórica da ontologia crítica mediante a incansável leitura e estudo de Gyorgy Lukács, pela recepção acolhedora quando cheguei à ilha, pelos questionamentos que me levam a superar cada vez mais o conhecimento aparente e motivam a querer estudar sempre.

Aos professores da Linha de Trabalho e Educação, em especial os professores que realizei os Seminários para desenvolver a pesquisa, Paulo Sérgio Tumolo, pelo conhecimento sistemático e profundo das categorias de Marx, Célia Regina Vendramini e Lucidio Bianchetti, que também trouxeram referenciais fundamentais para o entendimento do objeto desta pesquisa. Agradeço a professora Valeska Nahas Guimarães pelas indicações de leituras e de referenciais essenciais para a concretização desta pesquisa.

Aos integrantes do GEPOC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica. As leituras, as discussões, os debates, as conversas, com certeza também foram e são essenciais para minha formação humana.

Aos pais, educandos e educadores da APAFEC – Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular, que desenvolve projetos de educação, priorizando uma educação emancipatória que possibilite uma melhor compreensão da realidade mediante o estudo de referencial marxista. Foi por meio deste espaço, que problematizei as relações de trabalho entre a classe trabalhadora da pomicultura e as agroindústrias, bem como a negligência dos processos de educação dos filhos da classe trabalhadora, possibilitando-me desenvolver a análise teórica desta dissertação.

Agradeço a minha mãe Ivanilde e meu pai Valdemar, trabalhadores desde jovens, que fizeram parte do processo produtivo da maçã. Mas, exceção a toda regra, conseguiram realizar seus objetivos para além deste processo. Fazem parte da história da minha vida, serviram-me de exemplo para não aceitar a realidade, mas buscar a concretização dos meus sonhos.

Agradeço também ao meu companheiro de caminhada Vilmar, pelo incentivo e apoio no desenvolvimento de minha trajetória de estudos, leituras e releituras, por seus questionamentos instigantes e profundos, fundamentais para compreender o objeto deste estudo.

Agradeço as minhas irmãs Mirian e Ester pela amizade e companheirismo, por acreditarem em mim e juntas buscarmos dias melhores a partir da análise crítica, da arte e do cuidado.

Agradeço a todos meus amigos e amigas, individualidades que fizeram parte de minha vida, chegaram, ficaram ou partiram, mas deixaram algo de si, uma palavra de apoio, uma companhia, um sorriso, um momento de distração, um exemplo de vida.



... pensar e saber aquilo que é realmente existente, de onde vem, para onde vai... conduz os homens para sua verdadeira generidade, que supera a mudez animal, não só na forma, mas também no conteúdo.

Gyorgy Lukács - Prolegômenos para uma ontologia do ser social, 2010.



## RESUMO

Este estudo tem como base a sociabilidade capitalista que se configura historicamente em duas classes: a capitalista e a trabalhadora. Neste contexto interessa conhecer de que forma acontece a reprodução social da classe trabalhadora da pomicultura do município de Fraiburgo - Santa Catarina e como o complexo educativo, em especial o Programa de Aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” participa, influi e determina com outros complexos tal reprodução. A perspectiva teórico-metodológica adotada neste estudo está fundamentada no referencial marxista, em específico a ontologia crítica, que permite entre outros aspectos uma apropriação do real por meio do pensamento, ao mesmo tempo em que fundamenta a compreensão das relações sociais reais. A pesquisa consiste primeiramente em uma análise histórica a respeito do desenvolvimento processual da região em que se constituem as relações entre classe trabalhadora da pomicultura e as agroindústrias, articulando sua singularidade com a totalidade social. Para melhor compreender essa relação foram utilizadas as categorias força de trabalho, processo de trabalho e valorização do capital, estudadas por Marx em *O capital*. Mediante um preliminar entendimento destas categorias, fez-se uma análise reflexiva da constituição do processo produtivo da maçã, seu desenvolvimento no modelo de produção capitalista e suas consequências para a classe trabalhadora. Por intermédio da ontologia crítica estudou-se o processo de reprodução social e suas tendências mediante o desenvolvimento da categoria trabalho. Sendo assim, fez-se necessário a compreensão da categoria do conhecimento com caráter *post festum*, como uma das possibilidades para o ser humano desvelar as contradições impostas pela sociabilidade capitalista, para pensar linhas analíticas e ações que nos aproximem de uma futura transformação dessa sociedade. Posteriormente, desenvolvemos uma compreensão sobre o processo produtivo na sociabilidade capitalista e sua interlocução com os processos de educação, como também a relação com a intensificação da exploração da força de trabalho. Mediante esta preliminar compreensão crítica dos processos de educação na sociabilidade capitalista, fez-se uma análise teórica reflexiva do objeto de estudo: a lei de aprendizagem e o ser jovem aprendiz da macieira.

**Palavras-chave:** classe trabalhadora – reprodução social - processos de educação



## ABSTRACT

This study is based on capitalist sociability configures itself historically in two classes: the capitalist and the worker. In this context are interested to know what happens to the working-class social reproduction of pomicultura in the city of Fraiburgo-Santa Catarina and how the educational complex, in particular the “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” a shareholder participates, influences and determines from other complex such reproduction. The theoretical-methodological perspective adopted for this study is based on the Marxist referential, in specific ontology that allows among other things a real ownership through thought, at the same time that underlies the understanding of real social relations. The research consists primarily in a historical analysis about the procedural development of the region are the relationships between working class of pomicultura and the agribusiness, articulating your uniqueness with the social whole. To better understand this relationship categories were used, workforce and worker process capital appreciation, studied by Marx in *The capital*. Through a preliminary understanding of these categories, was a reflective analysis of the Constitution of the productive process of Apple, its development in capitalist production model and its consequences for the working class. Through the critical ontology studied the process of social reproduction and their tendencies by developing work category. Thus, it was necessary for the understanding of knowledge category with character *post festum*, as one of the possibilities for humans unveiling through the knowledge the contradictions imposed by capitalist sociality, to think analytical lines and actions that in closer to a future transformation of society. Later, we have developed an understanding of the productive process in sociability and its interaction with the capitalist processes of education, as well as the relationship with the intensification of exploitation of the work force. Through this preliminary critical understanding of the processes of education in capitalist sociality, made a theoretical analysis of reflective object of study: law of learning and be young apprentice of the apple tree.

**Keywords:** working class – social reproduction - education processes



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina  
ABPM - Associação Brasileira de Produtores de Maçã.  
BDE - Banco do Desenvolvimento do Estado.  
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CPPP - Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade  
EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A.  
EPAGRI - Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MET - Ministério do Trabalho  
PIM - Produção Integrada de Maçã.  
PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento  
PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>I. CONTEXTO HISTÓRICO: GÊNESE DA CLASSE TRABALHADORA DA POMICULTURA DE FRAIBURGO SC</b> .....	<b>31</b>
1.1 DOS ABORÍGENES AO FIM DO CICLO MADEIREIRO .....	31
1.2 A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO.....	38
1.2.1 A cadeia produtiva da maçã .....	43
1.3 CLASSE TRABALHADORA E O PROCESSO PRODUTIVO DA MAÇÃ NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO SC .....	46
1.3.1 A força de trabalho, processo de trabalho e processo de valorização do capital.....	47
1.3.2 O desenvolvimento processual das categorias que permitem a intensificação da exploração da força de trabalho .....	49
1.3.3 O processo de produção da maçã e a classe trabalhadora da pomicultura .....	57
1.3.4 As transformações no processo produtivo de maçã e a mediação do programa de aprendizagem.....	61
<b>II. O TRABALHO E AS MEDIAÇÕES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>69</b>
2.1 O ENTENDIMENTO DA CATEGORIA TRABALHO ENQUANTO FUNDANTE DO SER SOCIAL .....	69
2.1.1 Produção e reprodução do ser social e o problema histórico da sociabilidade capitalista .....	74
2.1.2 O processo de constituição do mercado mundial e a complexificação da reprodução social: da individualidade à generidade .....	78
2.1.3 Conhecimento como mediação para a reprodução da sociedade.....	84
2.2 O SER SOCIAL, A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E O SER JOVEM APRENDIZ DA MACIEIRA .....	91

<b>III. A SOCIABILIDADE CAPITALISTA, A LEI DE APRENDIZAGEM E O SER JOVEM APRENDIZ DA MACIEIRA</b> .....	<b>103</b>
3.1 A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL AO LONGO DOS TEMPOS .....	103
3.2. A ESPECIFICIDADE DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM LEI 10.097/2000 .....	109
<b>3.2.1 Apresentação e análise do Programa de aprendizagem Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista (2009/2010).</b>	<b>114</b>
3.3 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO .....	125
<b>3.3.1 Banco Mundial: conhecimento e inovação para a competitividade</b> .....	<b>132</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>149</b>

## INTRODUÇÃO

A história da constituição do ser como ser social e das complexas relações inter-humanas é o mundo real e concreto no qual existimos. No processo histórico do ser social materializam-se diferentes formas de conceber o processo de produção e reprodução da vida. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais altera e modifica o fluxo da história mostrando nesse processo o momento histórico específico. O ser social “[...] é uma unidade de continuidade e rupturas: de contínuas rupturas, de permanências históricas e o complexo educativo, junto a outros, é o responsável por sua reprodução” (TORRIGLIA, 1999, p. 12).

As sociedades constroem-se de formas complexas e diferenciadas, este estudo tem como base a sociedade capitalista que se configura historicamente em duas classes: a capitalista e a trabalhadora. De um lado, a classe capitalista é hegemônica por ser proprietária dos meios de produção e de outro, a classe trabalhadora de posse somente da força de trabalho. Nesta relação social a classe trabalhadora vende a força de trabalho para usufruir de mínimas condições necessárias para a subsistência como também a sua reprodução. Nesse processo de reprodução a educação se configura como um complexo parcial de vital importância.

A partir desta premissa interessa conhecer como acontece a reprodução da classe trabalhadora, em especial conhecer como o complexo educativo participa, influi e determina – junto de outros complexos - a reprodução dessa classe. Sendo assim, torna-se importante analisar a reprodução da classe trabalhadora da pomicultura do Município de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina e, mediante a compreensão deste desenvolvimento processual, analisar os processos de educação propostos para a formação destes trabalhadores, em especial o Programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”, estabelecido pela lei nº. 10.097/2000, que visa à formação profissional de adolescentes e jovens para a produção de maçã.

Por intermédio do conhecimento do desenvolvimento processual da sociabilidade capitalista é possível compreender como acontece a formação significativa da classe trabalhadora da pomicultura no município de Fraiburgo SC, que teve sua origem após a exploração da mata nativa e a implantação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT). A partir dele a produção de maçãs destacou-se como principal atividade econômica do município e efetivou-se sob o

comando de cinco agroindústrias: Fischer, Agropel, Renar, Pomifrai e Agrícola Fraiburgo.

O movimento histórico ocasionado pelas relações de produção capitalista, com avanços tecnológicos e reestruturação na organização do trabalho, como também a necessidade de formação e profissionalização dos trabalhadores para acompanhar as exigências do mercado, interferem diretamente no desenvolvimento das forças produtivas em geral e especificamente nas forças produtivas da pomicultura. Dessa forma, o Programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” é um dos elementos de profissionalização de jovens que se integra ao processo produtivo das agroindústrias.

A inserção de força de trabalho infantil e feminina acontece na sociabilidade capitalista desde suas primeiras configurações, porém, intensifica-se com a Revolução Industrial. Na medida em que acontece o desenvolvimento dos processos produtivos, a exploração de tal força de trabalho tornou-se mais complexa e intensa, como também assumiu novo caráter, mediante leis que proíbem o trabalho infantil, a não ser em sua condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade. Neste contexto, levantamos o seguinte questionamento, a categoria jovem aprendiz não estaria supondo, de um lado, o interesse pela aprendizagem do jovem, que é “socialmente” necessária para o desenvolvimento de uma força de trabalho útil, e de outro lado, permitindo que trabalhem, mas não se enquadrem na proibição do trabalho infantil?

No caso brasileiro, a “Consolidação das leis do Trabalho” (CLT) no capítulo IV Art. 403 destaca a proibição do trabalho a menores, o “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA) sob a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, proíbe todo e qualquer trabalho para menores de quatorze anos, porém a lei 10.097/2000 regulariza a aprendizagem e o decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 regulariza a contratação dos adolescentes e jovens. Desta forma, as empresas devem realizar a contratação de aprendizes.

O Estado e a classe capitalista articulam-se de forma a possibilitar que, ao mesmo tempo em que o Estado, responsável pela manutenção da escola, garante certos conhecimentos para a formação e a constituição da força de trabalho, também legalize os programas de aprendizagem que complementam esta formação e prematuramente inserem no processo produtivo os adolescentes e jovens.

Os órgãos do Estado constituem e reforçam a hierarquização ocupacional, regulamentando as diferenças entre as distintas forças de trabalho, determinam os requisitos, inclusive os educacionais para o

desempenho da função, atribuições, níveis salariais de determinado indivíduo. Desta maneira, a classe capitalista mostra-se altamente corporativa, regulando sob este princípio a hierarquização do trabalhador, por sua vez a educação é um complexo que acompanha esta regulamentação, sendo “de grande significado político, por ser considerado de cunho objetivo e político” (MACHADO, 1991, p. 28).

Nesse contexto, no ano de 2006 as agroindústrias produtoras de maçãs iniciaram o Programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”, sendo que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Sindicato dos Produtores de Maçãs do Município de Fraiburgo SC, são responsáveis pela aprendizagem dos jovens e adolescentes.

Dentro desta conjuntura, interessa conhecer como o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” favorece e expressa a reprodução da classe trabalhadora da pomicultura. Na sociedade em que todas as esferas do ser social estão direcionadas para a produção desigual da vida, como desvelar os conhecimentos elaborados pelo programa de aprendizagem para adolescentes e jovens? Sabendo que o Estado mantém-se por intermédio da relação de preservação da propriedade privada e do trabalho alienado, como compreender as políticas elaboradas pelo mesmo e direcionadas para os adolescentes e jovens que estão submetidos a esta ordem? Para que aconteça a reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista, são necessárias certas estratégias, seja para implantação de novas tecnologias, seja para manter o trabalhador atrelado à produção, como entender o programa de aprendizagem diante desta relação?

A partir do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é o de compreender as relações entre trabalho e educação, em específico a reprodução da classe trabalhadora da produção de maçã e o processo de educação desenvolvido pelo programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”. Para realizar um aprofundamento de análise teórica, esta pesquisa propõe os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o movimento histórico da constituição da classe trabalhadora da pomicultura de Fraiburgo SC e sua relação com a totalidade da classe trabalhadora;
- Caracterizar a categoria trabalho, enquanto fundante do ser social e suas mediações para a reprodução social;

- Formular uma análise teórica crítica da reprodução da sociabilidade capitalista e os processos de educação, em específico o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”.

Para subsidiar o estudo e a análise do objeto desta pesquisa realizamos aprofundamentos em livros, teses, pesquisas, dissertações e artigos que investigam a relação entre o trabalho e a educação. Já para a análise teórica mais focada no objeto, utilizamos algumas obras de Marx e Lukács, definidas ao longo do movimento de compreensão deste estudo e que se encontram nas referências bibliográficas dessa dissertação. Esta sistematização auxiliou tanto na compreensão empírica quanto teórica do objeto de estudo, como também suas articulações entre o singular, suas particularidades e a totalidade social<sup>1</sup>.

Para fundamentar a constituição da lei de aprendizagem, suas intenções e propostas, primeiramente, analisamos alguns relatórios elaborados pelo Banco Mundial a partir de uma pesquisa realizada no Brasil entre novembro de 2006 e abril de 2007, que propõe as transformações nos processos de educação nos países em desenvolvimento de acordo com as necessidades do processo produtivo do capital. Em seguida, consideramos o documento que fundamenta o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” (Anexo 01).

A perspectiva teórica-metodológica adotada para este estudo, que objetiva compreender como se apresenta e se configura a relação entre o trabalho na produção de maçã e o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”, é da ontologia crítica, baseada no referencial marxista.

Na medida em que o estudo se desenvolveu alguns critérios foram configurando-se e algumas prioridades sendo dadas ao processo de compreensão do objeto de pesquisa. Desta forma, a pesquisa que outrora teria como uma das bases, entrevistas que seriam realizadas com o jovem aprendiz da macieira, configurou-se em uma análise teórica deste ser jovem aprendiz da macieira mediante o documento que organiza o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”. Esta opção permitiu desvelar o meramente aparente, por meio da compreensão da ontologia marxista.

---

<sup>1</sup> A categoria de totalidade significa portanto, de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1979, p. 240)

Deste modo é importante salientar que para realizar uma análise teórica que possibilite uma compreensão coerente do objeto em análise, o pesquisador deve ter clara sua fundamentação teórica. A consistência na escolha do referencial teórico possibilita elaborar questionamentos e uma atitude crítica diante do objeto de pesquisa, que permite desnudar a lógica do discurso dominante e compreender não apenas naquilo que condiz a sua aparência, concreticidade imediata, mas também sua essência e desta forma entender os nexos e as conexões do fenômeno.

De acordo com Moraes (2007), entender o complexo essência e aparência, demanda recursos de um realismo crítico e científico, pois concebe o mundo como uma totalidade estruturada, diferenciada e em mudança. Só compreendemos o mundo social se identificamos as estruturas em funcionamento que geram os eventos, as aparências ou os discursos, sendo esta tarefa primordial para o pesquisador.

Conforme Lukács (2010), os problemas gerais do ser social devem ser analisados quando se pretende desvendar a essência e a especificidade do ser. A constituição ontológica do ser do homem é o papel da ontologia na história e no presente do pensamento humano. Para apreender o ser social, devemos partir da imediatidade da vida cotidiana, simultâneo a isto é indispensável conhecer e compreender os meios de domínio intelectual que nos levem além desta imediatividade. O autor afirma que muitas teorias abordam erroneamente o problema do ser social, ao atender certas necessidades ideológicas não permite que os homens percebam que um momento de sua vida social deve ser considerado como existente ou meramente aparente.

A partir de uma abordagem ontológica marxista é questionável o que apresentam determinadas teorias e especialmente as que apoiam, legitimam as políticas econômicas do sistema capitalista gerando uma crescente degradação da vida humana. Toda teoria traz consequência, diz Moraes (2007), assim pode favorecer a emancipação humana como permitir a permanência da dominação hegemônica. Nessa mesma linha de pensamento Moraes (2000) acrescenta que o objeto de pesquisa é um objeto real e sua compreensão não é apenas intelectual, porém no decorrer do processo a ação prática torna o objeto compreensível ou incompreensível. Sendo que, é na práxis, no trabalho, mediante a relação sujeito e objeto, que Marx encontra a forma que possibilita o conhecimento.

Desta forma, por meio do estudo baseado na ontologia marxista, é possível pensar uma teoria emancipatória que torna as práticas humanas compreensíveis e facilita a crítica ao conservadorismo político. “A questão sobre “o que é” – a questão do ser – tornou-se cada vez mais

presente quando se pergunta sobre “o como” conhecer” (MORAES, 2009, p. 595).

No processo histórico são elaboradas distintas categorias para explicar a realidade social. As categorias estão nesse processo e expressam o movimento do real, por isso com um enfoque abstrato elas não conseguem estabelecer qualquer nexos com a realidade. Lukács (1978) lembra que “as abstrações mais gerais surgem somente quando se dá um mais rico desenvolvimento do concreto, quando uma característica revela-se comum a um grande número, a uma totalidade de fenômenos” (LUKÁCS, 1978, p. 88). A ciência em sua complexidade extrai da própria realidade sua estrutura que permite abarcar o processo de maneira universal, mas sempre retorna aos fatos singulares (cotidianos) da vida.

O cotidiano, entendido como a vida do homem incluindo todos os aspectos da sua individualidade, suas capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, ideias, ideologias, não é eterno e transforma-se em função das diferentes estruturas econômicas e sociais (HELLER, 1972).

Conforme Lukács (2010, p. 272),

O desenvolvimento das forças produtivas, a crescente divisão do trabalho, a gradativa socialização da vida social etc. atuam todos numa direção, isto é, de fazer recuar sempre mais a esfera apenas imediata de experiências da práxis cotidiana.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, a sociedade apresenta-se “como um amontoado de coisas mortas e de relações entre objetos, em lugar de nele refletir como é, ou seja, como a reprodução ininterrupta e incessantemente cambiante de relações humanas”. (LUKÁCS, 1979, p. 29). Todo conjunto material, aparece como algo natural, necessário e imutável, deixa desaparecer a ação social e histórica dos homens, “oculta, portanto, a realidade concreta” (KOSIK *apud* MORAES, 2000, p. 27).

Neste movimento de busca pela compreensão da realidade, a fragmentação de conceitos e categorias é perceptível, categorias outrora fortemente defendidas como luta de classes, classe trabalhadora, totalidade social, conhecimento objetivo são facilmente substituídas por categorias que levam ao imobilismo social tais como diversidade, gênero, empreendedorismo, vivências, etc. Este processo de



modificação de conceitos e categorias tem acompanhado todo o movimento do desenvolvimento processual do sistema capitalista, devido suas complexificações necessitam envolver todas as esferas da vida social para atender seus interesses e resolver suas contradições.

Na análise do fenômeno social mediante a ontologia crítica toda objetividade é histórica como produto e como produtora, o presente é uma transição do passado para o futuro, “só em Marx a história adquire um significado objetivamente mais adequado à realidade, como forma-base fundante de todo o ser” (LUKÁCS, 2010, p. 279). Porém, o que se percebe é que a ciência da história tornou-se cada vez mais “exata” em suas intenções “para tornar o processo histórico real (mesmo no mais limitado sentido metodológico) um ponto de apoio ideológico para a conservação do meramente existente” (LUKÁCS, 2010, p. 280-281).

Com a necessidade e a possibilidade de desvelar o meramente existente, torna-se fundamental a inserção de perguntas como O que, Por que, Como, conhecer, pois para intervir na realidade, o ser social precisa fazer uma constante leitura da realidade, um profundo esforço de apropriação do real por meio do pensamento, que permita e fundamente a compreensão das relações sociais. Afirma Moraes (2009, p. 601) que o conhecimento possibilita concretizar escolhas mais adequadas das ações cotidianas, “somente com o conhecimento dos mecanismos, dos nexos causais, é possível a efetivação da finalidade”.

Os seres humanos estão inseridos em uma realidade com múltiplas alternativas e contínuos atos de decisão para realização de seus fins e a partir do ato elementar do trabalho, a vida social fundamenta-se em uma rede de objetivações cada vez mais complexa tornando as relações entre os seres humanos cada vez mais articuladas. Ao contrário dos animais, que possuem a consciência limitada ao âmbito da reprodução biológica, nos seres humanos mediante o trabalho “a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente”, “sempre está circunscrita a um contexto e um momento determinado” (LUKÁCS *apud* TORRIGLIA, 1999).

De acordo com Torriglia (1999), o ser social, ao reproduzir-se a si mesmo, se torna cada vez mais social integrando os seres humanos cada vez mais em um nível genérico. Nesta perspectiva entende-se que o trabalho, a educação e a classe trabalhadora são históricos e constituem-se no transcorrer do processo histórico. Portanto, a história da constituição do ser como ser social e das complexas relações inter-humanas é o mundo real e concreto no qual existimos.

A constituição do processo de trabalho fundamenta o desenvolvimento do ser social, as mediações que surgem a partir dessa

interlocução outorgam à categoria trabalho conteúdos e elementos sempre novos e renovados. Esses conteúdos e elementos para serem entendidos necessitam ir para além da mera imediatidade da vida cotidiana “para poder apreender o ser como autêntico em si” (LUKÁCS, 2010, p. 37).

Prosseguindo este entendimento, Torriglia (1999), a partir de Lukács, explica que o desenvolvimento do trabalho e da divisão do trabalho, as posições teleológicas<sup>2</sup> secundárias, ou seja, as posições que surgem para incidir sobre a consciência de outros homens e outras mulheres, tornam-se mais autônomas.

Nesse contexto interessa: 1) Entender que o objeto específico da pesquisa é histórico e todos seus detalhes históricos permitem uma maior apropriação de seu entendimento; 2) analisar cada forma de desenvolvimento do objeto; 3) a investigação da determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento (KOSIK, 1976).

A partir desta compreensão e para cumprir tais objetivos, o primeiro capítulo desta dissertação abordará a gênese histórica do processo de constituição dos trabalhadores da pomicultura. O entendimento histórico é fundamental, pois permite transpor o mundo das aparências possibilitando uma maior compreensão de sua essência. A aparência e essência são a realidade, e a realidade é o movimento da aparência e essência. Nesse constante movimento, quando observamos no limite do fenômeno, conseguimos capturar apenas a sua aparência, o que se mostra na realidade, provocando uma naturalização daquilo que aparece. Assim a pesquisa procura suscitar a superação da aparência e permitir uma aproximação de sua essência.

A compreensão do desenvolvimento histórico da região em que se encontra o objeto de estudo, divide-se em dois momentos: o primeiro no aprofundamento da história da região ao qual faz parte a cidade de Fraiburgo, meio oeste de Santa Catarina, a partir de seu povoamento, dos aborígenes, caboclos e europeus<sup>3</sup> e o segundo momento que

---

<sup>2</sup> Todo o pôr teleológico é uma escolha, conscientemente efetuada pelo sujeito da práxis, entre duas ou mais possibilidades e conseqüente realização prática assim determinada, da possibilidade escolhida. (LUKÁCS, 2010, p. 212)

<sup>3</sup> Sobre o primeiro momento destaco as pesquisas acadêmicas, dissertação e tese já realizadas de Delmir José Valentini, (2000): “Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado” e a tese, (2009): “Atividade da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na Região do Contestado: 1906-1916” que oferecem uma compreensão do movimento histórico na região por meio das relações capitalista de produção através da exploração norte americana na região do contestado e a resistência do povo que vivia nela. Outro pesquisador a destacar é Paulo Pinheiro Machado (2004) em sua pesquisa “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-

corresponde o fim do ciclo madeireiro na região e a constituição dos projetos para a produção de maçã<sup>4</sup>.

O capítulo I segue analisando a conjuntura atual da cadeia produtiva da maçã<sup>5</sup> e seus desdobramentos mediante a interlocução do desenvolvimento processual da sociabilidade capitalista, que ao modificar o processo produtivo de mercadorias, para atender os interesses da classe capitalista também modifica a força de trabalho e

1916)”, que procura desvelar a história da região, destacando a presença e resistência cabocla no planalto catarinense.

<sup>4</sup> A respeito do segundo momento o ciclo madeireiro na região e o início da produção de maçãs em Fraiburgo procedem dois tipos de literaturas. Por um lado, as pesquisas acadêmicas de: Marlon Brandt, 2005, em seu artigo “A Criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (Safra) e o início da Pomicultura em Fraiburgo – SC, na década de 1960”, que assinala o processo pelo qual os produtores de maçã passaram a receber ajuda do governo através de incentivos fiscais e as primeiras pesquisas para a constituição dos pomares. Brandt, seguindo este tema desenvolveu também a pesquisa ““Frey”burgo: acumulação de capital no setor madeiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960”. Os pesquisadores, Jó Klanovicz e Eunice Sueli Nodari, 2005, contribuíram para um maior entendimento da história do município a partir da implantação dos pomares de macieira na cidade de Fraiburgo por meio do livro: “Das araucárias às macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina”. O pesquisador Emerique, 2008, em “O desenvolvimento do setor madeiro no Sul do Brasil”, fundamenta seus estudos acerca da pomicultura no Sul do Brasil fazendo um comparativo entre as principais cidades produtoras Fraiburgo, São Joaquim e Vacaria. Os pesquisadores citados nos auxiliam para compreender a atividade econômica do município de Fraiburgo, da pomicultura por meio das relações econômicas estabelecidas entre os produtores e as negociações com o governo para o desenvolvimento da região do meio oeste, porém estes autores não destacam diretamente as relações entre a classe capitalista e a classe trabalhadora da pomicultura.

Por outro lado, com relação à história do município de Fraiburgo e a conciliação da produção de macieiras, encontramos nos livros de Frey (2004 – 2005) e de Lopes (1984), o contexto histórico do município a partir da chegada da família Frey na região. Cabe destacar, que nestas obras se deve tomar certo cuidado com estas abordagens, pois enfatiza a importância das agroindústrias e do trabalho dos colonizadores, “os pioneiros” para o desenvolvimento da região, através do lema “ordem e progresso”. O livro “Do Machado ao computador” (1994), escrito por Thomas Burke, também traz a partir de dados a formação do município de Fraiburgo pós-emancipação, não possuindo nenhum critério teórico apenas aborda dados estatísticos e documentais.

<sup>5</sup> Com o intuito de compreender a conjuntura atual da cadeia produtiva da maçã e seus desdobramentos estudaram-se os textos realizados pelos pesquisadores: Fioravanço (2009), “Maçã Brasileira: da importação à auto-suficiência e exportação - a tecnologia como fator determinante”. Abreu, Guasselli e Faoro (2009) “Um Estudo sobre a Atuação em Múltiplos Elos da Cadeia Produtiva: o Caso da Maçã no Sul do Brasil”. Braga, Almeida, Bittencourt (2010), “Panorama da cadeia da maçã no estado de Santa Catarina: uma abordagem a partir dos segmentos da produção e de Packing House”. Pereira, Simioni e Cario (2010) “Evolução da produção de maçã em Santa Catarina: novas estratégias em busca de maior competitividade”. BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (2005). “Cadeia produtiva da maçã: produção, armazenagem, comercialização, industrialização e financiamentos do BRDE na região sul do Brasil”. Pereira e Simioni (2005). Kreuz, Souza, Stadler e Cunha (2005), “Cadeia produtiva da maçã. Estratégias Competitivas em Agronegócios: O Caso da Maçã no Brasil”.

consecutivamente toda a vida do trabalhador. Dessa forma, é que por meio da base teórica marxista explicitaremos a categoria classe trabalhadora e sua relação com a classe capitalista. Para melhor compreender esta relação foram utilizadas as categorias força de trabalho, processo de trabalho e valorização do capital, estudadas por Marx em *O capital*, especificamente nos capítulos IV e V.

Primeiramente definimos as categorias força de trabalho, processo de trabalho e processo de valorização na totalidade social, de acordo com o entendimento de Marx. Posteriormente, mediante um preliminar entendimento destas categorias fez-se uma análise reflexiva sobre a constituição do processo produtivo da maçã, seu desenvolvimento no modelo de produção capitalista e suas consequências para a classe trabalhadora. Sendo assim apresentamos como uma das consequências para a classe trabalhadora o modelo de educação de caráter capitalista, que se configura de acordo com as estratégias elaboradas para a valorização do capital, sendo um destes processos de educação o programa de aprendizagem.

No entanto, apenas mediante um entendimento ontológico e histórico da realidade social é possível compreender que os processos educativos da sociabilidade capitalista priorizam um conhecimento fragmentado. O conhecimento proposto mediante os programas de aprendizagem no capital, prioriza a valorização do capital, importa-se com o trabalho enquanto produtor de mercadorias e não o trabalho enquanto central para o desenvolvimento do ser humano. O trabalho nesta sociabilidade pelo constante desenvolvimento social apresenta formas específicas para ocultar ou anular o trabalho originário.

Desta forma, no capítulo II deste estudo, analisaremos a categoria do trabalho como fundamental para a constituição do ser humano, pois permite o desenvolvimento processual do ser social, que tornam as relações sociais cada vez mais expressivas. Para tornar claro este desenvolvimento social é necessário um conhecimento caracterizado como *post festum*, que torne a práxis social compreensível ao ser humano, permitindo uma alteração na sociabilidade capitalista que se constitui pela violência e opressão.

Conhecer o desenvolvimento processual do ser social é entender a sociabilidade humana enquanto processos irreversíveis, desde o afastamento cada vez maior das barreiras naturais, a diminuição do tempo de trabalho necessário para produzir a vida, até o desenvolvimento do mercado mundial. O conhecimento, nesse caso, poderia contribuir para um humanismo combativo das desigualdades sociais tornando o ser humano não mera força de trabalho, mas ativo nas

decisões que favoreçam a totalidade social. Os processos educativos neste sentido trariam contribuições que permitiriam ao ser humano ser mais rico em conhecimentos subjetivos que tornam sua objetividade favorável a todos os indivíduos.

Na sociabilidade capitalista a profissionalização sempre foi um dos pontos estratégicos fundamentais para o seu desenvolvimento. Os trabalhadores concretizam suas escolhas entre as possibilidades configuradas pela classe capitalista. A compreensão do desenvolvimento processual do ser social torna-se necessária, pois permite ao ser humano entender os conteúdos destas possibilidades fundamentadas pelo capital e fazer escolhas que transformem sua práxis. Portanto, entender como se estrutura o Programa de Aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” é realizar este movimento de compreensão processual do ser social para posterior entendimento das relações sociais estabelecidas que promovem a reprodução da classe trabalhadora. Esta compreensão, claro, limitada a essa singularidade e sem esgotar a complexidade da reprodução na sua totalidade.

No Capítulo III, realizamos uma análise reflexiva relacionando os processos de educação com o desenvolvimento processual da sociabilidade capitalista. Também analisamos como o sistema do capital desenvolve processos educativos como os programas de aprendizagem, em específico o Programa “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”<sup>6</sup> como estratégia de reprodução da classe trabalhadora, e assim como um dos elementos para a constituição e perpetuação de valorização do capital.

Primeiramente apresentamos uma compreensão referente à gênese histórica da aprendizagem ao longo do desenvolvimento processual da humanidade e sua interlocução com o processo de trabalho. Sabendo que a reprodução da sociedade é histórica desenvolveremos uma análise da sociedade na configuração capitalista analisando as categorias que permitem a intensificação da exploração da força de trabalho, no fordismo e na forma flexível de acumulação de capital.

Em seguida propomos desenvolver um entendimento sobre as estratégias contemporâneas para a ampliação das forças produtivas capitalistas e a proposta de educação elaborada pelo Banco Mundial aos

---

<sup>6</sup> A respeito dos assuntos acerca de trabalho e educação relacionados diretamente com o tema da pesquisa, a interlocução dos processos de educação para a reprodução da classe trabalhadora da pomicultura não foi encontrado nada especificamente escrito ou pesquisado. As pesquisas e escritos acerca da classe trabalhadora da pomicultura no município de Fraiburgo se restringe basicamente a uma compreensão superficial sob o ponto de vista dos produtores de maçã.

países em desenvolvimento. Contudo, sublinhando a especificidade dos programas de aprendizagem<sup>7</sup> como um destes processos educativos, que confluem na utilização da força de trabalho do jovem aprendiz com a justificativa de que recebem em troca profissionalização.

Continua Jantsch (2008, p. 48) “Trata-se de tomar o ser como uma realidade relacional e em movimento, pois os conceitos/categorias não são realidades reduzidas à coisa dada e com funções necessárias coladas à natureza de determinada coisa”. Sendo assim torna-se necessário compreender como o desenvolvimento processual destas categorias econômicas resulta em consequências que provocam o estranhamento do ser trabalhador em todas as esferas de sua vida seja nos processos de educação, entretenimento, religião, etc.

Portanto, mediante o entendimento da reprodução social, enquanto movimento histórico e dialético é que iniciamos nossa exposição, relacionando a especificidade da classe trabalhadora da pomicultura com a configuração histórica da reprodução da classe trabalhadora. Este primeiro momento da pesquisa explicita como se constitui historicamente a classe trabalhadora da maçã, por meio da transição de uma economia de subsistência para a economia de configuração capitalista. E por fim, caracteriza mediante as categorias elaboradas por Marx em *O capital*, como se estrutura a produção de maçã, tendo como base a força de trabalho para a valorização do capital agroindustrial.

Conforme Jantsch (2008, p. 52) “partindo de uma concepção dialética, o universal e o particular constituem-se numa lógica de mutualidade, de modo que a vontade particular de qualquer sujeito histórico não é matéria ou conteúdo suficiente para elevá-lo à dimensão universal”, neste sentido é importante salientar a categoria totalidade como fundamental para a compreensão da realidade.

---

<sup>7</sup> Citamos duas pesquisas sobre programas de aprendizagem que também seguem uma análise teórica com referencial marxista:

SOARES, Ozias de Jesus. Para além de uma "incubadora de monstros". A formação do jovem trabalhador sob a lei de Aprendizagem. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói: 2006.

SANTOS, Débora Dos. Quem cedo madruga, deus ajuda? Um estudo sobre a lei da aprendizagem em duas empresas públicas em Santa Catarina. Dissertação de mestrado. UFSC, Florianópolis: 2011.

## **I. CONTEXTO HISTÓRICO: GÊNESE DA CLASSE TRABALHADORA DA POMICULTURA DE FRAIBURGO SC**

O critério metodológico proposto tem como ponto de referência a historicidade desenvolvida por homens e mulheres em suas diversas fases de desenvolvimento na totalidade social. Na medida em que ocorre a ampliação da sociedade capitalista é notável a imposição do modo de produzir a vida do capital por todas as regiões do mundo. Mesmo aquelas mais afastadas dos grandes centros econômicos são tomadas e transformadas em propriedade privada e suas populações tornam-se a classe trabalhadora.

Iniciamos a exposição com referência ao município de Fraiburgo, localizado no meio oeste do estado de Santa Catarina, a partir de sua gênese histórica. O entendimento do desenvolvimento processual de Fraiburgo permitirá a compreensão do movimento que tornou o município alvo das estratégias do capitalismo para a valorização do capital. Sendo assim, entender por meio da especificidade do município de Fraiburgo a proliferação do capital sobre todas as esferas da vida do ser humano tornando-o mera força de trabalho.

### **1.1 DOS ABORÍGENES AO FIM DO CICLO MADEIREIRO**

A configuração histórica do município de Fraiburgo tem origem com as comunidades aborígenes, em específico os povos Xokleng e Kaingang ou "bugres"<sup>8</sup>. De maneira similar, estes povos produziam para sua própria subsistência, a produção era comum e dividida entre todos, eram coletores e caçadores, o principal alimento coletado era o fruto retirado das araucárias, o pinhão, alimento este que garantia o sustento da rica fauna da região, como a paca, a cutia, o porco do mato etc. Estes animais por sua vez serviam de carne para os coletores e caçadores, que também cultivavam milho e mandioca (VALENTINI, 2009). Toda a vida cotidiana destes povos constituía-se em torno da subsistência do grupo.

Como afirma Valentini (2009, p. 35), “a partir do século XVI, espanhóis e portugueses palmilharam, conheceram e deixaram descendentes espalhados nos vastos espaços do Sertão Sul-brasileiro”. Sendo esses, conforme expõe Machado (2004, p. 336), descendentes os caboclos, “com forte presença negra e indígena, mesclada a alguns grupos familiares de origem paulista ou rio-grandense”. Os meios de

---

<sup>8</sup> Termo utilizado pelos imigrantes para designar os aborígenes.

subsistência dos caboclos eram semelhantes aos dos aborígenes, dedicavam-se ao cultivo de pequenas lavouras de subsistência e a criação de animais alimentados com milho e frutas silvestres.

O caboclo sobreviveu por décadas satisfazendo suas necessidades por meio da economia de subsistência, porém a partir do século XVIII emergiu como principal atividade econômica o tropeirismo, que permitiu o transporte de mercadorias por meio de mulas para as regiões interioranas, que não possuíam alternativas de navegação ou estradas de ferro, sendo esse um dos fatores que fortaleceu o povoamento do planalto catarinense. Nas proximidades de Porto Alegre, os tropeiros iniciaram a abertura de passagens para as tropas, perpassando todo o planalto catarinense dos campos de Lages até os campos Gerais Paranaenses com destino a Sorocaba, esse fato possibilitou a fundação de várias povoações tais como: Lages, Curitiba, Lebon Régis, entre outras (VALENTINI, 2009).

Além dos povos caboclos e do tropeirismo durante o século XIX, o planalto passa a ser frequentemente ocupado por fugitivos e remanescentes das Revoluções Farroupilha e Federalista e da Guerra do Paraguai, vindos a partir de Lages e do Rio Grande do Sul.

Com a Proclamação da República as terras devolutas foram entregues aos Estados, que as distribuíram conforme os interesses de cada governante que as utilizaram como fortalecimento de seus redutos eleitorais ao permitirem que famílias tradicionais se apossassem das mesmas.

O povoamento no meio oeste do estado de Santa Catarina consolida-se a partir de 1910 com a construção da estrada de ferro, que ligava o centro do país ao Sul, “interessava ao governo brasileiro promover a ocupação das terras devolutas e também seria uma forma de garantir a sua posse” (VALENTINI, 2001, p. 43).

A *Brazil Railway Company*, companhia norte americana, foi uma das empresas responsáveis pela construção da estrada de ferro e também controlava vários portos, indústrias, empresas pecuárias e madeireiras espalhadas por todo o Brasil. Na região do meio oeste do estado de Santa Catarina, além da estrada de ferro, desempenhou atividades madeireiras e de colonização “criou a *Southern Brasil Lumber and Colonization Company* com o objetivo de explorar as terras laterais à ferrovia, além de outras áreas que foram sendo adquiridas” (VALENTINI, 2001, p. 45-47).



Continua o autor:

A ferrovia foi inaugurada no ano de 1910 e, até então, a Região era habitada, esparsamente, pelas comunidades indígenas e pelos caboclos e mestiços pioneiros. Após a inauguração da ferrovia, tudo mudou e teve início uma nova História no Contestado<sup>9</sup> (VALENTINI, 2009, p. 56).

Os povos aborígenes, caboclos e moradores que habitavam as terras da região contestada por não possuírem registros que lhes garantissem a posse da terra, perderam suas terras, um dos motivos para tal expropriação foi a exploração da mata nativa, por intermédio das empresas colonizadoras, inclusive da empresa responsável pela construção da estrada de ferro. Não conformado com a perda das terras o povo caboclo resistiu e enfrentou o Estado, os fazendeiros e as oligarquias regionais, resultando no Movimento do Contestado ou Guerra do Contestado.

O movimento do Contestado que ocorreu de 1912 a 1916 marcou a história do povo do contestado. As interpretações a respeito deste movimento são muitas, desde aquelas que aliam o movimento a uma mera questão burocrática de terras entre Paraná e Santa Catarina, até aquelas que dizem ser um movimento de fanatismo religioso promovido pelos monges<sup>10</sup>. Porém poucos são os historiadores que abordam o movimento a partir da falta de compromisso do governo federal com o povo caboclo, considerado inadequado para o projeto expansionista da nação, o que resultou na inserção de empresas estrangeiras na região e a transição de uma cultura de agricultura familiar para a formação de uma classe trabalhadora. Apesar da resistência cabocla, o projeto capitalista

---

<sup>9</sup> Contestado: historicamente a região de fronteiras do Sul do Brasil que causou muitas preocupações acerca da questão de limites internacionais e internamente, com a questão de limites entre o estado de Santa Catarina e Paraná, resultando no movimento do contestado, sendo que esta região ficou conhecida como território Contestado.

<sup>10</sup> Os ensinamentos desses monges peregrinos foram incorporados pela cultura cabocla e deram base à resistência ao projeto modernizador e capitalista que procurava se impor na região serrana de Santa Catarina. A propriedade privada da terra, o aproveitamento industrial da floresta e as restrições de acesso aos ervais nativos nada tinham a ver com a preservação da natureza, a lealdade nas relações sociais e o amor aos animais, valores pregados pelos monges e incorporados pelos caboclos (disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/monges-peregrinos> acessado em 07 de setembro de 2011).

com base na exploração das ricas reservas naturais da região e da expropriação da força de trabalho cabocla concretizou-se.

A região em que se situa a cidade de Fraiburgo tornou-se um dos principais redutos em meio ao conflito entre forças armadas e caboclos. Finda a guerra em 1916 a região estava mapeada da seguinte maneira: Campo da Dúvida, área coberta pela mata nativa entre as fazendas Butiá Verde<sup>11</sup> e Liberata<sup>12</sup>, a fazenda de “Butiá Verde” foi adquirida oficialmente em 1920 por Benedicto de Deus e a fazenda “Liberata” em 1870 por Generoso Ribeiro de Andrade e Porfírio de Oliveira.

Campo da Dúvida, atual cidade de Fraiburgo, coberta por mata nativa: pinheiros, imbuías, canelas, cedros e outras árvores de grande porte, na época, era oficialmente terra devoluta e tornou-se propriedade dos Ramos por intermédio de concessão. Dessa forma, a família Ramos liberou a concessão das terras para a família Frey por meio de acordo em dividir os lucros da exploração da mata nativa entre ambos. Realizado o acordo entre as famílias Ramos e Frey a mercadoria madeira passou a movimentar o setor econômico da região, o chamado ciclo da madeira promoveu o aparecimento e a expansão de muitas serrarias na região (BURKE, 1994).

As origens históricas da família Frey vinculam-se às consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que motivou muitas pessoas das regiões atingidas a imigrarem para outros países. Os Frey moravam na região da Alsácia-Lorena, atingida fortemente por conflitos territoriais entre Alemanha e França, sendo assim, uma das alternativas para deixar a região em conflito foi a vinda para o Brasil. Depois de percorrerem as regiões do Paraná e Rio Grande do Sul fixaram-se na localidade de Perdizes, onde desenvolviam atividades econômicas ligadas a açougue e posteriormente serraria e fábrica de caixas. Perdizes localizava-se a aproximadamente 30 km da fazenda Campo da Dúvida (FREY, 2005).

Com a instalação da serraria na localidade de Campo da Dúvida, agora chamada de Butiá Verde, aumentou o número de trabalhadores nas serrarias, estes constituídos por caboclos e pequenos agricultores que foram expulsos de suas terras a partir das políticas públicas que privilegiavam os colonizadores vindos da Europa.

Os Frey passaram a adquirir terras de pequenos proprietários da região, além daquelas que adquiriram dos Ramos, tornando-se donos de

---

<sup>11</sup> Nome de palmeira muito abundante na região.

<sup>12</sup> Nome de uma índia que morava no lugar em que se constituiu oficialmente a fazenda Liberata.

Butiá Verde. Motivados pelo desenvolvimento econômico da região, nas décadas de 1930 a 1950, muitos trabalhadores e empresários deslocam-se para Butiá Verde. Favorecidos pela posse de grandes quantidades de terra e mata nativa, a família Frey participou no desenvolvimento da maioria das atividades comerciais na localidade (KLANOVICZ; NODARI, 2005).

Nas décadas de 1930, o desenvolvimento industrial brasileiro conheceu de fato a fase da grande indústria mecanizada, sendo seu marco a implantação da Companhia siderúrgica Nacional, a Petrobrás, e das usinas geradoras de hidroeletricidade, abrindo-se assim um novo período em que as transformações econômicas estruturais levaram à transição de um país agrário para um país industrial. Este fato contribuiu para que o governo aliado com os colonizadores, implantasse o projeto de transição em todas as regiões do país, sendo assim a família Frey recebeu subsídios para o desenvolvimento de seus empreendimentos econômicos e políticos.

Na medida em que as atividades industriais tornam-se complexas, a formação da classe trabalhadora no Brasil toma impulso, este processo histórico e social é perpassado pela ação imperialista da reestruturação do capital pós-crise de 1929, momento em que as grandes potências dominam os países mais pobres.

Estimulado pelas políticas públicas para a industrialização, o projeto de desenvolvimento da região estava se concretizando. A família Frey que possuía na década de 1930 apenas uma fábrica de caixas em decadência, a partir de incentivos governamentais no final da década de 1940 nas palavras do próprio Frey (2005) possuía duas serrarias, fábricas de caixas, um grande moinho, cantina vinícola, fábrica de crina vegetal, fábrica de pasta mecânica (celulose), açougue com matadouro anexo, olaria, granja de suínos e setor de produção agrícola. O povoamento de Butiá Verde constituía-se a partir dos trabalhadores que vendiam sua força de trabalho nos empreendimentos dos Frey. Sendo assim, Butiá Verde assemelhava-se a um grande “engenho” no centro a “casa grande” da família Frey, ao redor seus empreendimentos (complexo de serrarias e comércio) e na periferia a “senzala” as casas dos trabalhadores.

Um relato escrito por Frey (2005) indica-nos como se estabelecia a relação entre proprietários “senhores” e trabalhadores “escravos” da serraria, no ano de 1949 os trabalhadores recebiam seus salários por meio de vales ou como eram chamados “cachês”, impressos pela própria serraria, estes vales somente eram aceitos nos empreendimentos dos Frey, dessa forma, assim como os escravos, todos os meios de

subsistências do trabalhador pertenciam à família Frey. São perceptíveis neste caso as estratégias tomadas pelos capitalistas para manter e valorizar seu próprio capital.

As relações “escravocratas” das regiões interioranas evidenciam a diferença no processo de industrialização nas distintas regiões do Brasil, sendo que neste mesmo período, década de 1940, nos grandes centros São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o processo de industrialização e formação da classe trabalhadora entrava na chamada grande indústria, formada por indústrias de grande porte que fabricavam bens duráveis de consumo aliadas com grandes empresas multinacionais. As relações de trabalho concentravam-se no treinamento em poucas semanas dos trabalhadores e na formação de uma minoria de técnicos com ensino superior ou apenas secundário. Enquanto nos grandes centros era evidente a relação entre “detentor do capital X proprietário da força de trabalho”, nas regiões rurais era visível o processo de transição entre a agricultura de subsistência e a agroindústria<sup>13</sup> que priorizava relações arcaicas de produção.

Como acrescenta Fernandes (1974, p. 35), essas relações fazem lembrar o Brasil colonial:

As relações de classe sofrem interferências de padrões de tratamento que são antes estamentais e que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo, e particularismo agrestes, lembram mais a simetria “colonizador” versus “colonizado” que a “empresário capitalista” versus “assalariado”.

Com o crescimento das atividades agroindústrias e o fortalecimento econômico das elites locais, Butiá Verde no ano de 1959 apresentava certo adensamento populacional. O desenvolvimento e modernização, pauta do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), promoveu em todo o país um avanço econômico, político e social. Nesse período desenvolvimentista o nome da localidade de Butiá Verde foi substituído por Fraiburgo, “um nome “estrangeiro” e que remetia,

---

<sup>13</sup> “O termo *filière* foi traduzido então como cadeia de produção e, adotando-o à agroindústria, cadeia de produção agroindustrial, definido como a seqüência de atividades que transformam uma *commodity* em um produto pronto para o consumo final” (BITTENCOURT, 2008, p. 89).

simbolicamente, a uma “europeização”, em detrimento de um nome indígena, Butiá” (KLANOVICZ; NODARI, 2005, p. 37).

O governo de Juscelino Kubitschek priorizou o avanço da agroindústria por meio da mecanização agrícola, priorizando a monocultura em detrimento da pequena propriedade agrícola. Nas décadas de 1950 e 1960 o êxodo rural<sup>14</sup> intensificou-se e mudou de forma radical o quadro social brasileiro. As políticas governamentais preconizavam o progresso de todas as regiões do Brasil, disponibilizando incentivos para os projetos de emancipação política e econômica das regiões interioranas do país.

Seguindo a lógica desenvolvimentista o ciclo da madeira permitiu que a família Frey desenvolvesse suas atividades econômicas, porém com o seu término devido à escassez de mata nativa dentre as estratégias econômicas adotadas pelos Frey se destacou a divisão de uma parte de suas terras em lotes que foram vendidos para as famílias dos trabalhadores das serrarias o que favoreceu a urbanização da localidade.

O processo de emancipação da localidade de Fraiburgo inicia na década de 1960, pontuado pelo conflito entre a câmara de vereadores do município de Curitiba, ao qual a localidade fazia parte e a família Frey, os vereadores de Curitiba refutaram o pedido de emancipação argumentando as perdas econômicas e políticas para o município de Curitiba. Motivados pelo resultado positivo em seus empreendimentos, os Frey acirraram o processo emancipatório, criando uma comissão pró-emancipação presidida por René Carlos Frey. Essa comissão passa a pleitear junto a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina a emancipação do município. Em 1961 a Assembleia Legislativa do Estado através da Lei nº 797 emancipou politicamente Fraiburgo e em 1963 a família Frey consolida o seu poder político ao eleger “democraticamente” o primeiro prefeito de Fraiburgo, René Carlos Frey.

O desenvolvimento histórico da região do Planalto catarinense, dos aborígenes às políticas desenvolvimentistas, acontece de forma desigual, sendo perceptível a substituição de um modo de vida, a subsistência, o respeito e preservação da natureza, características dos

---

<sup>14</sup> **Êxodo rural** é o termo pelo qual se designa o abandono do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para áreas rurais, ou de áreas rurais para centros urbanos. A partir de 1950 aconteceu outra onda de migração: os trabalhadores migram para as cidades e se sujeitavam a condições de quase escravidão, daí a necessidade de implantação de um salário mínimo que resultasse nas mínimas condições de sobrevivência.

povos aborígenes e caboclos, por outro pautado pela exploração dos recursos naturais e força de trabalho, aspectos do processo de transformação capitalista. “Por fim, o ato de tomar termina por toda parte muito rapidamente e, quando não há mais nada a tomar, deve-se começar a produzir” (MARX; ENGELS, 2007, p. 71) e com o fim do ciclo da madeira, Fraiburgo inicia o processo de constituição de suas forças produtivas através da fruticultura.

## 1.2 A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO

Com a emancipação do município de Fraiburgo, aparecem as necessidades administrativas, de estratégias econômicas e da organização política. “A cidade é, de pronto, o fato de concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52), nessa perspectiva, o município de Fraiburgo urbaniza-se criando relações cada vez mais distintas das relações estabelecidas com o meio rural, pois na medida em que o campo separa-se da cidade, o desenvolvimento do capital independe da propriedade da terra.

A urbanização foi um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento industrial brasileiro. Para Fernandes (1974, p. 65),

De um lado, ela contribuiu, poderosamente, para a cristalização e a divulgação de certas avaliações, que faziam da industrialização um valor central da nova concepção do mundo em formação. De outro lado, ela foi o primeiro agente da diferenciação da economia de mercado, operando-se, através dela, a substituição inicial da produção artesanal pela produção manufatureira de bens de consumo.

Além do domínio econômico, as famílias responsáveis pelo desenvolvimentismo das regiões interioranas do Brasil também detinham o poder político, seus interesses interligavam-se com as propostas de modernização da agricultura e da indústria promovidas pelo governo federal. Com um discurso de modernização e desenvolvimento urbano, René Carlos Frey elege-se prefeito de Fraiburgo em 1963, consolidado o poder político neste mesmo período, os Frey estabeleceram estratégias para trazer novos investimentos para o

município com destaque para a implantação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado – PROFIT.

Para a implantação dos projetos de Fruticultura em Fraiburgo, era necessário conhecimento técnico, porém como não havia trabalhadores qualificados para este empreendimento, os técnicos foram “importados” da Europa, os franco-argelinos Gabriel Evrard, Henri Evrard e Roger M.G. Biau motivados pelas propostas dos Frey estabeleceram-se no município de Fraiburgo, sendo este último o responsável técnico pela formação do primeiro pomar experimental de frutas de clima temperado em Fraiburgo.

Conforme Fernandes, essa interligação entre a América e a Europa asseguram vias “ainda mais profundas de aproveitamento da experiência histórica e dos recursos intelectuais das veneráveis nações europeias” (FERNANDES, 1974, p. 176). Dessa forma as experiências de fruticultura com o auxílio das técnicas desenvolvidas na Europa resultaram na implantação dos pomares de maçã no município de Fraiburgo, apesar de estes pomares não apresentarem produtividade significativa, a intenção do PROFIT era a de atender objetivos comerciais suprimindo a necessidade de importação da maçã argentina.

O município de Fraiburgo nos anos de 1963 e 1964 contava com um campo experimental de diversas espécies frutíferas, o objetivo era adaptar a melhor espécie ao clima e ao solo da região. No ano de 1967, as pesquisas apontavam algumas espécies de macieiras que possibilitavam sua exploração comercial.

O Estado colaborou diretamente nestas iniciativas econômicas por intermédio de incentivos fiscais que auxiliavam o florestamento e reflorestamento, de acordo com o próprio Frey (2004) a lei n° 5.106/66 previa no seu § 3° o seguinte benefício:

§ 3° as pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte (FREY, 2004, p. 44).

Os subsídios estatais foram fundamentais na constituição do projeto de frutas de clima temperado. Em 1950 no governo de Juscelino Kubitschek, com a criação do Plano de Metas, iniciou-se a implantação do serviço de extensão e crédito rural. Dentro dessa perspectiva foram

criados órgãos que passaram a desempenhar a estruturação dos projetos para a agricultura de grande porte: a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), a EMPASC (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A.), a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), O BDE (Banco do Desenvolvimento do Estado), o CPPP (Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade) e a EPAGRI (Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina).

A ACARESC desempenhou papel fundamental para o processo de extensão rural no Estado catarinense, em meio às discussões que envolviam o dualismo entre campo e cidade. O meio rural foi identificado como o lugar responsável pelo atraso do país, considerado o grande obstáculo que o Brasil agrário impunha ao Brasil do progresso. Dentre as metas da ACARESC estava a introdução de novos métodos de trabalho aos pequenos produtores, com um discurso de valorização tecnológica e supremacia do trabalho desenvolvido por técnicos para a ampliação agrícola. Sua atuação estendeu-se por todo o Estado, colaborou tanto para a estruturação econômica como para a gestão populacional do campo. “Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural, procuravam estabelecer uma nova ordem social” (LOHN, 2008, p. 12).

Seguindo esta compreensão, Lohn (2008) afirma que,

Entre todos esses programas, a Extensão Rural teve destaque especial em Santa Catarina, tornando-se uma estratégia privilegiada de intervenção governamental no interior do Estado. Recebeu recursos provenientes dos Estados Unidos, através de órgãos e programas como a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Aliança para o Progresso<sup>15</sup>, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (LOHN, 2008, p. 15).

Durante a Ditadura Militar com o aumento da regulação estatal, as estratégias para a agricultura continuavam fixadas no

---

<sup>15</sup> Aliança para o progresso foi um programa desenvolvimento pelo governo dos Estados Unidos entre as décadas de 1961 a 1970, com o objetivo de desenvolver a América Latina economicamente mediante sua ajuda técnica e financeira.



desenvolvimento intensificado do capitalismo “a partir do I Congresso Nacional de Agropecuária, cujo documento final, a “Carta de Brasília” (1970), acabava com qualquer discussão a respeito da política agrícola, optando pela modernização acelerada” (LOHN, 2008, p. 16). Essas políticas beneficiaram o município de Fraiburgo, pois a Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina concedeu verbas para a compra de mudas frutíferas, o que facilitou o desenvolvimento do PROFIT. Dessa forma a desigualdade social no campo aumentou, pois as políticas agrícolas estavam direcionadas exclusivamente para os grandes grupos econômicos, neste caso, as agroindústrias.

Com a implantação do PROFIT em Fraiburgo, ocorre a necessidade de qualificação de técnicos para trabalhar na pomicultura, a ACARESC e as agroindústrias buscaram a instalação de cursos técnicos para profissionalização dos jovens trabalhadores rurais, resultando em 1966 na “Escola de Segundo Grau Sedes Sapientiae” que, sob a direção do Padre Simonetti, oferecia Cursos Técnicos em Agropecuária, Magistério e Contabilidade.

Consecutivamente “o investimento na qualificação, trazia benefícios econômicos e técnicos para as empresas produtoras, assim a oferta de profissionais poderia possibilitar a ampliação dos pomares da empresa” (KLANOVICZ; NODARI, 2005, p. 49). A escola nesse momento transparece a visão modernizadora da prática agrícola propagada pelas políticas governamentais, que consistia em substituir a agricultura de subsistência pelas agroindústrias.

No período ditatorial de 1972 a 1979 foram lançados dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), ambos defendiam o desenvolvimento econômico, favorecendo o crescimento das agroindústrias permitindo-lhes ofertar um grande número de empregos. Nesse período muitos trabalhadores de várias partes do Paraná e de Santa Catarina deslocaram-se para o município de Fraiburgo com a finalidade de trabalhar na produção de maçã. As políticas públicas incentivaram “a implementação de uma grande quantidade de pomares de macieiras e a canalização de grandes investimentos empresariais na produção de maçãs no Sul do Brasil” (EMERIQUE, 2008, p. 56).

Neste período, sob influência do processo de modernização dos países desenvolvidos, os países do Terceiro Mundo passaram a acrescentar em seus setores produtivos os mais diversificados subsídios tecnológicos. Com o objetivo de conservar a maçã durante todos os meses do ano e manter a rentabilidade do período entre safras, as agroindústrias de Fraiburgo construíram câmaras frigoríficas com atmosfera de clima controlado.

De acordo com Emerique, a produção de maçã no Sul do Brasil pode ser dividida em três momentos:

O primeiro, entre os anos 1963 e 1969, marcado pelas experiências pioneiras da Sociedade Agrícola Fraiburgo (SAFRA) e as reivindicações dos empresários por apoio governamental no desenvolvimento da cultura; o segundo, entre 1970 e o início dos anos 80, quando o poder Estatal desempenhou papel decisivo nos setores de pesquisa e de extensão rural realizados pelas extintas: Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARESC) e Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), disponibilizando crédito rural e mantendo incentivos fiscais para reflorestamento, o que impulsionou o surgimento de grandes pomares e atraiu os empresários para o setor; e o terceiro momento, desde o início da “década perdida” até a atualidade, marcado pela rápida diminuição do apoio estatal, o surgimento dos grandes pomares em Vacaria (RS), a abertura econômica (MERCOSUL), a consolidação das Associações de produtores como órgãos promotores do desenvolvimento do setor e o processo de especialização e concentração da produção causado pelas dificuldades enfrentadas (EMERIQUE, 2008, p. 18-19).

De acordo com Brandt (2005), o crescimento da pomicultura no estado de Santa Catarina especificamente na cidade de Fraiburgo, não resulta apenas da inovação e empreendedorismo dos empresários, porém como nos demais setores industriais do Brasil, o que impulsionou estas iniciativas particulares foi o financiamento público, incentivos fiscais, através de políticas do governo do Estado, não desconsiderando o jogo de interesses que muitas vezes utilizam o bem público para benefício e enriquecimento privado.

De acordo com Emerique (2008), nos anos 1975 a 1978, além do município de Fraiburgo, outras regiões do Estado de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul iniciaram a produção de maçã, muitos pomares foram plantados na região de São Joaquim por pequenos produtores. Nas décadas de 1980 e 1990, a produção de maçã em Fraiburgo tornou-se a maior do Brasil, esse resultado está diretamente vinculado ao apoio estatal disponibilizado ao primeiro grupo econômico

da pomicultura de Fraiburgo, os Frey, para a implantação das forças produtivas necessárias no cultivo da maçã, pomares, insumos agrícolas, maquinário, câmaras de atmosfera controlada, etc., além do apoio à pesquisa e implementação tecnológica, resultando em um fruto que atendia às exigências do mercado internacional.

Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, novos elementos tecnológicos são acrescentados no processo produtivo com o objetivo de atender o agronegócio da maçã, as agroindústrias passam a desenvolver estratégias por meio de uma grande cadeia produtiva interligada com outros setores industriais, de insumos, transportes, marketing, etc. Sendo assim, no próximo item analisaremos a cadeia produtiva da maçã e sua interlocução com o desenvolvimento processual do sistema capitalista.

### **1.2.1 A cadeia produtiva da maçã**

Sabe-se que o capital é um sistema expansivo e que suas táticas e estratégias de competitividade relacionam-se diretamente em atender este desígnio expansionista, assim, os processos produtivos alteram-se constantemente para atender os objetivos do mercado e os setores produtivos que não conseguem atender tais fins, estão suscetíveis a desaparecer ou perder mercado.

Nesse contexto, o processo produtivo de maçã no estado de Santa Catarina é caracterizado por dois processos distintos de produção: na cidade de Fraiburgo e na cidade de São Joaquim, ambas produzem a mesma mercadoria, porém mediante condições distintas. Em Fraiburgo a produção de maçã é desenvolvida por trabalhadores sob o comando de grandes produtores, que utilizam mecanização e tecnologia avançada em seus pomares, como também uma moderna estrutura de classificação e embalagem da fruta. Já em São Joaquim, a produção é realizada por pequenos agricultores, que utilizam trabalho familiar na produção e recorrem às cooperativas para comercializar sua produção (PEREIRA; SIMIONI; CARIO 2010).

A produção de maçã encontra-se inserida em uma cadeia produtiva definida como parte integrante de um sistema agroindustrial de grande abrangência, dando prioridade às relações existentes entre agroindústria, indústria de transformação e distribuição no âmbito de um produto principal, no caso a maçã (BRAGA; ALMEIDA; BITTENCOURT, 2010).

Historicamente, a classe capitalista une-se para atender seus objetivos de valorização do capital, no processo produtivo da maçã este

momento é perceptível através da organização da Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), que é responsável pela articulação política, buscando fomento para os projetos de interesse da classe. Esta associação tem sido uma forte aliada no fortalecimento dos grandes produtores, facilitando a superação de dificuldades do mercado mundial com o objetivo de alcançar mercados para a exportação.

Uma das estratégias adotadas para atender a competitividade da maçã no mercado mundial foi a produção de frutas isentas de produtos agroquímicos, dessa forma, foi elaborado o programa de “Produção Integrada de Maçã” (PIM), de acordo com Kreuz, Souza, Stadler e Cunha (2005, p. 10), este programa consistem em:

- a) aplicação de recursos naturais alternativamente aos produtos químicos quando possível;
- b) regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes;
- c) garantia de sustentabilidade da produção agrícola;
- d) ênfase no enfoque holístico do sistema;
- e) conservação e melhora da fertilidade do solo e da diversidade do meio ambiente como componentes essenciais deste sistema de produção;
- f) métodos biológicos e químicos adequadamente empregados, considerando a proteção do meio ambiente, a viabilidade técnica e econômica e as demandas sociais.

O programa de “Produção Integrada de Maçã” colabora diretamente com os grandes produtores de maçã, os custos na produção aumentam, porém quem possui o selo PIM, tem maior possibilidade de competir, a fruta adquire um preço elevado (KREUZ; SOUZA; STADLER; CUNHA, 2005).

O PIM e muitos outros programas de produção de alimentos saudáveis demonstram como o capital se metamorfoseia e lucra a partir do seu efeito na natureza. A devastação que o capital provocou é visível em todas as esferas da vida, os produtos químicos utilizados na produção de alimentos tornaram os seres humanos mais vulneráveis às doenças, atualmente a propaganda é alimentar-se de produtos saudáveis, mesmo que estes tenham um custo alto, e dessa forma, o próprio capital tira vantagens de sua devastação, produzindo um fruto mais saudável com o objetivo de competir e preservar sua acumulação e sua valorização.

A produção de maçã no Estado de Santa Catarina está passando por um processo de reestruturação, práticas e técnicas estão sendo adotadas para resistir às doenças da macieira, aumentar a produtividade e reduzir custos. Na cidade de Fraiburgo essa reestruturação tem provocado a extinção de pomares devido às mudanças climáticas e à falta de áreas com relevo favorável à produção (BRAGA; ALMEIDA; BITTENCOURT, 2010).

A produção de maçã na sua grande maioria é realizada por agroindústrias que se caracterizam por possuir “produção própria através de pomares implantados a partir dos incentivos fiscais, porém, a compra de maçãs de terceiros (pequenos e médios produtores) tem se tornado cada vez mais frequente” (PEREIRA; SIMIONI, 2005, p. 466). Em Fraiburgo, as agroindústrias que possuem produção própria e compram maçãs de terceiros são: Renar, Fischer, Pomifrai, Agroindustrial Perazzoli e Agrícola Fraiburgo.

O Grupo Fischer é uma multinacional que além de produzir maçã também se destaca mundialmente na produção de laranjas. Sendo proprietária do maior pomar de maçãs privado do mundo, com 3.800 hectares de área plantada na cidade de Fraiburgo<sup>16</sup>. A produção de maçã da empresa além de concentrar-se no município de Fraiburgo, também se expande para os municípios de Monte Carlo, Lebon Régis e Santa Cecília, nestes municípios as áreas inapropriadas para a exploração da fruticultura estão sendo utilizadas para o plantio de pinus, o que permite que a empresa diversifique seus investimentos para a valorização do capital.

As agroindústrias Pomifrai Fruticultura S.A. e Renar Maçãs S. A., fazem parte do grupo econômico da família Frey, os primeiros a explorar o processo produtivo da maçã em Fraiburgo. Os grupos Renar e Pomifrai, após a crise financeira mundial de 2008-2009, passaram por um processo de incorporação com a intenção de organizar uma estrutura administrativa e industrial única, consolidando-se como a terceira maior empresa de maçã do Brasil. O Grupo da família Frey em dezembro de 2010 detinha 29% das ações do grupo enquanto 25% está sob domínio da ECP<sup>17</sup> e os 46% restante sob domínio de *free float*<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup>Disponível em:

[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12859\\_MISTERIOSO+GRUPO+FISCHER](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12859_MISTERIOSO+GRUPO+FISCHER) acessado em 08 de março de 2011.

<sup>17</sup> A Endurance Capital Partners (“Endurance” ou “ECP”) é uma gestora devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar carteiras de valores mobiliários, e é instituição participante na Anbid.

<sup>18</sup> Flutuação livre, quando uma empresa deixa suas ações a livre negociações no mercado.

A produção de maçã está organizada em um imenso sistema agroindustrial e envolve um grande número de trabalhadores, técnicos, supervisores, etc., na produção, processamento e distribuição da fruta, participam deste sistema “o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, uma grande cadeia produtiva desde os insumos até o consumidor” (BRAGA; ALMEIDA; BITTENCOURT; 2010, p. 4).

Este processo do movimento da cadeia produtiva da maçã aparentemente demonstra uma relação entre produtos e táticas de como superar as lacunas abertas pelo próprio movimento em seu processo produtivo, não considerando um dos elementos fundamentais deste processo, o trabalhador. Com a intenção de compreender o desenvolvimento do processo de constituição das bases estruturais do sistema capitalista, é necessário levar em consideração que além do desenvolvimento das forças produtivas, acontece uma transformação no ser social e ao mesmo tempo em que se alteram estes processos altera-se a vida do trabalhador.

### 1.3 CLASSE TRABALHADORA E O PROCESSO PRODUTIVO DA MAÇÃ NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO SC

A história em cada um de seus estágios direciona-se para um resultado material, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e com os próprios homens, que as gerações passadas deixam às gerações do presente, uma massa de forças produtivas, a base real da história. No desenvolvimento histórico da humanidade, as relações foram tornando-se cada vez mais complexas nas distintas esferas do ser social, política, econômica, jurídica, etc. Estas relações resultaram no sistema capitalista que possui as características autênticas de um processo de produção em que poderia levar o indivíduo à sua libertação social, porém, com a propriedade privada dos meios de produção, as forças produtivas e os meios de troca são alterados de tal forma que não trazem benefícios, mas implicam em malefícios, ao invés de serem forças de produção convertem-se em forças de destruição (MARX; ENGELS, 2007).

A constituição e o desenvolvimento da produção de maçã em Fraiburgo seguem os princípios desta lógica capitalista. Os distintos elementos que se infiltram neste processo são resultado do movimento incessante e insaciável do processo produtivo, sendo a força de trabalho o elemento central deste processo, que sob a vigilância da classe capitalista desempenha o processo de valorização do capital.

Marx entende o trabalho como atividade que pertence exclusivamente ao homem, sendo que “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador” (...) “ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo” (MARX, 1983, p. 150/151). No entanto, a categoria trabalho alterou-se conforme o desenvolvimento processual da sociedade, e no sistema capitalista assume características totalmente contraditórias, que resulta no processo de produção desigual dos meios de produzir a vida, devido à propriedade privada e às relações sociais desiguais oriundas deste processo.

O movimento que transformou o processo de trabalho ao longo da história da humanidade revela que o trabalho tornou-se um fardo para o ser humano, encontrando seu ápice no sistema capitalista, com a intensificação da exploração da força de trabalho para resultar na valorização do capital, categorias estas fundantes da configuração e permanência desta sociabilidade e que trataremos no próximo item.

### **1.3.1 A força de trabalho, processo de trabalho e processo de valorização do capital**

Com as condições históricas produzidas, apropriação privada de terras, maquinários, matéria-prima, meio natural, a classe capitalista acrescenta a estes a força de trabalho. De acordo com Marx, a força de trabalho refere-se ao “conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1983, p. 139). No entanto, para a classe capitalista, a força de trabalho expressa muito mais que isso, ela garante o desenvolvimento do sistema capitalista.

Para a classe capitalista a força de trabalho encontra-se na condição de mercadoria e em meio a uma coleção de mercadorias é a única, cujo próprio valor de uso tem característica de ser fonte de valor. De acordo com Marx, a propriedade privada no sistema capitalista rende bons lucros a seu dono, estes lucros provêm do processo de produção de mercadorias, este processo por sua vez está dividido em processo de trabalho e processo de valorização.

O processo de trabalho constitui-se a partir da venda da força de trabalho do trabalhador para os donos dos meios de produção, proprietários privados. A força de trabalho é valor de uso para o capitalista, que a utiliza por certa jornada de trabalho, equivalente a um

determinado tempo, sendo utilizada para a produção de valores de troca na forma de produtos, que serão postos diante de outros produtos no mercado. No momento em que o trabalhador vende um determinado tempo de sua força de trabalho ao capitalista, ela não lhe pertence mais e desta forma “o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho” (MARX, 1983, p. 154), sendo supervisionado em todo o processo de trabalho para um uso mais eficiente da mesma, evitando desperdícios e garantindo a preservação dos meios de produção do capitalista.

A classe trabalhadora não possui os meios de produzir a vida, o único acesso às mercadorias necessárias para sua subsistência é a venda da força de trabalho. O valor da força de trabalho, assim como qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua reprodução.

O trabalho é materializado no produto e o trabalhador ao vender sua força de trabalho por um determinado período ou jornada de trabalho, recebe o suficiente para a produção e reprodução de sua vida, como também “da vida da família do trabalhador, “dentro e fora do trabalho” (TUMOLO, 2003, p. 162). O trabalhador é responsável por atender suas necessidades e de sua família, não apenas as necessidades de alimentação e vestuário, como as educacionais e também aquelas que estão ligadas à “fantasia”.

Marx afirma que

Para modificar a natureza geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação e educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção (MARX, 1983, p. 142).

A educação altera-se de acordo com a atividade que a força de trabalho desempenha na produção da mercadoria, alguns processos requerem uma maior qualificação do trabalhador, outros, pouca qualificação, o valor da força de trabalho também varia de acordo com a qualificação. Assim, os processos educacionais em geral ocorrem



conforme as exigências do capitalista e as condições do trabalhador. No sistema capitalista a qualificação corresponde às habilidades específicas que o trabalhador adquire para o desenvolvimento das forças produtivas.

O trabalhador como todo indivíduo se reproduz a partir da procriação e precisa garantir as necessidades básicas de seus filhos, levando em consideração que a aparição do trabalhador no processo de trabalho é momentânea, pois o mesmo é mortal, e a necessidade de força de trabalho é permanente, os filhos do trabalhador suprem a necessidade de reposição da força de trabalho, além disto, se o trabalhador trabalhou hoje e precisa trabalhar amanhã sob as mesmas condições de força e saúde, a soma para sua subsistência deve garantir este estado de vida normal (MARX, 1983).

O capitalista apropria-se da força de trabalho através do consumo do seu valor de uso, como o trabalhador vende sua força de trabalho por um determinado tempo ao capitalista, esta força de trabalho é utilizada de maneira que ela produza valor, além do valor que ela necessitava para suprir o seu valor, este mais valor corresponde ao processo de valorização do capital (MARX, 1983).

O processo de valorização permite que novos elementos se integrem ao processo produtivo, avanços tecnológicos, qualificação da força de trabalho, a competitividade entre os capitalistas etc. Como expressa Marx (1983), no processo de trabalho capitalista a força de trabalho encontra-se na condição de mercadoria e seu objetivo é o processo de valorização do capital, a força de trabalho empregada em uma jornada inteira satisfaz ambas as necessidades, a do capitalista e a sua própria.

No próximo item damos sequência a esta análise teórica compreendendo como que o desenvolvimento das forças produtivas permite cada vez mais a elaboração de estratégias para acelerar a exploração da força de trabalho, pois se tornam essenciais para a valorização do capital.

### **1.3.2 O desenvolvimento processual das categorias que permitem a intensificação da exploração da força de trabalho**

A análise teórica das categorias valor, mais-valor, mais-valia relativa, cooperação, divisão do trabalho a partir da manufatura, maquinaria e grande indústria, nos auxiliam para compreender o desenvolvimento histórico do processo produtivo sob a ordem capitalista nos primórdios da revolução industrial, que resulta na intensificação da exploração da força de trabalho.

A compreensão da categoria valor é fundamental para entender o processo de desenvolvimento do sistema capitalista. O valor mostra o caráter social da produção, ou seja, a base elementar do ser social, o trabalho. Conforme explicita Lukács (1979, p. 48), “a metamorfose do trabalho, em ligação com a relação cada vez mais explícita entre valor-de-uso e valor-de-troca, transforma o trabalho concreto sobre um objeto determinado em trabalho abstrato”. Dessa maneira, o valor torna-se, no processo produtivo capitalista, a quantidade de trabalho necessário para a produção de mercadorias.

A produção de mercadorias efetuada pelo trabalhador caracteriza-se por uma produção em massa de alguma mercadoria que se relacionará com outra mercadoria no mercado. O trabalho socialmente necessário, o tempo dedicado pelo trabalhador na produção capitalista, não permite que ele se realize enquanto ser humano, pois o torna submisso a uma relação social em que os produtos de seu trabalho se relacionam e não os trabalhadores produtores destes.

Outro elemento que possibilitou a intensificação da exploração da força de trabalho é a necessidade de criar mais-valor, que seria o trabalho excedente, o tempo a mais que o trabalhador trabalha para o capitalista na produção de mercadorias. No desenvolvimento do processo produtivo, a classe capitalista elabora estratégias para configurar condições favoráveis para atender os objetivos de valorização do capital. Dessa maneira, as formas de adquirir este mais-valor são distintas em cada momento histórico, acrescentando sempre novas categorias concretas ao processo produtivo.

De acordo com Marx (1983), a mais-valia relativa torna-se umas das categorias fundamentais para o desenvolvimento favorável da sociabilidade capitalista, sendo que o processo de trabalho é dividido em trabalho necessário para suprir o valor da força de trabalho e trabalho excedente que permite a valorização do capital. Este processo de valorização acontece além do prolongamento do tempo de trabalho, também por meio de avanços tecnológicos e científicos no processo de trabalho, de tal forma que na mesma jornada de trabalho, o capitalista consegue obter maior quantidade de mais-valor na totalidade social de produção.

Com o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas que possibilitam o aumento da produção, ocorre a redução do valor das mercadorias necessárias à subsistência do trabalhador, diminuindo o valor da força de trabalho. Sendo assim, um avanço tecnológico aplicado em um processo produtivo de produção reduz o custo na totalidade social da produção. A mais-valia relativa revoluciona todo o

processo de trabalho, aumentando a produtividade para o capitalista ao mesmo tempo em que diminui o valor da força de trabalho. Marx (1983) acrescenta:

Entendemos por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso (MARX, 1983, p. 250-251).

No entanto, não bastam avanços tecnológicos e pesquisa, é necessário, organizar o trabalho e modificar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho. Quando acontece esta transformação nos complexos produtivos que estão diretamente engendrados com as mercadorias que correspondem ao valor da força de trabalho, consecutivamente seu valor diminui, como também todo o complexo produtivo é alterado. Como afirma Marx (1983),

(...) o processo inteiro só afeta finalmente a taxa geral de mais-valia se o aumento da força produtiva do trabalho atingiu todos os ramos de produção, portanto barateou mercadorias, que entram no círculo dos meios de subsistência necessários e conseqüentemente constituem elementos do valor da força de trabalho (MARX, 1983, p. 253).

O sistema capitalista supera a necessidade histórica da transição do trabalho na forma individual para o trabalho na forma social, pois “essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente” (MARX, 1983, p. 266). Quando coopera, o trabalhador supera os limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie, gera uma força total, o trabalho social.

Dadas as condições históricas e materiais, um dos elementos incorporados pelo sistema capitalista é a cooperação, ou trabalho cooperado, apesar de existir em outros sistemas econômicos como nas sociedades de caçadores, em que a propriedade dos meios de produção era comum e o trabalho cooperado garantia a subsistência do grupo, no

capitalismo ao contrário, o trabalhador não utiliza sua força de trabalho em prol dos trabalhadores, mas vende sua força de trabalho para o capitalista. Ou no Mundo Antigo, na Idade Média e Colônias Modernas, em que o trabalho cooperado estava baseado “em relações diretas de domínio e servidão, na maioria das vezes na escravidão” (MARX, 1983, p. 265). Porém no sistema capitalista a cooperação simples alcança características distintas, pois o trabalhador neste caso é livre e assalariado.

Além do aumento da produtividade, outro aspecto a destacar é que a cooperação permite que os trabalhadores unam-se em grupo para efetuar a venda da força de trabalho, esta junção de trabalhadores facilita a resistência e a luta da classe por melhores condições de trabalho. “A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela” (MARX, 1983, p. 263).

O sistema capitalista caracteriza-se pela propriedade privada da classe capitalista, que ao concentrar esta grandeza de capital para-si, torna-se comandante da classe dos trabalhadores. As relações que daí derivam, caracterizam-se por formas despóticas e a cooperação dos trabalhadores no processo de trabalho tem como única finalidade ser força produtiva do capital. Nas palavras de Marx,

A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração (MARX, 1983, p. 262).

Sabe-se que as categorias na lógica do capital são componentes que acompanham todo o processo de estruturação e reestruturação do capital, e que se apresentam em todos os momentos históricos, embora sob novas formas. A cooperação de um grande número de trabalhadores inseridos em determinado tempo-espço, permanece sendo uma categoria fundamental para a valorização do capital.

Desde os primórdios da revolução industrial até os processos contemporâneos de produção, essas categorias aprimoram-se no decorrer do desenvolvimento da sociabilidade, novos elementos são inseridos, avanços tecnológicos são elaborados, tanto para a maquinaria quanto para a organização dos trabalhadores, todos os setores recebem

modificações, da agricultura à cibernética. No entanto, historicamente, a cooperação simples permitiu a aparição de formas mais desenvolvidas de produção, sendo a manufatura um destes elementos que complementam a cooperação.

Conforme Marx (1983), a manufatura desenvolveu-se no interior das oficinas artesanais que organizavam o trabalho por meio da divisão do trabalho, como o processo de trabalho dependia da força, habilidade e rapidez do trabalhador individual, os instrumentos de trabalho eram adequados às funções particulares dos trabalhadores, cada trabalhador especializava-se em determinado ofício, que era aperfeiçoado em escolas de aprendizagem e em outros casos, no próprio cotidiano com a convivência de pessoas com maior experiência.

As manufaturas desempenhavam atividades distintas entre si, contratando forças de trabalho diferenciadas. Isso permitiu o surgimento da divisão entre trabalhadores qualificados, que necessitavam de certo conhecimento específico para executar sua força de trabalho, e os trabalhadores não qualificados, que somente realizavam atividades repetitivas que exigem apenas esforço físico do trabalhador. Com o aparecimento da divisão de trabalho qualificado e não qualificado, é perceptível a hierarquia de salários. Com a manufatura, o trabalho é simplificado, reduzindo o custo de aprendizagem para o trabalhador qualificado e eliminando a aprendizagem do trabalhador não qualificado (MARX, 1983).

Continua afirmando Marx (1983) que as primeiras manufaturas tiveram como pressuposto histórico o comércio com as nações estrangeiras, principalmente com as colônias americanas e a rota marítima às Índias Orientais, o avanço populacional e a concentração de capital nas mãos de poucos capitalistas também possibilitaram o surgimento das primeiras manufaturas. A grande burguesia surge por meio das manufaturas, enquanto as pequenas corporações formadas pela pequena burguesia tiveram que se submeter às mesmas. Nesse contexto, a Inglaterra destacou-se como a grande potência do comércio e das manufaturas, o progresso econômico britânico foi notável através das manufaturas, pois desenvolveu a força produtiva social do trabalho e permitiu a divisão social do trabalho.

No entanto, esta divisão social do trabalho trouxe aspectos negativos para o trabalhador individual, pois o torna alienado ao processo produtivo, permitindo que as relações aconteçam apenas entre os produtos de seu trabalho ao invés de relações entre os produtores destes produtos. Para Marx (1983),

Onde a divisão fisiológica do trabalho constitui o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo diretamente conexo desprendem-se uns dos outros, decompõem-se, para cujo processo de decomposição o intercâmbio de mercadorias com comunidades estranhas da o impulso principal, e se autonomizam até o ponto em que a conexão entre os diferentes trabalhos é medida pelo intercâmbio dos produtos como mercadorias (MARX, 1983, p. 277).

A manufatura permitiu que o trabalho na indústria fosse dividido em vários setores, tanto no comércio quanto na agricultura. Apesar de revolucionar os meios de produção resultando no trabalho social, a divisão manufatureira do trabalho implicou na intensificação da exploração da força de trabalho.

Segundo Marx (1983), o grande produto das manufaturas, no entanto, foi a produção dos instrumentos necessários para a origem da maquinaria e da grande indústria, que superou as atividades artesanais como princípio regulador da produção social, permitindo que ocorresse uma intensificação na exploração da força de trabalho, sendo que na mesma jornada de trabalho diminuiu o trabalho necessário para reprodução da força de trabalho e aumentou o trabalho excedente, confluindo na valorização do capital.

A maquinaria e a grande indústria têm como marco de origem a Inglaterra, devido às transações realizadas por este país com outros países e a grande demanda por seus produtos manufaturados, demanda esta que não se satisfazia apenas com as forças produtivas existentes, a cooperação e a manufatura. Com a grande indústria e o excesso de produção, acirra-se a concorrência entre os capitalistas, originando os modernos mercados (concentração e circulação de capitais) (MARX; ENGELS, 2007).

Assim como a cooperação simples e a manufatura com a divisão do trabalho, a maquinaria tem como finalidade baratear as mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo. Sendo assim, ao se aperfeiçoarem permitem a estruturação e reestruturação do processo produtivo capitalista. Mediante o aumento da produtividade e a valorização do capital, os resultados são o barateamento das mercadorias e a diminuição do valor da força de trabalho.

Mediante a maquinaria, o trabalhador passou daquele que movimentava a ferramenta de trabalho para aquele que executa uma atividade sob o comando da máquina, que é um mecanismo movimentado por uma força motriz, movimentado pelas forças naturais. Sendo assim, salienta Marx (1983) que na manufatura o trabalhador executava individualmente os processos particulares, na indústria a máquina passa a executar todos os movimentos necessários, agindo como um sistema de máquinas que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a centralidade da produção desloca-se do trabalhador para a máquina.

De todas as categorias que possibilitaram o desenvolvimento do sistema capitalista, a maquinaria e a grande indústria destacam-se por serem os meios mais eficazes de elevar a produtividade do trabalho, ou seja, encurtar o tempo de trabalho necessário, sem precisar prolongar a jornada de trabalho. Nesse momento, é perceptível a inclusão da força de trabalho feminina e infantil no processo de trabalho, outro elemento fundamental para o desenvolvimento do capital, pois “ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho” (MARX, 1985, p. 23) entre seus integrantes. O grau de exploração é ampliado, pois aumenta o material humano para tal exploração, afetando integralmente o trabalhador através da intensificação da força de trabalho com o aumento da velocidade e ampliação das máquinas, que superam os limites naturais dos seres humanos Marx expõe que,

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc. (MARX, 1985, p. 56-57).

O desenvolvimento das forças produtivas em sua totalidade constitui o desenvolvimento da sociedade, sendo que positivamente

permite que o ser humano continue seu desenvolvimento rumo a sua liberdade plena. No entanto, como nos mostra Marx sob o sistema capitalista, a grande indústria com seu “conjunto de existência, de condicionamento e limitações está fundido nas duas formas mais simples: propriedade privada e trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p. 75). Sendo assim, a propriedade privada não permite ao trabalhador a liberdade plena, pois este é privado dos meios de produção e está submetido às relações desiguais de produção.

Com a cooperação, divisão do trabalho na manufatura e a fugacidade da máquina na intensificação da exploração da força de trabalho estavam dadas as condições para a proliferação do capitalismo em todas as regiões do mundo.

Independente de qual seja o processo produtivo de determinada mercadoria, a cooperação de um grande número de trabalhadores espalhados pelos distintos setores da produção, acompanhado do movimento da máquina que recebe sempre novos incrementos tecnológicos, continua sendo o procedimento em que a classe capitalista extrai a valorização do capital. Por ser dinâmico e ter desenvolvido as condições necessárias para a subsistência humana para além de suas necessidades, o movimento promovido pelo capitalismo poderia favorecer a libertação do homem, porém ao se fundamentar na propriedade privada torna o ser social prisioneiro do processo produtivo.

O desenvolvimento do processo produtivo capitalista possui caráter dinâmico e cada vez mais torna a mais-valia absoluta oriunda da maquinaria e grande indústria em mais-valia relativa, salientando que nunca ocorre sua eliminação, pois ambas permanecem como centrais na valorização do capital. Portanto, na medida em que acontecem as transformações no processo produtivo também ocorrem mudanças nas relações sociais estabelecidas.

O desenvolvimento e as diferenças surgidas entre divisão de trabalho e manufatura artesanal ou mecanizada, não podem possuir apenas caráter objetivo, mas modifica o ser humano singular, apresentando-se de forma que recua cada vez mais os comportamentos de origem do ser biológico, para a imposição de comportamentos cada vez mais sociais (LUKÁCS, 2010).

Em analogia com a classe trabalhadora da pomicultura, podemos perceber que todos os sentimentos do trabalhador da maçã vinculam-se diretamente ao processo produtivo da mercadoria maçã, o trabalhador dedica uma parte de seu tempo para a produção de mercadorias e a outra para recompor as energias necessárias para continuar dedicando no próximo dia sua força de trabalho no processo produtivo desta



mercadoria. Sendo assim, a mercadoria maçã envolve-o integralmente, não permitindo que outras relações venham a ser estabelecidas, senão aquelas relacionadas a este processo produtivo, nesta linha de pensamento é que seguimos nossa análise.

### **1.3.3 O processo de produção da maçã e a classe trabalhadora da pomicultura**

O processo produtivo da maçã é caracterizado por necessitar de uma grande classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para a produção da mercadoria maçã, gerando a valorização do capital dos grandes proprietários agroindustriais. A valorização resultante da exploração desta força de trabalho favorece o desenvolvimento do agronegócio da maçã, possibilitando inovações tecnológicas, reestruturação de pomares, automatização da classificação e embalagem, propaganda e marketing, etc.

O desenvolvimento do processo produtivo da maçã em Fraiburgo aconteceu por meio dos seguintes aspectos: acumulação primitiva realizada por uma única família por meio da exploração da mata nativa, incentivos fiscais disponibilizados a esta mesma família para implantação do processo de produção da maçã, constituição de uma classe trabalhadora formada por trabalhadores oriundos da exploração da mata nativa e pequenos agricultores.

Como toda a atividade econômica estabelecida no sistema capitalista, a produção de maçã necessita em seu processo produtivo de um grande número de trabalhadores que se distribuem ao longo da produção, técnicos que auxiliam na realização de pesquisas para os avanços tecnológicos, trabalhadores braçais, auxiliares de produção, técnicos de controle de qualidade, supervisores, carregadores, motoristas, etc. Analisando a partir de Marx (1983, p. 48):

A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.

O processo de produção da maçã está organizado em dois espaços distintos, no pomar onde ocorre o cultivo, o plantio, a poda, o raleio, o

manejo (controle) e a colheita e no espaço do *Packing House*<sup>19</sup>, onde acontece o recebimento, a pesagem, a amostragem, a armazenagem, a classificação, a embalagem e a expedição.

No cultivo da maçã, a força de trabalho constitui-se de técnicos e trabalhadores rurais. Aos técnicos cabe o trabalho de formação dos viveiros, cultivo das mudas e delimitação das áreas a serem cultivadas; os trabalhadores rurais ocupam-se da limpeza das áreas, da adubação do solo, aplicação de defensivos, podas, arqueamentos dos galhos das macieiras e da colheita.

O número de trabalhadores rurais torna-se insuficiente, de fevereiro a abril, na época da colheita da maçã, sendo necessária a compra da força de trabalho de safristas. Os trabalhadores safristas são contratados temporariamente, por um período máximo de três meses recebem em média um salário mínimo, alojamento, alimentação e transporte até os pomares de maçã. As agroindústrias saem à procura desta força de trabalho em todas as regiões do Brasil, principalmente no interior de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A agroindústria realiza um contrato de trabalho com o trabalhador safrista, em condição de igualdade entre comprador e vendedor, como destaca Marx (1983), o possuidor de dinheiro encontra-se no mercado e entra em relação com o trabalhador, como possuidor de mercadoria, diferencia-se por ser um o comprador e o outro, vendedor da força de trabalho, sendo pessoas juridicamente iguais. Esta relação, porém, representa perdas constantes para o trabalhador safrista, que em muitos casos é iludido pelas propostas propagadas pelas agroindústrias, e que ao iniciar o trabalho, depara-se com uma remuneração baixa, quantidades exorbitantes de descontos, alimentação pouco diversificada, alojamentos distantes da cidade, etc.

O trabalho do safrista na colheita da maçã é realizado manualmente por meio de uma sacola denominada de “bocó” que possui capacidade para 15 quilos de maçã, após a retirada do fruto, o mesmo é depositado em uma caixa de madeira, chamada “bin”, que comporta de 390 a 400 quilos de maçãs. No auge da colheita, estimulado pela comissão de produtividade, o trabalhador safrista em uma jornada de oito horas de trabalho colhe em média 1,2 toneladas de maçã e recebe como salário base o mínimo.

O processo de produção de maçã não se encerra na colheita, prossegue no “*Packing House*”, ambiente que comporta as câmaras frigoríficas, as máquinas de classificação e embalagem e a expedição, a

---

<sup>19</sup> Locais de armazenamento e processamento de frutas antes de sua comercialização.

maçã é armazenada nas câmaras frigoríficas permitindo sua preservação, classificação, embalagem e comercialização durante todo o período entre safras. Neste setor da produção, o trabalho é realizado em sua grande maioria por mulheres, que desempenham as atividades de classificação e embalagem.

Para que as agroindústrias se adequassem ao controle de qualidade do mercado nacional e internacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elaborou o regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação da Maçã<sup>20</sup>, que determina as classes ou calibres e categorias das maçãs, as classes ou calibres referem-se ao peso e tamanho dos frutos e as categorias são consideradas através de seus defeitos que são determinados de acordo com a natureza, causa, número e tamanho dos mesmos. As categorias da maçã, qualquer que seja a classe ou calibre a que pertença, são definidas em quatro: Extra, Categoria 1, Categoria 2 e Categoria 3, de acordo com os tamanhos e intensidade de defeitos estabelecidos.

O trabalho dentro do “*Packing House*” é composto por um sistema de automação industrial, cada agroindústria de acordo com suas estratégias e capital econômico, é detentora de determinada tecnologia<sup>21</sup>.

O processamento da maçã é efetuado tanto pelas máquinas quanto pelos trabalhadores. Muitas agroindústrias possuem a tecnologia que separa a maçã em classes ou calibre, mas não a tecnologia para a separação das frutas em categorias, dessa forma, a classificação é executada por força de trabalho feminina. A trabalhadora recebe um treinamento para classificar os frutos a partir das tabelas de controle de qualidade elaboradas pelo Ministério da Agricultura. Este trabalho é

---

<sup>20</sup> Instrução Normativa MAPA nº 50, de 03 de setembro de 2002.

<sup>21</sup> No caso do Grupo Renar e Pomifrai, de acordo com informações disponibilizadas pela empresa, a empresa dispõe de: 31 câmaras frigoríficas, operando nos regimes de Atmosfera Normal (AN) e Atmosfera Controlada (AC); 01 máquina eletrônica de pré-classificação, que possibilita seleção de peso, cor e qualidade (ainda necessitando de intervenção de força de trabalho); 01 máquina eletrônica de embalagem; 01 hydrocooler que realiza o processo de pré-resfriamento da fruta antes das mesmas entrarem na câmara frigorífica, com água na temperatura de 0 a 2°C, desacelerando o metabolismo das frutas; 02 máquinas de embalagem de sacolas e todo um processo estruturado para desidratação de frutas e fabricação de polpa de maçã congelada em pedaços. ([www.renar.agr.br](http://www.renar.agr.br)). No contexto agroindustrial da empresa Agrícola Fraiburgo, por exemplo, inseriu uma nova tecnologia no processo de classificação que não necessita mais da força de trabalho feminina, que consiste no processamento por meio de filmadoras industriais que analisam a fruta que passa através de um conduto e células de carga que pesam as frutas individualmente. As informações são captadas pelas filmadoras e enviadas a uma central de processamento que irá diferenciar as frutas e decidir em qual grupo a mesma pertence. ([www.agricolafraiburgo.com.br](http://www.agricolafraiburgo.com.br)).

monótono e repetitivo, como também desgastante devido à exigência dos supervisores para manter o controle de qualidade.

O complexo de máquinas das agroindústrias é interligado, após a classificação, a maçã dirige-se através de esteiras para o setor de embalagem, passando por uma reclassificação e é armazenada dentro de bandejas, caixas de madeira, sacolas plásticas, de acordo com a marca e o consumidor a que se dirige.

Em todos os setores do “*Packing House*” é perceptível a divisão do trabalho por gênero, a força de trabalho masculina atua nas atividades de supervisão, controle de qualidade e expedição do fruto. À força de trabalho feminina compete as atividades de classificação e embalagem.

O valor da força de trabalho da pomicultura é baixo e a média de salários é um salário mínimo. Para satisfazer as necessidades da família, todos seus integrantes precisam vender sua força de trabalho. Muitos jovens ao completar 16 anos iniciam o trabalho na pomicultura. Em Fraiburgo, todas as demais atividades, sejam econômicas ou políticas, o próprio cotidiano do trabalhador volta-se diretamente ao atendimento dos interesses das agroindústrias.

No Brasil o trabalho infantil é proibido, porém o governo federal sob a lei 10.097/2000 regulamentou a contratação de adolescentes e jovens como aprendizes e todas as empresas, sob certos critérios, devem realizar a contratação de aprendizes. As agroindústrias produtoras de maçã implantaram o programa de aprendizagem “cultivo da macieira - jovem aprendiz cotista”, o objetivo do projeto é possibilitar aos adolescentes e jovens ingressarem no mercado de trabalho, a partir de uma qualificação para atuar no processo produtivo da maçã.

No capitalismo, o trabalhador não perde sua condição humana, o que se transforma em uma coisa, é sua força de trabalho ao ser transformada em mercadoria, e estar inserida em uma relação coisificada, ao invés de ser apenas valor de uso, servir para satisfazer mediatamente e imediatamente as necessidades humanas, a força de trabalho converte-se em valor de troca, pressupondo a propriedade privada, a esfera do consumo e da circulação.

Acrescenta Marx (1983, p. 139):

Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo,

portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação.

Na produção da mercadoria maçã, o trabalho é dispêndio da força de trabalho no sentido fisiológico, como trabalho humano abstrato que se converte no valor das mercadorias, ao invés de realização do trabalhador converte-se em alienação. A contradição encontra-se no fato de que as relações entre os produtores por fim, assume uma relação entre coisas, ou seja, entre mercadorias. Portanto, a figura coisificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria (MARX, 1983).

A mercadoria maçã neste caso acoberta muitas relações, a relação da propriedade privada capitalista e a produção desigual dos meios para subsistência do trabalhador, a relação de expropriação da classe trabalhadora para a valorização do agronegócio da maçã por intermédio da venda da força de trabalho. Além de permitir que as agroindústrias elaborem estratégias para sua estabilidade mediante processos educativos, integrados ao trabalho na macieira, como o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”. Neste contexto, a classe trabalhadora, ao vender sua força de trabalho é levada a profissionalizar-se na produção de maçã.

#### **1.3.4 As transformações no processo produtivo de maçã e a mediação do programa de aprendizagem**

De acordo com Marx (1983), o capitalismo e todos os instrumentos utilizados para a exploração do trabalhador são históricos, são construções históricas como qualquer outro sistema socialmente estabelecido. “A natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho” (MARX, 1983, p. 140). Desse modo, criadas as condições necessárias, o sistema capitalista em seu movimento histórico insere-se em todas as esferas sociais, transforma espaços geográficos, culturais, seja no meio rural ou urbano, em grandes ou pequenos centros, determina as relações sociais para o seu funcionamento, modifica suas estratégias.

O fundamento desta relação acontece quando o proprietário dos meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho no mercado. Nesta relação o possuidor

de dinheiro, segue como capitalista satisfeito e ávido por negócios e junto dele o possuidor de força de trabalho, tímido como alguém que leva “a sua própria pele para o mercador e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume” (MARX, 1983, p. 145).

A respeito deste pensamento elaborado por Marx (1983), Tumolo (2003), acrescenta:

A exploração capitalista – o trabalhador que leva sua pele para o curtume – pressupõe, portanto, a produção da vida integral do trabalhador na sociedade do capital, quer dizer, a formação do cidadão. Dilui-se, assim, a linha divisória entre “espaço e tempo de trabalho” e “espaço e tempo fora do trabalho”, já que eles se determinam mutuamente e só podem ser espaço e tempo constituídos historicamente na lógica do capital. Estes dois “espaços” se encerram, ou melhor, são expressão fenomênica de um único “espaço”, o *locus* do capital. Não obstante, tudo isso foi resultado de um processo de construção histórica, o processo de consolidação do capital expresso pela subsunção real do trabalho ao capital. (TUMOLO, 2003, p. 163)

Os trabalhadores sentem-se presos à lógica deste sistema, em meio às crises capitalistas o trabalhador é ameaçado pela possibilidade de não vender sua força de trabalho. No ano de 2010, o setor produtivo da maçã em Fraiburgo passou por uma reestruturação, alguns grupos como Renar e Pomifrai incorporaram-se, reduzindo a necessidade de força de trabalho. Outro fator que levou à diminuição da compra da força de trabalho é à extinção de algumas áreas de cultivo da maçã, que passaram a ser exploradas para a plantação de pinus e grãos, pois são os produtos que melhor permitem a valorização do capital das agroindústrias. A classe trabalhadora também é afetada pela recente crise do grupo econômico da agroindústria Agropel, que está sob processo de recuperação judicial.

O capital determina o quê e como produzir, desta maneira o trabalhador está sujeito às alternativas e decisões impostas por este sistema. Enquanto alguns indivíduos podem usufruir dos lucros, outros apenas lutam por sua sobrevivência. Este processo é afirmado e confirmado por meio de muitas instituições de convencimento, a religião, os códigos de leis, a educação, etc. que contribuem para

perpetuação e sustentação deste sistema desigual. O processo acontece mediante o convencimento, constituição de crenças ou por instrumentos de repressão que resulta na negação da vida humana, pois todas as relações sociais estabelecidas levam um ser humano a pertencer a outro como meio de trabalho e produção.

A educação tem sido um dos instrumentos utilizados para a manutenção e perpetuação deste sistema de produção, tem acompanhado o movimento histórico do capital e permitido a naturalização e justificação deste sistema desigual de produzir a vida. De acordo com Mészáros (2005), para que aconteça a “mudança” no capitalismo é fundamental a universalização do trabalho e da educação, sendo que o trabalho passaria a ser atividade humana autorealizadora, para si, não para outrem como acontece no sistema capitalista, tornando os trabalhadores sujeitos de sua libertação consciente.

Dentre os diferentes processos de educação utilizados para a formação de força de trabalho no sistema capitalista, referenciamos os programas de aprendizagem, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 62 considera a aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. A alteração na constituição de 1988 que proíbe o trabalho infantil, estabelece que o trabalho possa ser efetuado pelo jovem, porém, na condição de aprendiz aos 16 anos. No entanto, o marco de incentivos para a aplicação da lei de aprendizagem é o ano 2000, a partir da lei 10.097/2000, mediante o apoio de diversos órgãos públicos como o Ministério do Trabalho, conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, Serviço Nacional de Aprendizagem, escolas técnicas de educação, organizações do terceiro setor entre outros. A classe burguesa com o objetivo de reestruturar suas forças produtivas, aposta na força de trabalho do jovem, mediante o aperfeiçoamento da lei existente e favorável para a concretização desses programas de aprendizagem.

Além das empresas privadas os órgãos públicos propagam a necessidade dos trabalhadores investirem em sua formação, e as diversas empresas privadas elaboram de acordo com seu ramo de atividade econômica os programas de aprendizagem, destinadas ao jovem com faixa etária entre 14 e 24 anos. A lei de aprendizagem 10.097/2000 altera a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e afirma que os estabelecimentos de qualquer natureza, devem ter de 5% a 15% de

aprendizes, tomando como base o quadro de funcionários da empresa<sup>22</sup>. A educação para o trabalho acontece desde as empresas bancárias, nos supermercados, em lojas, até nas atividades no processo produtivo de determinada mercadoria. Na especificidade de Fraiburgo existem distintos programas de aprendizagem, tanto para o trabalho nas agências bancárias, áreas administrativas das empresas, como também no processo produtivo da maçã.

Como está afirmada por uma lei, a aprendizagem requer certa fiscalização, para verificar se está sendo bem aplicada. A aprendizagem é concretizada por intermédio de contrato de trabalho e o órgão responsável para fiscalizar esta lei é o MTE - Ministério do Trabalho. O aprendiz é contratado pela empresa que tem como exigência cumprir a lei e suprir suas cotas. O aprendiz recebe o salário mínimo/hora, vale transporte e registro na carteira de trabalho e previdência social.

Portanto, um dos aspectos desses programas de aprendizagem é a educação pelo e para o trabalho. O jovem aprende como ter uma força de trabalho útil para determinado processo produtivo, ao mesmo tempo em que aliena sua força de trabalho, pois a vende mediante o contrato de trabalho. O trabalho em sentido de alienação na sociabilidade capitalista torna-se central na vida do trabalhador e a educação um dos elementos que contribui para permanência dessa centralidade, em que caracteriza o trabalho somente como produtor de mercadorias.

Quanto mais o mundo objetivo torna-se poderoso, criado pela força de trabalho, mais pobre fica o trabalhador, pois ele passa a não pertencer a si próprio, encerrando sua vida no objeto que criou. O emprego da força de trabalho por meio de tempo necessário para produzir determinada mercadoria assume o valor das mercadorias, “o complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total” (MARX, 1983, p. 71). As relações entre os trabalhadores ao serem ativadas no mercado resultam em uma relação social entre os produtos

---

<sup>22</sup> Caso a empresa descumpra a lei de aprendizagem algumas penalidades são executadas, tais como: – lavratura de auto(s) de infração e conseqüente imposição de multas administrativa(s), no âmbito do MTE (art. 434 da CLT), garantido o direito de ampla defesa e contraditório; – encaminhamento de relatórios ao Ministério Público do Trabalho (MPT), para as providências legais cabíveis – formalização de termo de ajuste de conduta, instauração de inquérito administrativo e/ou ajuizamento de ação civil pública; – encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual/Promotoria da Infância e da juventude para as providências legais cabíveis; – nulidade do contrato de aprendizagem, com conseqüente caracterização da relação de emprego com aquele empregador, na forma de contrato de prazo indeterminado, ainda que a contratação tenha sido feita por meio de ESFL (art. 15 do Decreto nº 5.598/05); – encaminhamento de relatórios ao Ministério Público Estadual ou Federal, para as providências legais cabíveis, caso sejam constatados indícios de infração penal (Manual de aprendizagem, 2009).



de seu trabalho, relações coisificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.

O movimento de valorização do capital faz com que a classe capitalista elabore estratégias que possibilitem a garantia de lucro em seus empreendimentos. O processo de trabalho e de produção, como também de valorização do capital, são configurados de acordo com este interesse, como são categorias centrais do capital, ele necessita manipulá-las de acordo com o aparecimento de suas contradições a fim de resolvê-las.

O capitalista mobiliza todas as categorias – processo de trabalho, força de trabalho, meios de produção, processos de educação, etc. - necessárias para a valorização do capital. Assim este estudo demanda uma continuação e aprofundamento, pois o capital é ativo e metamorfoseia-se, acrescenta sempre novos elementos em seu processo de trabalho para a produção de mercadorias, que além de apresentar consequências à classe trabalhadora, também acirra as contradições do próprio sistema econômico que necessitam ser explicitadas. Os processos de educação, cada vez mais pautam-se a atender objetivos econômicos, caracterizando-se com o modelo de trabalho que resulta na valorização do capital.

A intensificação da exploração da força de trabalho é perceptível em todos os momentos, mediante a homogeneização do trabalhador, a inserção da força de trabalho feminina e infantil no processo produtivo, o aumento da jornada de trabalho, o aumento da velocidade das máquinas, etc.

A história remete-nos tanto a natureza quanto ao mundo dos homens e mulheres por meio da práxis social que torna o ser social cada vez mais social, “com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em si o ser social” (LUKÁCS, 1979, p. 17). O trabalho cumpre a função transformadora da natureza e do próprio homem, enquanto tem como função a produção de mercadorias com o objetivo de atender as necessidades básicas da comunidade, segue seu objetivo natural, este processo é denominado valor-de-uso. Mediante a complexificação das relações sociais, o trabalho cria um valor totalmente novo, a forma mercantil de aquisição das mercadorias para subsistência, o valor-de-troca. Desta maneira, “a tendência principal do processo que assim tem lugar é o constante crescimento, quantitativo e qualitativo, dos componentes pura ou predominantemente sociais” (LUKÁCS, 1979, p. 19).

A complexificação e o desenvolvimento da sociedade em suas categorias econômicas possibilitam o distanciamento dos obstáculos

naturais, ou seja, o ser social torna-se cada vez mais social e supera cada vez mais sua ligação com a natureza. Sem nenhum valor subjetivo este é um progresso para o ser social, pois se realiza em categorias independentes e as formas naturais são conservadas com o intuito de superá-las (LUKÁCS, 1979).

Conforme Lukács (2010), o processo necessário de integração dos agrupamentos humanos é um ponto de destaque nas explicitações de Marx, esta tendência pode resultar na unidade social da humanidade e atinge seu auge no sistema de produção capitalista, seu desenvolvimento não se limita apenas em integrar toda a vida social, porém ultrapassa as fronteiras nacionais fundamentando o desenvolvimento do mercado mundial.

Acrescenta Lukács (2010, p. 320) que,

O desenvolvimento causal puramente econômico, isento de qualquer dimensão valorativa, que até aqui tudo produziu de forma estranhada, conseguiu provocar essa integração apenas no sistema baseado no emprego imediato da violência e destinado à exploração e à opressão.

Continua o autor afirmando “o desenvolvimento das forças produtivas, a crescente divisão do trabalho, a gradativa socialização da vida social etc. atuam todos numa direção, isto é, a de fazer recuar sempre mais a esfera apenas imediata de experiência da práxis cotidiana” (LUKÁCS, 2010, p. 272). No entanto é fundamental esclarecer que este desenvolvimento processual do ser social é processo irreversível e fundamental para a reprodução do ser humano. Somente por meio da teoria histórico-social, que se encontra na essência dos conceitos subjetivos, é possível uma compreensão efetiva da realidade, desvelando assim o mundo das aparências.

Mediante a compreensão do desenvolvimento processual da sociabilidade capitalista e sua interlocução com os processos de educação é necessário entender como se configura a vida do ser humano, de que maneira os processos de educação tornam-se um dos complexos necessário ao capital que permite tal desenvolvimento. Neste contexto daremos continuação a este estudo, elaborando no capítulo II uma análise da reprodução social em Lukács demonstrando que por serem históricas as categorias sociais alteram-se e configuram-se conforme os interesses de cada sociedade.

Nesta conjuntura, torna-se necessário elaborar uma compreensão dos processos educativos em sentido ontológico mediante a categoria do trabalho. Dessa forma, a reprodução do ser social, por intermédio de mediações como a cooperação, a divisão do trabalho, os meios de comunicação, os processos de educação, permite que as ações humanas sempre se apresentem com a inserção de novos elementos em suas práticas.

No decorrer do desenvolvimento da sociedade se expõem as tendências centrais de ampliação do ser social, “o recuo das barreiras naturais”, a redução do tempo de trabalho necessário e o mercado mundial, porém explicitando que resultaram na sociedade capitalista e seus complexos, que precisam ser desvelados, para resultar em relações sociais que tornem o ser humano não mera parte de um processo produtivo, mas emancipado de toda violência e exploração, que conflui na valorização do capital de uma determinada classe, a burguesa.



## II. O TRABALHO E AS MEDIAÇÕES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL

É somente a partir da compreensão da gênese do surgimento do trabalho e da linguagem que podemos entender a organização da sociabilidade em nossa atualidade. Torriglia (2008, p. 124) enfatiza, auxiliando-se em Lukács que é a partir “da atividade<sup>23</sup> e por meio da linguagem”, que homens e mulheres começam a designar, antecipar, imaginar e escolher alternativas.

Nessa direção, Lukács (2010) afirma que o ser humano sem a esfera biológica - que é sua gênese, transcurso e fim da existência - não pode existir, porém é necessário ir além dessa compreensão. É imprescindível o desenvolvimento de uma compreensão que leve em consideração a interação entre a esfera inorgânica, orgânica e a do ser social. Dessa forma, entende-se que esta interação permite as complexificações das relações sociais tornando-se o fundamento do ser social.

Neste capítulo explicitaremos uma compreensão acerca de como acontece esta reprodução ao longo do desenvolvimento processual do ser social, e que categorias se tornaram essenciais para esta reprodução social. Sabendo que são processos irreversíveis e que resultam num desenvolvimento tendencial, como a compreensão mediante o conhecimento *post festum*, pode auxiliar num melhor entendimento dos conflitos sociais gerados por tal desenvolvimento na sociabilidade capitalista, e como poderia ser possível solucioná-los.

### 2.1 O ENTENDIMENTO DA CATEGORIA TRABALHO ENQUANTO FUNDANTE DO SER SOCIAL

A produção social da vida humana por meio do trabalho é o metabolismo que fundamenta o movimento das sociedades até aqui existentes, sejam as sociedades antigas (grega, romana, etc.), a sociedade feudal ou a sociedade capitalista. Esse metabolismo consiste em um processo histórico que se perpetua mediante um constante movimento e por ter caráter dinâmico se complexifica. Esta complexificação pressupõe o aparecimento de novas formas e elementos nas relações sociais. Portanto, Marx (2007) explica que o indivíduo não pode estar dissociado desse desenvolvimento histórico, ao transformar a

---

<sup>23</sup> Atividade entendida como sinônimo de trabalho enquanto fundante do ser social.

natureza, o pensamento modifica-se e o indivíduo e a sociedade também se transformam.

Lukács (1984) afirma que as categorias específicas do ser social devem ser baseadas na categoria trabalho, assinalando a passagem do ser meramente biológico ao ser social, sendo que as categorias decisivas do ser social imbricada a esta são a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho. Por meio dessas categorias originam-se novas relações de consciência e realidade social, porém o trabalho torna-se o modelo de toda a práxis social. “O trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade, antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais” (LUKÁCS, 2010, p. 44), o trabalho nesse sentido está ligado a necessidade humano-social, ou seja, mediante os meios, o ser humano põe finalidades em suas ações. Sendo assim, é necessária a busca pelo conhecimento das legalidades da natureza, para modificá-la.

Em todos os processos de trabalho existentes na história da humanidade, o homem sempre buscou conhecer e conservar os meios para suprir uma finalidade, isto permitiu que além da transformação do objeto de trabalho o próprio homem modificasse sua maneira de ver o mundo que o cerca.

De acordo com Marx (1983), antes de qualquer processo de produção determinado o trabalho é um processo metabólico entre o homem e a natureza, sendo que modifica a natureza e a si próprio, tornando-se cada vez mais social. Continua Lukács (2010), o homem ao relacionar-se com a natureza e modificar a si próprio, se afasta cada vez mais do meio natural, este “reco das barreiras naturais” ao longo do desenvolvimento do ser social, cada vez mais toma caráter histórico, ao mesmo tempo em que o ser humano pertence à sociedade e também faz parte da natureza. Entretanto, o ser humano não pode ser de um lado social e de outro a natureza, essa condição do ser não se separa, ao contrário, na medida em que ele desenvolve sua sociabilização acontece apenas o afastamento de sua base natural, porém em hipótese alguma sua eliminação.

Dessa forma, o homem tornado social pelo trabalho, é um ser que dá respostas, “transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-las” (LUKÁCS, 2009, p. 229). O carecimento material necessário à reprodução individual e social movimenta o complexo do trabalho e as demais mediações existentes para suprir tal propósito, o homem que modifica e transforma as forças produtivas, acrescenta a si próprio, esferas de níveis cada vez mais superiores. “O trabalho se torna não simplesmente um fato no qual se

expressa à nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário, precisamente no plano ontológico, também se converte no modelo de toda a nova forma de ser” (LUKÁCS, 2009, p. 230). Importante entender que aqui se denota a vital diferença com a espécie animal. Vejamos melhor esta diferença.

Segundo Lukács (1984)<sup>24</sup>, o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos: o ser e o seu reflexo, são estes dois momentos que permitem ao homem transpor do mundo animal, pois o reflexo da realidade é o meio pelo qual surgem novas objetividades no ser social e permite que realize sua produção e reprodução da vida, no mesmo nível ou em níveis cada vez mais elevados. Sendo assim, a consciência que reflete a realidade adquire caráter de possibilidade. Portanto, esta superação por meio da humanização no trabalho e a superação da consciência epifenomênica (determinada pelo mero ser biológico), adquire uma tendência a tornar-se universal.

A respeito da superação do mutismo da natureza, continua Lukács (2010):

Apenas os seres humanos cuja necessidade da personalidade é conscientemente orientada para uma tal unidade de gênero e exemplar podem superar completamente e de modo efetivo os últimos resquícios de mutismo, podem, como personalidade plenamente desenvolvidas, tornar-se sujeitos ativos de uma autentica história da humanidade (LUKÁCS, 2010, p. 111).

Esta autentica história da humanidade está vinculada diretamente à categoria do trabalho. A essência do trabalho é a luta da existência e consequente produto da auto atividade humana, nesse movimento se destaca o salto do ser meramente biológico para o ser social que torna o desenvolvimento das demais categorias fundamentais. Por intermédio deste movimento o desenvolvimento histórico da humanidade torna-se de caráter irreversível.

Também com o distanciamento das barreiras naturais por intermédio do trabalho a relação sujeito-objeto se complexifica, as constantes finalidades postas pelo ser humano modificam a realidade e fundamentam sua práxis social. Sendo assim, permitem a existência de

---

<sup>24</sup> LUKÁCS, G.. **Ontologia do ser social: o trabalho**. A partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, Roma: Riunit, 1981. Tradução de Ivo Tonet. Universidade Federal de Alagoas, 1984.

um novo complexo que se articula com a generidade-não-mais-muda. Neste contexto, as formas de sociabilidade resultantes do metabolismo que o ser social realiza com a natureza convertem-se no conjunto das relações sociais. No entanto, é pelo processo cada vez mais complexo que surgem os diferentes desdobramentos sociais, como exemplo os de regulação social que contribuem para as decisões a serem tomadas pelo ser humano em todos os domínios da sua vida.

A partir destas complexificações, no conjunto das relações sociais torna-se possível a reprodução social dos indivíduos, a individualidade do ser humano é o resultado deste longo processo de sociabilização da vida social. Desse modo, o ser social é determinado pelos dois complexos sócio-históricos da generidade, o processo da generidade geral e do modo da manifestação real no processo prático da reprodução dos exemplares singulares. As ações do ser humano em sociedade resultam em consequências favoráveis ou desfavoráveis para a sociabilidade. Portanto, “o curso histórico da generidade pode tornar-se para os seres humanos sua própria história” (LUKÁCS, 2010, p. 104).

No decorrer da reprodução social ao longo desta metamorfose o desenvolvimento de novas categorias sociais é fundamental, sendo que a tendência é a intensificação do afastamento de sua base natural, como também a diminuição do tempo necessário para produzir os produtos para a subsistência. Estas modificações são necessárias, pois tornam o ser da esfera meramente biológica para a esfera do ser social e consecutivamente torna possível a superação da mera singularidade para o desenvolvimento da individualidade e generidade.

Mediante o entendimento tendencial do “recuo das barreiras naturais”, é importante lembrar e tratar como exemplo, o que explicitamos no início do capítulo I desta pesquisa, sobre a gênese histórica que permitiu compreender a formação da classe trabalhadora da pomicultura em Fraiburgo, desde os aborígenes até os caboclos e pequenos agricultores imigrantes da região. O trabalho sempre esteve presente no cotidiano desses povos para suprir suas necessidades básicas, cuja característica é o trabalho para a produção de valor de uso, a criação de porcos, a coleta e conservação do pinhão, a prática da coivara, queima e pequenas plantações, etc. Portanto, percebe-se que este “recuo das barreiras naturais” acontece de forma rápida por intermédio da imposição da configuração econômica da sociabilidade capitalista, para a produção de valor de troca mediante formas mais complexas de trabalho.

O desenvolvimento das relações de produção favorece o recuo dos obstáculos postos pela natureza e acontece de formas diferenciadas



em todas as partes do mundo, sendo uma das tendências do processo irreversível do desenvolvimento do ser social. Os povos que habitavam as regiões de agricultura de subsistência encontravam-se em uma fase, enquanto as regiões da Europa já estavam em um desenvolvimento significativo de suas forças produtivas, inclusive com o uso de máquinas. Contudo, com os objetivos expansionistas, no contexto da Revolução Industrial, permite que todas as regiões do mundo intensifiquem o distanciamento das barreiras naturais e, consecutivamente, a diminuição do tempo necessário para a subsistência do grupo.

No Brasil, com a chegada das famílias europeias, este distanciamento das barreiras naturais acontece de maneira antecipada, além de acompanhar a intensificação da exploração da força de trabalho dos povos que viviam baseados na economia de subsistência. Os objetivos econômicos expansionistas do governo republicano brasileiro permite a introdução dos avanços tecnológicos mais desenvolvidos da época no processo produtivo. Na especificidade da região do município de Fraiburgo, o processo produtivo se estrutura por intermédio da implantação de grandes serrarias e um grande complexo de máquinas, com serras automotivas, motores, tratores, etc.

A transformação capitalista com caráter globalizante espalhou-se por todas as regiões do mundo, com interesses e estratégias próprias desse sistema, que tem como base essencial a exploração da força de trabalho e dos meios naturais e, portanto traz consequências negativas aos povos que habitavam essas regiões. De tal modo, o processo de transformação da natureza confluiu na exploração da força de trabalho, na expropriação da mata nativa que outrora servia de meio natural e que permitia suprir as necessidades básicas dos sujeitos e consecutivamente o desenvolvimento metabólico cada vez maior do ser social.

O processo de produção e reprodução social, historicamente, apresenta-se como processo irreversível, com o “recoo das barreiras naturais” por intermédio da redução do tempo necessário para subsistência e sucessivamente à constituição de uma economia mundial. É fundamental a compreensão dessas tendências do desenvolvimento do ser social para uma possível compreensão da sociabilidade capitalista que, devido às contradições dessa sociedade, resultam de forma negativa ao ser humano.

### **2.1.1 Produção e reprodução do ser social e o problema histórico da sociabilidade capitalista**

Com o desenvolvimento das categorias econômicas no ato do trabalho, o ser humano produz mais do que o necessário para a simples produção e reprodução da vida. O resultado deste desenvolvimento é a redução do tempo necessário para a produção de produtos necessários para a subsistência do indivíduo.

Desse modo, sempre novos elementos inserem-se no processo de trabalho como o desenvolvimento da cooperação, da divisão do trabalho e da comunicação. A categoria trabalho pressupõe a reprodução desse complexo social que implica diretamente no desenvolvimento do ser humano que concretiza o trabalho.

No ato de pôr finalidades o ser social passa por profundas mudanças internas e externas. O trabalho é um pôr consciente que implica conhecer as finalidades e os meios adequados, sendo que cada vez mais sua constituição resulta em produtos com formas sempre mais elevadas. A divisão social do trabalho como a forma mais elementar do desenvolvimento do trabalho acresce a ela as demais categorias como a comunicação, a cooperação, a manufatura, a maquinaria. Por intermédio desta dinâmica espontânea entre estas categorias sociais o desenvolvimento dessas torna-se cada vez mais efetivas.

De acordo com Lukács (1990)<sup>25</sup>, quando os produtos do trabalho tornam-se mercadoria, o movimento da sociedade é dominado por categorias puramente sociais e não só naturais. Assim, com a produção para além das necessidades de subsistência e a redução do tempo de trabalho para produzir a vida, o aparecimento da mercadoria torna o valor responsável em regular toda atividade econômica. Todavia, surge uma sociabilização que apesar de suas contradições abre o caminho do progresso em sentido ontológico para a reprodução efetiva do ser social.

Na sociabilidade capitalista são perceptíveis todas as características de uma sociabilização que torna a reprodução do ser social cada vez mais recuada das barreiras impostas pela natureza, como também mediante os avanços tecnológicos é notável a diminuição do tempo para a produção dos produtos necessários à vida do ser humano. Entretanto, esta sociabilidade resulta em um desenvolvimento

---

<sup>25</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell' 'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

processual em que o trabalho assume forma de estranhamento para o ser humano.

Como podemos perceber na análise realizada, referente à constituição da classe trabalhadora da maçã, todas as categorias econômicas desenvolvidas pela sociabilidade capitalista resultam na própria valorização do capital mediante a compra-venda da força de trabalho. Todo o processo produtivo do capital já em seus primórdios requer que a classe trabalhadora disponha-se ao trabalho em todos os âmbitos de sua vida, desde o processo de produção até os complexos ideológicos. O trabalho enquanto valorização do capital representa a negatividade do ser humano, pois está acompanhado da propriedade privada e da intensificação da exploração da força de trabalho.

No entanto, é notável entender a complexidade da categoria reprodução social além do sistema capitalista, que prioriza a reprodução da classe trabalhadora em benefício da reprodução do capital. De acordo com Lukács (1990)<sup>26</sup>, a reprodução social é determinante para o ser em geral, que significa reproduzir-se para refletir, compreender que o ser humano tem como fundamento eliminável a constituição física, a reprodução biológica, mas também é reprodução histórico-social. É por meio do trabalho que a reprodução social se torna cada vez mais social, sendo que o conteúdo e a forma da vida biológica modificam-se pelo desenvolvimento social. O ser social ao reproduzir-se a si mesmo distancia-se do momento em que a troca orgânica direta com a natureza envolvia por inteiro o trabalho de todos os indivíduos.

O ser social tem como sua estrutura dois complexos dinâmicos, o indivíduo e a própria sociedade, o homem dessa maneira já não é mero ser biológico, mas trabalhador participe de um grupo social, reagindo ativamente às transformações do mundo. O pôr teleológico nesse sentido, não é apenas mera mediação homem e natureza, portanto surgem novas totalidades complexas, cada vez mais em termos sociais (LUKÁCS, 1990)<sup>27</sup>. O afastamento das barreiras naturais, torna o ser social um ser que se distancia da relação prática laborativa diretamente ligada à natureza e passa a interferir em ações políticas significativas. Portanto, no sistema capitalista estas ações políticas tornam-se

---

<sup>26</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

<sup>27</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

complexos ideológicos<sup>28</sup> que interferem nas relações entre a classe capitalista e a classe trabalhadora.

No caso do objeto desta pesquisa o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” pode-se considerá-lo uma dessas ações políticas, que tornam o jovem trabalhador atrelado ao sistema produtivo, com características de estranhamento e intensificação da exploração de sua força de trabalho para a valorização do capital das agroindústrias.

O desenvolvimento processual das categorias criadas pelo capital dificulta a reprodução social, que poderia resultar na transformação da individualidade do ser humano, para as categorias da generidade humana. Este obstáculo nas relações sociais na forma capitalista torna precária a própria constituição da individualidade enquanto personalidade humana, pois deforma a existência do ser humano problematizando o seu entendimento sobre a sociabilidade e não permite ao ser humano perceber as contradições implícitas por intermédio dessa configuração social.

A reprodução do ser social em sentido ontológico, pressupõe como um dos conteúdos centrais da história que “o homem, da mera singularidade (de exemplar da espécie), se desenvolveu para o homem real, a personalidade, a individualidade” (LUKÁCS, 1990, p. 102)<sup>29</sup>. O homem constrói o seu mundo externo, modifica, aperfeiçoa e ao mesmo tempo constrói a si próprio, resultando no processo que o transita da mera singularidade à individualidade.

Diante de novas alternativas e complexas respostas que acompanham o desenvolvimento processual do homem no curso deste longo desenvolvimento ininterrupto, o gênero humano começa a se apresentar de forma autêntica e adequada. Este desenvolvimento apenas

---

<sup>28</sup> A ideologia se mostra como fundamental para o funcionamento de qualquer sociedade, com o trabalho como - base fundadora de toda a socialização humana, mesmo da mais primitiva, tendencialmente - destaca o ser humano da esfera das necessidades biológicas mais puramente espontâneas e de sua satisfação apenas biológica, tornando determinantes, em seu lugar, os pores teleológicos, que, por sua natureza, assumem de imediato um caráter alternativo, são necessários desde o primeiro instante reguladores sociais que regulamentem as decisões alternativas que estabelecem os conteúdos da teleologia conforme as respectivas necessidades sociais vitais. [...] De início, é naturalmente impossível tratar-se aí apenas de prescrições ou ordens, como se tomou mais tarde função de governos, de sistemas de direito. [...] tem de ordenar essas decisões isoladas em um contexto de vida geral dos seres humanos e esforçar-se por esclarecer ao indivíduo como é indispensável para sua própria existência avaliar as decisões segundo os interesses coletivos da sociedade (LUKÁCS, 2010, p. 47).

<sup>29</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

é possível no contexto social objetivo, em que o processo e o produto do trabalho sofrem generalizações, ligada à práxis humana e junto desta ao ser do homem, sua genericidade (LUKÁCS, 1990)<sup>30</sup>. Somente este desenvolvimento processual da reprodução social é capaz de tornar a práxis em genericidade autêntica, consciente de si como gênero humano.

No desenvolvimento da reprodução socialmente mediada por categorias como comunicação, divisão do trabalho, cooperação, maquinaria etc., é perceptível o aumento da produção para além da quantidade necessária para a reprodução imediata, em consequência constitui-se a estrutura social baseada em classes.

Conforme Lukács,

A resposta social ao problema econômico: a quem deve pertencer o quanto foi produzido além do necessário para a reprodução da vida? Provoca a estratificação da sociedade em classes, a qual, após surgir, domina o desenvolvimento social da humanidade, ao menos tem sido assim até hoje (LUKÁCS, 1990, p. 90)<sup>31</sup>.

A característica de uma sociedade socialista, no sentido contrário ao exposto na citação, torna a produção além do necessário para a reprodução da vida, não mais “princípio de diferenciação nas relações entre indivíduo e indivíduo e entre grupos sociais singulares” (LUKÁCS, 1990, p. 92)<sup>32</sup>.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a tendência seria o desenvolvimento processual dinâmico do ser social tornando-o emancipado unicamente da busca por suas necessidades imediatas e se ocuparia na busca de compreender os momentos casuais. Sendo que o trabalho, no decorrer desse desenvolvimento, ao superar a mera reprodução biológica por meio da intensificação da eficácia do trabalho mediante sua sociabilidade, tem como uma das características fundamentais a redução significativa no tempo de trabalho socialmente

---

<sup>30</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

<sup>31</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

<sup>32</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

necessário para subsistência do ser humano. No entanto, é por meio de um conhecimento coerente da realidade que o ser humano possivelmente poderia suprimir as relações sociais que obstaculizam a complexificação do ser social.

Sob a sociabilidade do capital esta redução do tempo necessário perpetua as contradições do sistema e é vantajoso apenas para a classe burguesa que vive do trabalho estranhado. Destarte, quanto menos é reduzido o tempo de trabalho necessário, maior são os lucros e a intensificação da valorização do capital. Cada nova tecnologia implantada em um determinado processo da produção implica na maior exploração da força de trabalho em setores mais rudimentares, ou libera uma grande quantidade de trabalhadores do processo produtivo, resultando no desemprego que põe o trabalhador a mercê das legalidades criadas pelo próprio sistema.

A compreensão do processo de reprodução social nos permite entender que existem momentos que são necessários para a reprodução do ser social, pois só assim é possível que as esferas sociais inferiores sejam suprimidas por esferas sociais superiores. Desse modo, a ontologia marxista, explicitada por Lukács é um método fundamental para o entendimento de tal processo, pois esclarece de forma processual como as categorias constituíram-se mediante caráter de movimento dinâmico e interativo. Esta transformação permitiu que cada vez mais se suprissem as necessidades humanas, garantindo as condições necessárias para que o ser humano consiga superar a mera singularidade e reproduzir-se para uma generidade humana.

A tendência da sociabilidade é caracterizar-se cada vez mais em relações mundiais, por meio do mercado mundial, apresenta possibilidades abrangentes de aproximação das individualidades, das culturas, dos conhecimentos elaborados pela humanidade ao longo desse processo histórico. Desse modo, daremos continuação a esta análise desenvolvendo uma compreensão do processo de constituição do mercado mundial e consecutivamente sua interferência na vida do ser humano.

### **2.1.2 O processo de constituição do mercado mundial e a complexificação da reprodução social: da individualidade à generidade**

Como já analisado neste capítulo, o trabalho cria no ser humano sempre novas necessidades e capacidades, sendo que estas apresentam-se para além do *quantum* imediato no âmbito das possibilidades

objetivas e permitem a reprodução do ser social. O desenvolvimento do ser humano, as interações entre o ser biológico e o ser social, possui caráter de processualidade e se complexifica no decorrer destas interações.

De acordo com Lukács (1990, p. 127)<sup>33</sup>, para Marx “interessava descrever e compreender na sua objetividade ontológica aquelas grandes tendências evolutivas que o ser social, enquanto tal desenvolve em si, pela própria dinâmica do ser”. Compreende que o homem se metamorfoseia cada vez mais e se desenvolve em um ambiente criado por ele próprio enquanto ente social.

Continua Lukács (1990)<sup>34</sup> afirmando que o desenvolvimento da totalidade social pressupõe a verdadeira essência ontológica do ser social. Desse modo, analisar objetividades isoladamente pode favorecer a deformação da verdadeira compreensão do desenvolvimento complexo da sociedade, como pressupõem certos estudos pós-modernos. Sendo um dos aspectos centrais para a compreensão do ser social a análise das origens e mudanças das categorias econômicas.

Se a compreensão de nosso objeto de estudo considerasse os trabalhadores da maçã apenas em sua relação patrão e trabalhador, diagnosticasse a falta de resistência organizada em sindicatos e culpasse a própria classe trabalhadora, compreendesse o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista” somente como mera oportunidade de profissionalização sem considerar a totalidade social em que a classe trabalhadora da pomicultura está inserida, essa análise seria mera descrição de uma determinada singularidade. A compreensão do objeto por meio da categoria totalidade social torna-se fundamental, pois esclarece as contradições em que se encontram a classe trabalhadora e sua relação com a classe capitalista.

Portanto, é fundamental uma compreensão coerente da reprodução social em sua totalidade e não apenas em sua singularidade. Afirma Lukács que:

A economia enquanto sistema dinâmico de todas as mediações que forma a base material para a

---

<sup>33</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

<sup>34</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

reprodução dos indivíduos singulares e do gênero humano, é o elo real que conjuga a reprodução do gênero humano e aquela dos exemplares singulares (LUKÁCS, 1990, p. 128)<sup>35</sup>.

Contudo, é interessante notar o quanto é importante para a humanidade o desenvolvimento das forças produtivas, pois permite o desenvolvimento e o progresso da sociabilidade humana em direção à autonomia e sua auto-realização.

O fator indispensável para tal reprodução social é o crescimento das forças produtivas, que alcança seu ápice na separação daquilo que deu o ponto de partida, “a unidade dos homens viventes e ativos com as condições naturais inorgânicas da sua troca material com a natureza e, por consequência, a sua apropriação da natureza” (LUKÁCS, 1990, p. 136)<sup>36</sup>. Com este afastamento dos elementos puramente naturais a sociabilidade assume a forma capital e trabalho assalariado no sistema capitalista.

Dessa forma, aparece com a sociabilidade capitalista o mais-valor que é socialmente anexado ao mais trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria, livremente ao capitalista, “a constituição de tal organização traz consigo uma enorme sociabilização de todas as relações, situações, etc. sociais dos homens” (LUKÁCS, 1990, p. 143)<sup>37</sup>. Portanto, nesta configuração social baseada na propriedade privada e na intensificação da exploração da força de trabalho, a reprodução social assume formas distintas.

A reprodução social com características capitalistas acontece principalmente mediante a venda-compra da força de trabalho. A sociabilidade capitalista torna-se cada vez mais social, a relação de trabalho com base no trabalho assalariado revoluciona o processo produtivo. Outro aspecto a destacar resultante da sociabilização é que os pores teleológicos que outrora se resumiam na troca orgânica dos homens com a natureza também se caracterizam em influir sobre a vida

---

<sup>35</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

<sup>36</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

<sup>37</sup> LUKÁCS, G.. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.



de outros homens, de outros povos, de outras culturas, etc., para sua subordinação a fim de atender interesses econômicos.

Com tal desenvolvimento espaço-temporal da sociabilidade, a circulação de mercadorias assume cada vez mais caráter de mercado mundial. O desenvolvimento das categorias econômicas pressupõe um mercado mundial, possibilitando ao capital migrar livremente nos diversos setores da economia, em diversos lugares e em tempos distintos. “Daqui segue-se que as leis globais e complexas do movimento complexo do capital determinam como princípios últimos o ser-precisamente-assim de todo ato singular” (LUKÁCS, 1990, p. 148)<sup>38</sup> de cada sujeito. Desse modo, a economia mundial funda um entrelaçamento entre existência singular e o desenvolvimento do gênero humano em processo de constituição.

De acordo com Marx e Engels (2007), o trabalhador singular e sua condição de vida que lhe foi imposta encontram-se no interior de sua classe apenas com aquilo que lhe foi revelado, sacrificado pelo trabalho desde jovem e desprovido da chance de alcançar a outra classe. Levando em consideração que vivemos em uma sociedade desigual entre trabalhadores e capitalistas donos dos meios de produção, em cada época as ideias dominantes são as ideias que a classe dominante, detentora dos meios de produção, expressa como ideal e desta forma prolifera-se a reprodução social, sem perspectiva de uma revolução social.

Nesta dissertação procuramos explicitar alguns aspectos do desenvolvimento processual da reprodução social dos trabalhadores da pomicultura como também a do sistema capitalista em sua totalidade. Com o desenvolvimento do sistema capitalista mediante a inserção de categorias em seu processo produtivo como cooperação, manufatura, mais-valia absoluta e relativa, maquinaria e grande indústria, os sistemas fordista, taylorista, etc. consecutivamente o desenvolvimento da generidade humana assume cada vez mais caráter de “progresso”. Portanto, os obstáculos da propriedade privada e a intensificação da exploração da força de trabalho afetam milhares de trabalhadores espalhados pelo mundo todo, por ser intensiva e extensiva a perpetuação capitalista, todas as regiões do mundo sofrem por suas ações.

No caso do Brasil, desde os primórdios a classe trabalhadora serve de alvo das táticas e estratégias elaboradas pelo sistema capitalista

---

<sup>38</sup> LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: a reprodução. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas 1990, Roma: Riunit, 1981.

em sua totalidade para o desenvolvimento do capital de acordo com a lógica do mercado mundial. Sendo assim, a propaganda do progresso social torna-se o lema da classe capitalista à custa da classe trabalhadora, pois tem em sua força de trabalho o elemento favorável para a valorização do capital.

A compreensão a respeito da constituição histórica da classe trabalhadora do município de Fraiburgo nos esclarece que o meio rural transforma-se em suporte para o desenvolvimento agroindustrial. Este desenvolvimento implicou na transformação de todo o indivíduo em força de trabalho. Na especificidade de Fraiburgo, os pequenos agricultores que cultivavam em suas pequenas propriedades são obrigados a vender suas terras às agroindústrias para transformá-las em grandes pomares de maçã. O aparecimento da cidade é outro fator que permitiu estas mudanças, pois é o grande aliado dos empreendimentos capitalistas e é nela que as categorias desenvolvem-se de forma totalmente sociais.

A transformação do meio rural em urbano é prática corrente desde o início da Revolução Industrial, afinal a regulação social deve ser constante e objetiva. Os meios de produção necessitam estar concentrados unicamente nas mãos da classe capitalista, enquanto existe a pequena propriedade de terra existem trabalhadores com a possibilidade de produzir os meios necessários para a subsistência, sendo assim a perpetuação do capital tem como um dos objetivos promover o êxodo rural. Sendo esta uma das estratégias do capital para tornar a classe trabalhadora possuidora unicamente de sua força de trabalho. Toda a regulação social que se refere a classe trabalhadora o direciona ao processo produtivo desigual dos meios necessários para a reprodução da vida.

No *Manifesto Comunista* Marx e Engels (2010), explicam este movimento do campo para a cidade. Em suas palavras:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos, aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX; ENGELS, 2010, p. 44).

Este movimento tem como tendência a complexificação das relações sociais que se configuram conforme Lukács (2010), no mercado mundial, que deve ser analisado como uma tendência originada da dialética interna do trabalho que resulta na superação da generidade muda e pode realizar-se apenas no ser-para-si da generidade. A tendência deste desenvolvimento do processo de reprodução social, com base na exploração extensiva e de aperfeiçoamento intensivo do trabalho, possibilita gerar “um movimento no sentido da união da humanidade em unidades genéricas conscientes” (LUKÁCS, 2010, p. 321).

O processo de agrupamentos por meio do mercado mundial traz efeitos sociais e políticos desse modo, a tendência seria a efetivação de uma unidade social que resultasse na generidade humana. Entretanto, a sociabilidade capitalista estabelece os fundamentos de um mercado mundial que configura a sociedade em opressores e oprimidos. Neste sentido a categoria humanidade/generidade conflui em um complexo de problemas, pois a ideologia política do capital é “produto e produtor desta situação” (LUKÁCS, 2010, p. 320).

O trabalho como base da sociabilidade humana torna as necessidades apenas biológicas em sociais, os pores teleológicos assumem caráter alternativo, neste sentido são necessários reguladores sociais para regular as alternativas e estabelecer conteúdos teleológicos de acordo com os interesses sociais de cada classe. Contudo, a ideologia poderia ordenar decisões isoladas, não apenas de determinada classe, mas num contexto geral da humanidade, esclarecendo aos indivíduos a indispensável necessidade de analisar as decisões entre as alternativas a serem escolhidas.

Considerando que a essência do trabalho sempre está voltada para a tomada de decisões entre alternativas, daí que todo o caráter alternativo em todo o acontecimento social histórico, as lutas de classe terminaram com uma decisão entre alternativas. A história possibilita o caráter alternativo, entretanto conforme Lukács (2010) a economia capitalista originada em escolhas produz precisamente a integração extensiva e intensiva da espécie humana, porém a opressão e a exploração são obstáculos que impedem as realizações práticas da generidade humana<sup>39</sup>. Neste sentido, as alternativas sempre se põem

---

<sup>39</sup> “Sabemos que a base ontológica do salto foi a transformação da adaptação passiva do organismo ao ambiente em uma adaptação ativa, com o que a sociabilidade surge como nova maneira de generidade e aos poucos supera, processualmente, seu caráter imediato puramente biológico” (LUKÁCS, 2010, p. 79). O por teleológico no trabalho provoca uma mudança estrutural em todo o âmbito da vida do ser humano, o gênero humano se expressa em uma

diante do ser humano e precisam ser compreendidas para consecutivamente refletir e tornar a práxis social significativa. No próximo tópico dissertaremos acerca da importância do conhecimento e sua relevância para o ser humano, que resulta em uma melhor apreensão da realidade e sucessivamente a reprodução do ser social para além da mera reprodução social com características da sociabilidade capitalista.

### **2.1.3 Conhecimento como mediação para a reprodução da sociedade**

O conhecimento a que faremos referência nesse item é aquele que tem como ponto inicial a vida cotidiana de homens e mulheres. Por intermédio do desenvolvimento processual da humanidade, este conhecimento supera aquele da mera objetividade e complexifica-se na subjetividade. Assim sendo, todo o conhecimento deve considerar o cotidiano do ser humano, no entanto requer um aprofundamento para tornar a totalidade social dos indivíduos compreensível.

O conhecimento da experiência da vida cotidiana pode permitir uma aproximação com a verdadeira constituição do ser, como também bloquear este entendimento. Na sociabilidade com configuração capitalista os componentes ideológicos tornam-se obstáculo para esta compreensão acerca do ser, pois atendem os interesses da classe capitalista. No entanto, em uma sociabilidade que permitisse ao ser humano apreender corretamente o desenvolvimento do ser, poderia resultar em uma práxis social consciente e operativa, rumo ao ser autêntico em si.

Pensando em nosso objeto de estudo, no processo de reprodução da classe trabalhadora da pomicultura, o conhecimento assume cada vez mais caráter de obstáculo ao ser trabalhador da maçã. Como destacamos, os processos de educação voltam-se diretamente para a formação da força de trabalho com características a atender o processo produtivo da maçã, na especificidade do programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista de Fraiburgo”. O programa de aprendizagem tem como objetivo fundamental a profissionalização do jovem aprendiz, sem considerar uma compreensão da realidade social que permita entender as contradições do capital a ponto de superá-las e assim cumpre com sua finalidade a mera reprodução de força de trabalho.

O conhecimento permite ao ser humano interferir nas decisões teleológicas entre as alternativas originadas por determinada sociabilidade. O conhecimento da realidade possibilita ao ser humano tomar a melhor decisão entre estas alternativas para concretizar objetivos sociais amplos.

Contudo na sociabilidade do capital, o conhecimento assume características distintas a que poderia resultar na emancipação humana, pois se encontra vinculado diretamente com o processo produtivo material. O objetivo do conhecimento nesta sociabilidade é tornar o capital em funcionamento e se reproduzindo. Portanto, a classe trabalhadora tem acesso ao conhecimento para contribuir com os avanços tecnológicos do processo produtivo que permita a intensificação de sua própria força de trabalho, como também a valorização do capital.

É necessário conforme Lukács (2010), desenvolver o método de desantropomorfização<sup>40</sup> que se caracteriza como um dos elementos fundamentais para conhecer o ser como ele realmente é, foi e permanece sendo. Desse modo, conhecer o ser, mediante a permanente referência ao ser, até mesmo a vida cotidiana pode tornar o ser humano consciente de sua realidade objetiva.

A apreensão que tome em consideração a constante referência ao ser deve analisá-lo “como momentos de um processo de desenvolvimento essencialmente histórico” (LUKÁCS, 2010, p. 69), entendido como tendência evolutiva desencadeada por interações e inter-relações reais de complexos sempre ativos. Continua Lukács (2010, p. 73), “só a ideia da historicidade universal concreta das categorias de cada ser pode mostrar aqui o caminho para uma consideração correta, ao mesmo tempo unitária e historicamente bem diferenciada”.

---

<sup>40</sup> Conforme Lukács, “desantropomorfização é e continuará sendo um dos mais importantes e indispensáveis meios para o conhecimento do ser como ele realmente é, como ele é em si, como foi e como permanece sendo. Tudo o que aparece inseparavelmente ligado à relação imediata do respectivo objeto de conhecimento como o ser humano real que percebe, e que determina não apenas suas qualidades legítimas, objetivas, mas também a peculiaridade dos órgãos de percepção humanos (incluindo o pensamento imediato), precisa passar para o plano de fundo, como fenômeno (ou eventualmente até mera aparência) nesse processo de desantropomorfização. Deixa desse modo, seu lugar para os momentos realmente existentes em si, e capacita o ser humano a perceber o mundo, como ele é em si, independente dele. Tal domínio da realidade pela práxis humana, tendo como ponto de partida o trabalho, jamais teria existido realmente sem essa abstração do ser humano em relação à sua própria imediatidade” (LUKÁCS, 2010, p. 61).

A mudança estrutural realizada no trabalho, de acordo com a relação sujeito-objeto, sempre apresenta nos processos de reprodução, diferenciação e pluralidade espontânea em todas as atividades práticas dos seres humanos. Com o desenvolvimento processual da sociedade, sempre novas e complexas decisões alternativas apresentam-se aos membros singulares da sociedade, as quais permitem a formação do homem para sua individualidade.

Acrescenta Lukács (2010), que a individualidade em hipótese alguma pode ser uma qualidade originária, porém é consequência de um longo processo de sociabilização do ser humano, “um momento de seu desenvolvimento social, que só conseguimos tornar compreensível, tanto na qualidade do ser como nas possibilidades em perspectiva, partindo da história de sua verdadeira essência” (LUKÁCS, 2010, p. 102).

Afirma Lukács (2010, p. 93) que “quanto mais uma sociedade é primitiva, quanto menos existir nela a tendência de afastar radicalmente as barreiras naturais, tanto mais raramente ela faz exigências múltiplas a seus membros”. O ser humano por ter característica de responder tais alternativas, tem como objetivo buscar, aperfeiçoar, modificar a resposta frente às questões levantadas pela sociedade.

O constante desenvolvimento processual da humanidade complexifica as perguntas e respostas que se encontram diante do ser humano, tornando os seres humanos cada vez mais sociais. Sendo assim, ocorre uma diferenciação nos modos de agir do ser humano diante da realidade na reprodução do próprio ser social (...) “o complexo de decisões do qual surge à individualidade humana como superação da mera singularidade, é momento real do processo em seu conjunto que valora e que é valorado” (LUKÁCS, 2010, p. 98).

Continua Lukács:

O homem singular que busca reproduzir a si mesmo socialmente pelas decisões alternativas de sua práxis precisa, na maioria esmagadora dos casos (...) assumir posição sobre como imagina o presente e o futuro da sociedade na qual, mediado por tais decisões, ele se reproduz individualmente, como ele a deseja enquanto ser, sobre qual direção do processo corresponde a suas ideias sobre o curso favorável de sua própria vida e da de seus semelhantes (LUKÁCS, 2010, p. 99).

O desenvolvimento processual da humanidade se torna fundamental e o conhecimento deste processo permite ao indivíduo conhecer a si próprio e perceber que o que faz bem a si próprio também faz para os outros. As alternativas em que o ser humano se depara todos os dias decorrem dos problemas reais da práxis social, sendo assim é necessária uma compreensão das legalidades deste mundo real ao qual está inserido, para desempenhar ativamente uma transformação social que priorize o bem comum de toda a humanidade.

A reprodução social acontece por meio dos pores teleológicos e dos processos causais, processos históricos e irreversíveis. Desse modo, interessa um desenvolvimento do conhecimento da realidade, que prioriza o domínio geral da causalidade na esfera biológica e no ser social. O conhecimento dos processos causais em sua essência domina cada vez mais a práxis humana, sendo uma tendência que realmente dá subsídios ao ser social para controlar e ampliar os pores teleológicos, mediante a escolha coerente de quais alternativas devem permanecer ou serem eliminadas. Dessa maneira, “o conhecimento adequado das séries causais sempre foi e será a base da práxis humana, do conhecimento da realidade que o fundamenta” (LUKÁCS, 2010, p. 340).

Mediante o conhecimento objetivo das categorias que compõem as diferentes formas de ser é que se torna possível uma compreensão do ser e da sua totalidade social.

Conforme Lukács (2010),

As diferentes formas do ser que se desenvolvem diversamente não são, pois, deriváveis de um sistema abstrato geral de categorias, não são compreensíveis por meio da aplicação em “territórios especiais”, mas são, muito antes, processos do ser que transcorrem por regras próprias, que em determinados pontos do desenvolvimento possibilitam o surgimento de formas de ser mais complexas (LUKÁCS, 2010, p. 374).

O método do conhecimento *post festum*, permite que os fenômenos sociais sejam reproduzidos no pensamento de forma coesa e generalizada. Este estudo desenvolveu-se nessa perspectiva, no sentido de compreender o processo produtivo e sua interlocução com o processo de educação na sociabilidade capitalista, por intermédio do conhecimento de caráter *post festum*.

De acordo com Lukács (2010), com auxílio de Marx, compreende-se que o ser social é constituído por categorias que são determinações do próprio ser e ao longo da história da humanidade modificam-se. As categorias sociais têm caráter de conhecimento *post festum* e podem ser compreendidas com o auxílio das ciências. Considerando que todo o ato objetivo é histórico “sem ligação sintetizante entre presente e passado [...] não existe nenhuma ação social do ser humano singular nem do ser humano social” (LUKÁCS, 2010, p. 109).

Para apreender o ser é preciso partir da vida cotidiana, mas também considerar criticamente os meios de domínio intelectual do ser. Com a ampliação da sociedade as ações internas e externas da individualidade aumentam, tanto nas relações estabelecidas socialmente como na vida social do ser humano. Sendo assim, o entendimento intelectual do ser é essencial e, segundo Lukács, a “consideração ontológica do ser social é impossível sem procurarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens” (LUKÁCS, 2010, p. 37).

Em cada período histórico o ser assume um modo complexo em determinada estrutura categorial, alguns acontecimentos processuais da reprodução do ser se mostram apenas *post festum*, dessa forma o caráter do conhecimento pode possibilitar a compreensão das novas formas de operações de uma formação, como também suas contradições concretas. De maneira direta o caráter *post festum*, de acordo com Lukács (2010, p. 342), mostra ao ser social “às verdadeiras leis de movimento do ser, que como processos irreversíveis com base nas constelações cada vez mais existentes podem produzir também formas do ser, relações do ser, modos do ser, etc. até então não existentes”. E, conforme Lukács, o método marxiano consegue abarcar de forma significativa este conhecimento *post festum*,

Quando o processo histórico no ser social aparece como resultado da colaboração de atividades humanas por meio de pores teleológicos, de seus efeitos causais de novos pores teleológicos que colocam em movimento estes últimos, etc., fica provado que pensar e saber aquilo que é realmente existente, de onde vem, para onde vai, aparecem como um grupo de forças fundamental no processo que conduz os homens para sua verdadeira generidade, que supera a mudez



animal, não só na forma mas também no conteúdo (LUKÁCS, 2010, p. 353).

Assim sendo, conhecer o próprio ser, o que realmente é o ser é condição para entender sua verdadeira constituição. A compreensão de que o homem é criador de si próprio, corresponde um longo desenvolvimento histórico. A ciência e a ideologia<sup>41</sup> auxiliam na melhor maneira de captar corretamente o ser, porém na realidade até que ponto conseguem realizar tal propósito é questionável, pois ambas podem ser forças ativas de controle do ser social.

Vimos que o conhecimento de objetos e processos naturais só surge devido ao metabolismo da sociedade com a natureza. Nas palavras de Lukács (2010, p. 358), “o que Marx constata sobre a relação geral da consciência e ser também vale para as formas de um correto conhecimento da natureza”.

No entanto, no ser social as determinações são sempre decisão entre alternativas, o pensamento assume papel fundamental e adquire no decorrer do processo de socialização função cada vez mais universal. Por ser ampla a capacidade do ser humano operar sobre o ambiente, o pensamento humano em meios às infinitas objetividades, torna todo o conhecimento uma aproximação mais ou menos ampla do objeto.

De acordo com Lukács, na esfera do ser social:

Cada ser-determinado de cada acontecimento consciente do respectivo estágio (tendencial) do ser social significa um campo concreto de manobra para o surgimento e a efetivação de novas decisões alternativas relativamente aos pores teleológicos realizados pelos homens (LUKÁCS, 2010, p. 360).

Na medida em que acontece o desenvolvimento da sociabilidade os processos materiais e intelectuais se entrelaçam na produção material

---

<sup>41</sup> Para Lukács (2010), o desenvolvimento das ciências em ciências particulares, se acentua com tendências do evoluir ideológico no desenvolvimento da sociedade e da economia capitalista. A teoria do conhecimento assume uma dupla função: fundamentar o método da cientificidade e afastar os fundamentos e consequências ontológicas, que tratam a realidade como objetiva. Esta postura ideológica é ao mesmo tempo social e historicamente condicionada, as relações de força e os conflitos por elas provocados determinam em última análise o respectivo conteúdo, forma, método e resultado das teorias do conhecimento assim nascidas. Lukács (2010, p. 65) esclarece que “não importa quão consciente ou inconscientemente, são essas tendências, o que precisam é atender amplamente os imperativos do desenvolvimento puramente econômico”.

e o ser assume cada vez mais o sentido de ser enquanto ser objetivo. A apropriação da realidade social tem a possibilidade de assumir caráter ontológico, pois é o método que direciona a compreensão das categorias concretas determinadas mediante este metabolismo.

A compreensão acerca do ser social precisa considerar cada momento processual deste, sendo a historicidade o meio de conhecimento que possibilita a clareza das objetividades. Permite ao ser humano compreender a forma concreta e real de cada ser, a ponto de combater os conflitos que as categorias econômicas desencadeiam. Possibilita a explicitação das contradições vigentes e a possibilidade de superá-las (LUKÁCS, 2010).

Algumas concepções que encontram na história seu método de análise, para compreensão e apreensão ampla dos processos transcorridos para a produção e reprodução social, encontram sérios problemas, apesar dos *slogans* de “crítica”, “desideologização” a ciência se encontra na dependência direta dos interesses econômicos, políticos, etc., ao longo do desenvolvimento histórico, desde a magia até o neopositivismo (LUKÁCS, 2010). O método da historicidade na perspectiva capitalista, cada vez mais assume características de inutilidade, se propaga a todo o instante a positividade da efemeridade e em muitos momentos decreta-se até mesmo o fim da história.

“O caráter histórico do ser em seu conjunto determina também o caráter histórico das categorias, na medida em que ele realiza o seu próprio ser” (LUKÁCS, 2010, p. 372). Ao relacionar conhecimento e práxis, Lukács (2010) afirma que Marx torna fundamental o conhecimento do movimento histórico, a concepção histórica do ser. Sempre considerando que o conhecimento dos processos naturais que precedem o ser é necessário, pois são processos do próprio ser e possibilitaram o surgimento do ser social.

O ser existente como ser processual acompanha ele próprio os desdobramentos de sua sociedade, destaca-se como ser profundamente social, deixando de ser meramente pessoal, pode resultar em tendências sociais que conduzem ao desenvolvimento na direção socialmente desejada.

No caso do objeto desta pesquisa, o Programa de Aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”, o conhecimento configura-se em fragmentos que permitem a formação do ser humano para o processo produtivo determinado pela lógica do processo produtivo capitalista. Na singularidade do trabalhador da maçã, a única perspectiva é o trabalho na produção de maçã, no entanto em sua grande

maioria os processos de educação voltam-se para regular as relações sociais ao ponto de tornar os homens e mulheres úteis a tal sociedade.

Contudo, a singularidade da reprodução da classe trabalhadora do município de Fraiburgo esta em relação com um todo articulado com complexas estruturas que, por sua vez, estão em um constante movimento de desenvolvimento processual que se ligam diretamente com a sociabilidade que se reproduz por intermédio da lógica do mercado mundial.

Sendo assim, analisaremos mediante o entendimento destas tendências necessárias ao ser social como estas se apresentam na sociabilidade contemporânea, mediadas pelo complexo da educação na reprodução da classe trabalhadora, como também os significados desse desenvolvimento para o ser jovem desta sociedade capitalista, especialmente o jovem aprendiz no caso do programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”.

## 2.2 O SER SOCIAL, A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E O SER JOVEM APRENDIZ DA MACIEIRA

Sendo o trabalho a atividade consciente e social do homem, visando transformar o meio em que vive segundo suas próprias necessidades por intermédio do trabalho o homem satisfaz estas necessidades básicas, alimentar-se, proteger-se contra as intempéries, garantir a reprodução e preservação da espécie. O ser humano ao longo da vida pensa sobre a realidade que está inserido preocupando-se com as relações prático-utilitários em que está vinculado, “mundo do trabalho, dos meios, fins, projetos, obstáculos e êxitos” (KOSIK, 2010, p. 71). A realidade para o indivíduo manifesta-se como atividade e intervenção que consiste em uma práxis determinada em suas distintas manifestações. No entanto, o trabalho como base fundadora da sociabilidade humana colaborou para tornar determinantes os pores teleológicos que se mostram como decisões alternativas (LUKÁCS, 2010).

As categorias modificam-se porque ocorre uma mudança no próprio ser da categoria, portanto toda a casualidade pressupõe relações de possibilidades. A importância da situação casual para o ser humano é fundamental no desenvolvimento de sua individualidade, Lukács (2010) afirma ser possível somente na sociabilidade capitalista, numa sociedade tornada realmente social, em que a maior parte das atividades cujo conjunto põe o todo em movimento. No entanto, o desenvolvimento econômico colocou o homem diante de “um hiato profundamente

problemático em sua conduta de vida, o problema da casualidade da própria existência como gênero” (LUKÁCS, 2010, p. 117).

No ser social e no interior do trabalho a categoria das possibilidades determina a constituição de todo o modo do ser. No decorrer do desenvolvimento processual da sociedade as possibilidades sofrem reforço qualitativo e quantitativo de outras esferas sociais, educação, política, ideias, etc., resultado da crescente socialização cada vez mais decisiva na sociedade. Acrescenta Lukács (2010) que “todo pôr teleológico é uma escolha, conscientemente efetuada pelo sujeito da práxis, entre duas (ou mais) possibilidades e a consequente realização prática assim determinada da possibilidade escolhida” (LUKÁCS, 2010, p. 212).

A partir do metabolismo da sociedade com a natureza, liberam-se sempre novas possibilidades. As categorias enquanto determinações do ser podem tornar-se operantes no ser, antes de serem reconhecidas teoricamente, na práxis social na prática cotidiana que se acumula, podendo resultar em práticas de relativa precisão ao desenvolvimento autêntico do ser social.

O desenvolvimento da categoria das possibilidades está diretamente vinculado a outros complexos do ser social, continua Lukács (2010), afirmando que um dos componentes essenciais do desenvolvimento foi a fixação linguística da generidade. Surge uma fixação totalmente nova de comunicação entre os exemplares do gênero, na medida em que emergem no gênero os momentos do ser-em-si. Entretanto, quanto mais predomina nos momentos autônomos mediados pela linguagem a imagem de mundo dominada pela generidade objetiva, supera-se o simples conhecimento imediato por meio do conhecimento científico.

Afirma Torriglia (2008, p. 120), que “a linguagem permite aos seres sociais “dizer algo”; esse dizer algo é uma forma de nos comunicarmos com o mundo e com os outros “no mundo””. Entendemos que a linguagem não pode estar dissociada da práxis social do trabalho, ela se dá a partir das relações sociais e por meio dela o mundo social se constitui. O conhecimento desenvolvido no ser conhecido, na práxis do trabalho torna-se rotina fixação, fixam-se e concretizam sua objetividade.

Conforme explicita Lukács,

A mudança estrutural provocada pelo pôr teleológico no trabalho, pela relação sujeito-objeto ontologicamente nova que nesse se forma, que é

chamada a vida, pelas suas consequências diretas às quais também pertence a linguagem como órgão de comunicação, recebe exatamente nessa totalidade, em sua abrangência objetiva das formas e conteúdos de todos os destinos individuais, nas inter-relações entre processos de reprodução dos indivíduos e seu conjunto, a sua constituição como totalidade social, como fundamento objetivo de toda generidade no nível do ser da sociabilidade (LUKÁCS, 2010, p. 89-90).

Sendo assim, toda a história da linguagem consiste na passagem desde o contexto do entrelaçamento da palavra com a situação prática, até a separação da linguagem como um sistema autônomo de códigos. Na existência do homem não se reproduz somente a realidade humano-social; reproduz-se espiritualmente também a realidade na sua totalidade. O conhecimento do universo e das leis do processo natural é sempre, direta ou indiretamente, também conhecimento do homem.

Marx e Engels (2007) destacam que “a linguagem é a consciência real, prática que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34) que nasce do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. No mesmo sentido, Lukács (2010) esclarece que “a consciência humana é atividade do sujeito que cria a realidade humano-social como unidade de existente e de significados, de realidade e de sentido” (LUKÁCS, 2010, p. 242).

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias a consciência não pode ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. “Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

O conhecimento faz parte desse processo, conhecer a realidade para poder transformá-la, assim a educação em seu sentido *lato* está presente na necessidade da reprodução de transmitir aos outros os elementos e os conhecimentos que se complexificam para a continuidade do ser social.

O pensamento e a linguagem necessitam ser entendidos em uma unidade como resultado das relações entre os sujeitos. Ambas são responsáveis pela formação de conceitos decorrentes da relação social na prática cotidiana, porém no decorrer do desenvolvimento e

acumulação do conhecimento tornam-se conceitos abstratos. Independente do tempo que dispor para o aprendizado todo o indivíduo pode apreender o conhecimento histórico acumulado por meio da cultura. Portanto, os seres humanos podem desenvolver as faculdades necessárias que lhes permitem transitar do conhecimento aparente, ou concreto, para o conhecimento mais elaborado, ou abstrato.

Segundo Lukács (2010) só a abstração intelectual inseparavelmente ligada à prática produz, no curso do desenvolvimento social (trabalho, etc.), sua forma abstratamente generalizada como conceito concreto-objetivo, o que significou enorme avanço no controle prático e intelectual do ser, no processo de metabolismo da sociedade com a natureza.

O desenvolvimento da linguagem e da consciência do ser social permite que aconteça um desenvolvimento geral nos âmbitos das possibilidades, o caráter casual da relação do ser humano com sua posição nas totalidades sociais torna-se fator importante de aceleração desse processo. Entretanto, na sociabilidade capitalista este desenvolvimento é manipulado no sentido que limita as possibilidades de decisões genuinamente pessoais, porém apesar destas limitações contraditórias, o desenvolvimento das forças produtivas transforma e amplia o âmbito de possibilidades.

No homem não há possibilidades simplesmente determinadas, sua vida é constituída como ser processual, desta forma conforme os caminhos desenvolvidos por sua própria sociedade pode fazer valer suas possibilidades reprimidas, reprimi-las ou modificá-las. Não é um processo pessoal, porém social direcionando esse desenvolvimento na direção socialmente desejada. Existem modos diversos que conduzem tais tendências, sendo a educação uma destas tendências.

Conforme Lukács (2010),

De fato toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação. A educação das crianças bem pequenas para que caminhem de forma ereta, para falar, para atuar no interior da assim chamada ordem, para evitar contatos perigosos, etc. etc., no fundo nada mais é do que a tentativa de formar aquelas possibilidades (e reprimir as não correspondentes)

que parecem socialmente úteis e vantajosas para a vida daquele que um dia será adulto (LUKÁCS, 2010, p. 224).

As possibilidades na sociabilidade capitalista são elaboradas com uma consciência mais ou menos correta para formar um ser humano útil para a sociedade. Com o desenvolvimento da civilização o tempo aplicado para tal fim se torna cada vez mais longo, devido o aumento das tarefas a ser dominadas. Os âmbitos das possibilidades se tornaram indispensáveis para a auto reprodução do sujeito em uma sociedade sociabilizada que requer sua própria auto reprodução. Desde criança o indivíduo recebe, mediante os processos educativos elaborados pela família, religião até a escola e instituições de profissionalização, as alternativas que permitem a regulação da sociedade, que permitem que o indivíduo tome tal decisão e não outra, que talvez melhor atendesse os objetivos de desenvolvimento do ser social autônomo.

No entanto, a vida singular do trabalhador é configurada para atender a lógica de mercado em sua totalidade social, a valorização do capital. Este desenvolvimento resultou na automação das classes, de modo que os indivíduos encontram suas condições de vida como se fossem predestinadas, pois aparentemente recebe como já pronta da classe capitalista sua posição na vida, de tal maneira que seu desenvolvimento pessoal esta subjugado à ela.

Como já analisado neste estudo o processo de desenvolvimento social tem como categoria central o trabalho, o meio transformador que permitiu que o ser social superasse a mera reprodução biológica. O trabalho põe o ser humano em seu cotidiano diante de uma multiplicidade de decisões alternativas e como membro da sociedade escolhe aquelas que correspondem os interesses da sociedade que pertence. Sendo assim, o indivíduo pode “adequar-se ou rebelar-se praticamente contra as tendências objetivas de desenvolvimento e, portanto, também aquelas da diferenciação das motivações das decisões alternativas” (LUKÁCS, 2010, p. 91).

Contudo, em sentido ontológico, “o curso da vida de cada ser humano consiste numa cadeia de decisões, que não é uma sequência simples de diferentes decisões heterogêneas, mas se refere ao sujeito da decisão” (LUKÁCS, 2010, p. 95). As decisões do indivíduo singular tendem a ser orientadas de acordo com os problemas e as perspectivas da sociedade. O mais profundo sentimento interior do ser humano só pode demonstrar sua autenticidade ao converter-se de algum modo em

ações concretas e estes só são possíveis na convivência com outros seres humanos (LUKÁCS, 2010).

As inter-relações que se originam da concretização das ações formam a personalidade do ser humano singular que são acompanhadas por uma série de mediações que conduzem as decisões que serão tomadas pelo ser humano. Na sociabilidade capitalista as relações sociais, ao invés de permitirem o desenvolvimento profícuo da personalidade do indivíduo para tomar as melhores decisões, contribuem para a permanência da desigualdade social, da valorização do material em detrimento do ser humano.

Segundo Lukács (2010), no processo de desenvolvimento social se produzem formas singulares subjetivas e objetivas, heterogêneas e indispensáveis para o desenvolvimento do ser social, como também uma divisão na vida de cada indivíduo, vida pessoal e vida subsumida ao trabalho. Mediante o trabalho acontece o desenvolvimento da generidade-não-mais-muda, ou seja, o distanciamento do ser humano das barreiras impostas pela natureza que resulta em um processo objetivo de desenvolvimento. A afirmação que segue de Lukács nos dá um embasamento a respeito de tal desenvolvimento da generidade-não-mais-muda e suas consequências,

[...] seu lado objetivo só pode se realizar por meio de uma violentação do lado subjetivo; o crescimento do trabalho além da mera possibilidade de reprodução (mais-trabalho no sentido mais amplo do termo) desenvolve no nível social a necessidade de arrancar dos verdadeiros produtores os frutos desse mais-trabalho (e por isso também as condições sociais de sua produção), forçando-os assim a um modo de trabalho em que se tornam posse de uma minoria não trabalhadora (LUKÁCS, 2010, p. 242).

Sendo assim, de acordo com Lukács (2010, p. 249),

Para os que se apropriam do mais-trabalho, seu estranhamento que assim se realiza em relação à autêntica generidade humana, é a base “natural” de sua conduta de vida; para os seus produtores, ao contrário - que em geral formam a maioria -, é o confisco mais ou menos amplo de sua



humanidade, de sua real pertença ao gênero humano.

Esta compreensão nos permite entender que é fundamental que os sujeitos históricos que mantêm este sistema também possam revolucioná-lo por meio do conhecimento totalizante que permita uma crítica contundente ao capitalismo. É necessária uma compreensão da reprodução do ser social, mediante toda sua complexificação, desde as esferas inorgânicas e orgânicas até a do ser social e seus desdobramentos, de mero exemplar do gênero para sua individualidade e consequente generidade.

O que percebemos atualmente a respeito do conhecimento no momento histórico do capitalismo contemporâneo é que ao mesmo tempo em que se prioriza um conhecimento fragmentado também age de forma totalizante “sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda a ordem social” (WOOD, 1999, p. 19).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista todas as categorias do ser social se vinculam com o processo produtivo, sendo que o trabalho constitui-se cada vez mais por meio de categorias que o caracterizam de maneira estranhada. A produção e reprodução da sociabilidade capitalista caracterizam-se pela exploração do homem pelo homem. A vida cotidiana do indivíduo é configurada mediante uma infinidade de estratégias para manter a ordem do capital. O ser humano tem dificuldades para apreender a sociabilidade em que vive, pois manter a ordem do capital significa um obstáculo para tal apreensão, implicando de forma negativa em sua práxis social.

De acordo com Kosik (2010, p. 221), “a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo como ser que cria a realidade (humano social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana) a realidade na sua totalidade”. Para Marx, segundo Lukács (2010), a práxis é o fato decisivo da auto educação humana, em sua essência e efeitos espontâneos. Desta maneira a práxis coletiva não pode ser apenas consequência mecânica causal imediata do desenvolvimento econômico, mas é a decisão alternativa individual, distintas de muitos indivíduos. No entanto, as decisões alternativas se dão a partir do espaço real econômico e, quando o sistema econômico prioriza a produção desigual, consecutivamente a práxis humana sofrera consequências negativas.

Como já exposto, a configuração da sociabilidade capitalista tem como base o processo produtivo, sendo assim torna a práxis social

também resultado desta configuração. O indivíduo ao vincular-se com a sociedade é parte dela e passa a ser um dos elementos fundamentais para o funcionamento desta, toda sua vida baseia-se nas distintas estruturas econômicas, em todos os momentos históricos vigentes. É fundamental a “mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores” (HELLER, 1972, p. 19), ou seja, no âmbito da sociedade em geral quando o indivíduo passa a se relacionar com as distintas esferas sociais políticas, jurídicas, econômicas. O cotidiano do indivíduo significa a organicidade social e permite que aconteçam as relações na totalidade da sociedade.

Entretanto, é perceptível a necessidade de um projeto universalista que venha ao encontro de uma práxis que permita ao ser humano atender suas necessidades cotidianas e possa fundamentar novas possibilidades que resultem no desenvolvimento da generidade humana. A sociabilidade capitalista detém um emaranhado de tipos de poder, opressão, identidade e discursos, sendo que os processos de educação servem para contribuir com a manipulação do ser humano que tornam a vida cotidiana mera adaptação a esta configuração social.

Dessa forma, como as categorias encontram-se cada vez mais complexificadas em favor da valorização capitalista, o sistema manipula a vida dos indivíduos impondo o conteúdo e a forma a serem seguidas pelo sujeito. O sentir, pensar, comer, agir, etc., o cotidiano da vida do ser humano tem se caracterizado a cada dia por atender as exigências impostas pela sociabilidade do capital, os espaços frequentados, o tempo disponibilizado, é direcionado à produção e reprodução da força de trabalho.

Dentre as estratégias para tornar o ser humano útil à sociedade para a reprodução de força de trabalho encontra-se o jovem. O ser jovem no sistema capitalista significa sua constante busca pela inovação e a competitividade individual para melhor profissionalizar sua força de trabalho em prol do capital.

Na sociabilidade capitalista o jovem depara-se com uma sociedade que acentua a flexibilização e esconde a luta de classes promovendo a igualdade formal em nome da valorização do capital. Cria-se a falsa crença que todos têm as mesmas chances e oportunidades, contudo o conhecimento do mundo se resume na compreensão do mundo das mercadorias, aquela que melhor satisfaz os desejos criados pelo próprio capital. Em consequência, o jovem encontra-se diante de um conhecimento de caráter fragmentário implicado pelo próprio modo de produção, que elimina de suas ações a solidariedade e a ação coletiva.

A sociedade capitalista que mantém seu sistema econômico como totalidade social é a mesma que individualiza o ser genérico, a estrutura que sobrevive à custa da competitividade em nível mundial é a mesma que individualiza o ser humano e o faz responsável por sua própria formação. O jovem nesta condição se constitui como um competidor individual, que se depara no mercado de trabalho competindo por uma vaga no processo produtivo coletivo, para produzir socialmente uma mercadoria que permitirá a valorização do capital da classe burguesa. Dessa forma, o sentimento de classe de pertencimento a uma comunidade, como também a individualidade torna-se mera procura de profissionalização da força de trabalho para manter-se vivo nesta sociabilidade, a busca por um salário que lhe possibilitará sua própria reprodução enquanto trabalhador.

As circunstâncias nas quais se encontra o jovem, os filhos e filhas da classe trabalhadora é aquela configurada pelo capital caracterizado pelo trabalho assalariado, o valor, o dinheiro, o preço, o trabalho abstrato, a competitividade, o consumismo, a privação da circulação das mercadorias que atendem as necessidades básicas do indivíduo etc. Estas são algumas das categorias que propiciam ao indivíduo a formulação de suas decisões alternativas diante da complexidade da sociedade em que estão inseridos. De acordo com Marx (1999, p. 45): “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo”.

Continua afirmando Marx:

Na produção social da própria vida, os homens constroem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1999, p. 51).

Na medida em que acontece o desenvolvimento processual de tal sociabilidade e com a proposta de manter os países em desenvolvimento dentro das normas de exigências do mercado competitivo, sempre novos elementos inserem-se no processo produtivo. Sendo assim, a

profissionalização da força de trabalho é um dos elementos centrais e estratégicos do capital para suprir tais exigências.

Na sociedade capitalista cada vez mais é notável a manipulação das possibilidades que o sujeito tem a escolher, sendo assim estão todas voltadas inexoravelmente para os interesses de reprodução do capital. Entretanto, percebe-se que o discurso elaborado por este sistema em sua grande maioria cria a falsa crença de que esta corroborando para o desenvolvimento do indivíduo, em sua formação social.

De acordo com Lukács (2010, p. 222),

(...) o atual capitalismo manipulado opera fortemente, com sua influência “regulamentada” do mercado de consumo e de serviços, com suas mídias de massa, no sentido de limitar as possibilidades de decisões genuinamente pessoais (propriamente com a ajuda da aparência propagandística em seu desenvolvimento).

O programa de aprendizagem é um dos instrumentos que comprovam as boas intenções para com o jovem e seu processo de constituição enquanto ser social nesta sociabilidade de configuração capitalista. Em seus planejamentos as agências que fomentam os programas de aprendizagem têm como objetivo o pleno desenvolvimento do ser jovem aprendiz, em termos físicos, morais, psicológicos, etc. As vantagens que o jovem aprendiz obterá com a participação nos programas de aprendizagem mostram-se como positivas para sua formação técnico-profissional. No entanto, as possibilidades educativas postas ao jovem aprendiz limitam-se ao processo produtivo e os objetivos propostos não conseguem ir além dos parâmetros estabelecidos pela lógica de mercado. Entretanto, conforme Lukács (2010, p. 223),

(...) não há possibilidade simplesmente determinadas, que segundo circunstâncias que a vida lhe traz, se realizam ou permanecem latentes; sua conduta de vida é, sobretudo, constituída, como ser processual, de modo tal que ele próprio, segundo os caminhos de desenvolvimento de sua sociedade, se esforça ou por fazer valer plenamente também suas próprias possibilidades subjetivas ou, então, reprimi-las, ou, eventualmente, apenas modificá-las

essencialmente. Isso não é um processo meramente pessoal, e sim profundamente social, que muito cedo deixa de atuar no ser humano singular ou em suas relações diretas, tomando-se, porém, algumas medidas sociais para conduzir esse desenvolvimento na direção socialmente desejada.

Na especificidade do processo produtivo da maçã, o desenvolvimento das relações de produção, do processo de trabalho, como também o cotidiano do trabalhador da maçã e demais esferas sociais tem acompanhado o processo de desenvolvimento histórico da produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Para a produção da maçã são poucos os setores que exigem uma qualificação da força de trabalho, os conhecimentos que o trabalhador deve possuir em sua maioria estão relacionados ao movimento e disciplinamento do próprio corpo. Contudo, como já expresso neste estudo o capital tem fundamentado como necessário a busca constante pela profissionalização da força de trabalho, sendo que o trabalhador torna-se mais flexível para o processo produtivo.

Enquanto a exigência era que o trabalhador, em sua totalidade social apenas possuísse o ensino fundamental, ou nem isto, as agroindústrias de maçã não se interessavam na profissionalização da força de trabalho para o processo produtivo da maçã, a não ser a dos técnicos. No entanto, com as exigências do mercado mundial e a reestruturação do processo produtivo, os processos de educação tornam-se estratégicos para a reprodução e manutenção da sociabilidade capitalista. Sendo assim, como a produção de maçã tem fins no comércio mundial, também deve adequar-se às exigências mundiais e profissionalizar a força de trabalho.

De acordo com Lukács (2010, p. 208), “só observando mais precisamente a mudança histórica das categorias nas diferentes espécies do ser é possível conceber e caracterizar cada categoria na sua autêntica constituição” e, ao desnudar os elementos categoriais que compõem o sistema capitalista, Marx traz a possibilidade de eliminar a exploração da força de trabalho na reprodução da sociedade. Dessa forma prosseguimos nosso estudo, apresentando a dinâmica dos processos de transformação do sistema capitalista e suas relações com os processos educacionais próprios desta sociabilidade, em específico o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”, na cidade de Fraiburgo SC.

Sobretudo, analisaremos os processos educativos da sociabilidade capitalista por meio dos relatórios do Banco Mundial e do projeto que estrutura o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”. A influência destes relatórios na implementação da lei de aprendizagem que configura os distintos programas de aprendizagem espalhados por todo o país. E ainda a explicitação de uma análise teórica que nos permita uma compreensão do significado da aprendizagem para o jovem aprendiz ao longo da reprodução da sociedade na sociabilidade capitalista.

### **III. A SOCIABILIDADE CAPITALISTA, A LEI DE APRENDIZAGEM E O SER JOVEM APRENDIZ DA MACIEIRA**

Considerando que as esferas do ser social se complexificam cada vez mais na sociabilidade capitalista e que a educação se torna um importante complexo para a regulação social é que damos sequência a este estudo. Primeiramente analisando como os processos de aprendizagem para e pelo trabalho se configuram ao longo dos tempos, desde as comunidades primitivas, perpassando as sociedades antigas e feudal, até a revolução industrial. Com a revolução industrial as estratégias de aprendizagem se tornam essenciais para manter o trabalhador atrelado ao processo produtivo, assim um grande número de órgãos e instituições se engaja para tal finalidade.

O processo produtivo se complexifica e as relações se tornam cada vez mais sociais ao invés de serem apenas naturais. As relações sociais se tornam cada vez mais econômicas, e as estratégias contemporâneas para a ampliação das forças produtivas, afetam a vida do trabalhador em sua totalidade, a propagação da formação técnico-profissional é constante. Portanto, mediante a necessidade de desvelar este movimento para além da mera aparência, dos elementos que permitem tal desenvolvimento das forças produtivas por meio da exploração da força de trabalho, é que propomos a análise que segue.

#### **3.1 A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL AO LONGO DOS TEMPOS**

Nos diversos sistemas de organização da vida, o trabalho desempenhou o fundamento das mais diversas maneiras de aprender, na medida em que se complexifica o processo produtivo. Entende-se que todo o desenvolvimento intelectual do indivíduo também depende do desenvolvimento de sua linguagem e pensamento, das relações sociais estabelecidas que permitam o acesso do ser humano ao mundo do conhecimento. No entanto, o nível dos sentidos e significados<sup>42</sup> dados a vida dependem do que lhes foi determinado aprender mediante as relações sociais.

---

<sup>42</sup> Com o desenvolvimento processual da humanidade os códigos de linguagem se complexificam, a palavra passa do campo da prática concreta a inclusão de todos os meios indispensáveis para a designação do objeto e a expressão da ideia, ou seja, acontece à passagem da significação do objeto para um sistema de códigos que tornam possível compreender os seus sentidos (LURIA, 1986).

Se analisarmos desde as comunidades primitivas, o aprendizado acontecia por meio da troca de experiências pela linguagem, essencialmente pelo próprio trabalho “aprender fazendo”, os mais velhos eram mestres dos mais novos e aprender era a própria vida do ser humano, a aprendizagem fazia parte dos afazeres domésticos, das festas, dos rituais, da busca pelo alimento para suprir as necessidades do grupo, etc., em todo o tempo e espaço.

Com o aparecimento das sociedades de classes, no caso específico da Grécia o aprender passa a ser distinto entre classes: há uma educação para o plebeu e outra para o patrício. Os filhos dos patrícios recebem instrução (conhecer o mundo) por intermédio de conversas, leituras e contemplações enquanto os escravos pela imitação, trabalho e violência. Neste período os filósofos colaboram para a sistematização e organização do conhecimento.

Durante a Idade Média, o aprendizado mostra-se diretamente ligado ao ofício, surge nas associações de artesãos, mercadores e mosteiros da Europa, uma maneira específica e fundamental para o ato da aprendizagem: o ensino para o ofício no artesanato. Rugiu (1998), destaca que a origem do artesanato está vinculada com a arte como construção humana, atividade racional aplicada na fabricação de instrumentos materiais e intelectuais. O artesanato exigia do aprendiz o desenvolvimento de certas habilidades para a criação de sua obra-prima que lhe garantiria a formação, este aprendizado requeria do aprendiz a participação em todas as atividades que correspondiam o trabalho da oficina de artesanato e a permanência do mesmo na convivência com a comunidade, a vida profissional e a aprendizagem não estavam dissociadas, pois se aprendia para futuramente exercer certo ofício escolhido pelo aprendiz. Por sua vez, ao mestre cabia o ato do ensino que acontecia por meio da oralidade (intuição-gestual) e manualmente o “aprender fazendo” “olhe como eu faço”.

De acordo com Rugiu (1998, p.38) as características de um bom mestre consistiam em que “devia não somente conhecer os segredos de manufatura, mas também o segredo do como e em que medida comunicá-lo aos aprendizes, ou mesmo como escondê-lo, e a quais e em que momento”.

A garantia que o aprendiz tinha sobre a condição que lhe daria o título de mestre era a preparação de sua “obra de arte” ou “obra-prima”, sendo que esta era apresentada à comissão do magistério, porém na maioria dos casos, a condição financeira do aprendiz contava mais que sua capacidade, para receber o título de mestre.



Durante a transição do feudalismo para a revolução industrial as maneiras de aprender e as formas de trabalho passaram por profundas modificações. De acordo com Marx (1989), durante o período da Idade Média / feudal a produção era voltada para a criação de valor de uso, para atender as necessidades básicas de subsistência do feudo, o artesão e o agricultor produziam com suas próprias ferramentas e ele próprio era a força que movimentava as mesmas. Com o aparecimento das relações mercantis e o desenvolvimento das formas industriais de produção por meio da substituição da ferramenta do artesão pelas grandes máquinas movidas pelas forças da natureza, passa-se a produzir valor de troca sobreposta ao valor de uso, este por sua vez aparece como uma relação quantitativa, que muda no tempo e no espaço, são produtos do trabalho chamados pelo novo sistema de mercadoria.

Em toda a Europa, onde se iniciou a Revolução Industrial, é visível a transformação de pessoas em meras máquinas de produção de mais valor, como também certa devastação intelectual com relação à classe trabalhadora. O trabalho torna-se cada vez mais a desrealização do trabalhador, pois sua força de trabalho não pertence mais a ele, uma vez que a classe burguesa é quem detém os meios de produção.

A Revolução Industrial destaca-se como ponto fundamental para a grande transformação na sociedade em geral, tanto nos modos de produção material, quanto nos da própria vida humana, modificando as ideias e a moral de acordo com as modificações efetuadas nos processos de trabalho. Como a aprendizagem estava vinculada à aprendizagem profissional nas oficinas de artesanato, com a indústria o processo vai sendo perpetuado, mas há uma ruptura fundamental, o ensino se separa da produção, ainda que vinculado à ela, cria-se um espaço específico a escola, não mais a oficina, “fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa” (MANACORDA, 1989, p. 249). A exploração capitalista torna o Estado sujeito das suas vontades. O autor nos explica que educar humanamente todos os homens,

[...] torna-se o grande objetivo da educação moderna: de várias maneiras, com diferentes iniciativas e não sem graves recaídas no paternalismo e no assistencialismo, os iluministas, os novos utopistas, os reformadores e os revolucionários deste século tentam concretizar este ideal. (MANACORDA, 1989, p. 236)

A partir do desenvolvimento da sociedade moderna capitalista os processos educacionais e os processos de produção permanecem inseparáveis. Aqui, o processo social de produção é desigual, pois uma minoria detém os meios de produção enquanto a maioria apenas vende como mercadoria sua força de trabalho. Neste contexto a escola apresenta a classe trabalhadora como homogênea, de acordo com Manacorda (1989), a escola instituiu-se em um grande local que reúne alunos de todas as faixas etárias, um mestre que observa todos do alto, supervisiona o trabalho dos monitores, os exercícios resumem-se no silabar e soletrar, a disciplina segue o modelo militar e industrial.

Um aspecto da secular vocação do capital a educar para rigor em todo processo de trabalho e, portanto, também no educativo: uma vocação não negativa em si, mas só no seu caráter de mecânica imposição do alto (MANACORDA, 1989, p. 261).

Este modelo de ensino iniciou-se na Inglaterra, chamado de ensino mútuo, de acordo com este método, a classe da burguesia industrial detentora dos meios de produção, acreditava ser possível o controle social, sem dar condições de a classe trabalhadora perceber sua situação de exploração no processo de trabalho. Dessa forma, a classe burguesa mantém seu *status quo* e o Estado livre de qualquer interferência da classe trabalhadora.

Considera Manacorda (1989) que o processo de alteração do modo de produzir mercadorias na Idade Moderna também possibilitou modificações no modelo educacional. O velho artesão aos poucos desaparece, a indústria já não necessita mais de suas ferramentas, o artesão é transformado em um proletário, expropriado de sua pequena ciência.

O problema da instrução segue por meio de duas propensas soluções: a observação e a imitação na fábrica e pela criação de escolas científicas, técnicas e profissionais. Para a formação da classe trabalhadora são criadas escolas politécnicas de ensino profissionalizante, para incrementar o serviço e divisão do trabalho, onde cada indivíduo especializa-se para um setor da fábrica e ali permanece executando sempre a mesma função. No entanto, em muitos casos a educação era uma conquista dos próprios trabalhadores dentro do sistema de maquinaria, que visava ao ensino teórico e prático de tecnologias nas escolas dos trabalhadores.

No *Manifesto do Partido Comunista* (1848), Marx e Engels defendem uma educação pública e gratuita para todas as crianças, sendo assim, a educação seria pautada em instrução intelectual que permita o acesso ao conhecimento científico, educação física e treinamento tecnológico que mostre os fundamentos de todo o processo de produção visando à constituição de uma nova sociedade. Como também, uma formação voltada para as multiplicidades e conectada com a vida do ser humano, implicando em superar o trabalho explorado. Portanto, salienta Marx em suas reflexões, a exigência de uma mudança das condições sociais para criar um sistema de instrução adequado.

Na medida em que a instrução tende a universalizar-se e a laicizar-se, o “como ensinar” assume magnitudes gigantescas e formas novas surgem com o próprio progresso das ciências e de sua relativa aplicação prática. Em todos os países europeus discutia-se a implantação de instituições escolares para todas as classes produtoras, recebendo conteúdos científicos e técnicos. Aparentemente, disponibilizar ensino que possibilitasse aos operários o ato de ler e escrever parecia desnecessário e arriscado, porém o estudo e difusão das ciências além da educação e instrução é um meio de mobilizar os avanços tecnológicos necessários ao capitalismo em expansão.

Os processos educacionais apresentam fatores que dizem respeito à conservação e à mudança, principalmente no que concerne ao método, desde as escolas até as universidades. O capital passa a desenvolver métodos que auxiliam o processo produtivo, o conhecimento deve possibilitar o controle do mundo, não mais sua contemplação como ensinavam os filósofos. A instrução ao expandir-se passa a ter uma profunda relação com a transformação social, nesta relação educação e sociedade, a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional precisa tornar o sujeito capaz de produzir ativamente (MANACORDA, 1989).

O sistema capitalista configura os processos educacionais para sua conservação e reprodução, a educação no modo de produção capitalista tem como função fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina capitalista, criando um quadro de valores que legitima o poder dominante sobre os trabalhadores, produzindo conformidade ou “consenso” de acordo com a necessidade de cada caso especificamente.

O indivíduo no ato de aprendizagem recebe os conhecimentos necessários para ocupar sua força de trabalho em determinado processo produtivo, o conhecimento torna-se um simples adaptar-se à divisão de trabalho no interior da fábrica, que de acordo com Marx resulta em uma

aprendizagem para mera reprodução social em favor da valorização do capital:

A simplificação da máquina, do trabalho, é utilizada para fazer, em primeiro lugar, do homem que ainda vem a ser, do homem totalmente não formado – a criança -, trabalhador, assim como o trabalhador tornou-se uma criança abandonada à negligência. A máquina acomoda-se à debilidade do ser humano para tornar o ser humano débil uma máquina (MARX, 2004, p. 141).

Sendo assim, os processos educacionais no decorrer da reestruturação do processo produtivo capitalista assumem proporções cada vez maiores, agências financiadoras, como o Banco Mundial, ocupam-se na organização dos processos educacionais em todo o mundo. Essa regulação social volta-se para a fundamentação de profissionalização na lógica da sociabilidade do capital, que sempre corresponde ao *quantum* de valorização do capital, que será obtido por meio de determinada força de trabalho útil para a produção de certa mercadoria. Nas palavras de Marx (2004, p. 156),

A um indivíduo tem de ser atribuído o mínimo possível de operações – fragmentação do trabalho e concentração do capital; a nulidade (*Nichtigkeit*) da produção individual e a produção da riqueza em massa – entendimento da livre propriedade privada na divisão do trabalho.

Ao contrário da Idade Média em que o aprendiz tinha um mestre e no final podia tornar-se mestre por meio da obra-prima que iria construir, no sistema capitalista o jovem aprendiz profissionaliza-se para desenvolver trabalhos repetitivos, ou até mesmo para fomentar a crença de que um dia poderá ser mestre. Contudo, o trabalhador encontra-se na condição de estranhamento, tanto do produto de seu trabalho que se torna uma existência externa a ele, quanto da relação homem com outro homem, que tem na propriedade privada seu fundamento.

Por intermédio dessa compreensão preliminar do desenvolvimento processual da categoria aprendizagem é que damos sequência a este estudo, apresentando no próximo item a complexificação das categorias econômicas e sua interlocução com os processos de educação na especificidade da Lei 10.097/2000 e o

programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” realizado em Fraiburgo SC.

É por meio do processo produtivo que são configurados os processos de educação para a formação técnico-profissional do jovem aprendiz. A aprendizagem segue o modelo da fábrica e esta acompanhada de todos os elementos que contribuem para a exploração da força de trabalho do jovem aprendiz. Na especificidade do jovem aprendiz da produção de maçã o jovem se torna uma força de trabalho que condiz com o tipo de trabalhador que este processo de produção exige, mero dispêndio de força física que acompanhe o movimento das máquinas e do próprio corpo.

### 3.2. A ESPECIFICIDADE DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM LEI 10.097/2000

Partimos do pressuposto que os processos educacionais na sociabilidade capitalista servem para atender o processo de reprodução social da classe trabalhadora. Assim sendo, os órgãos e instituições responsáveis pela educação permitem que os processos educativos se pautem basicamente na profissionalização da força de trabalho, conforme a lógica do mercado mundial da competitividade e inovação. Os países em desenvolvimento como o Brasil encontram na profissionalização da classe trabalhadora a possibilidade de sua reprodução. Analisaremos neste item o processo de reprodução social mediado pelos processos de educação, especialmente o programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” realizado em Fraiburgo SC.

O desenvolvimento processual da sociabilidade capitalista interfere diretamente nas categorias de mediação social, no caso dos processos educativos elaborados pelo sistema capitalista, além de fornecer conhecimento e força de trabalho necessária ao processo produtivo expansivo para o capital, também desenvolve os fundamentos que legitimam os interesses da classe capitalista, (MÉSZÁROS, 2008). Os processos de educação têm permitido que o desenvolvimento processual do ser humano resulte em certo conformismo e configure-se segundo a sociabilidade capitalista, no entanto o âmbito educacional deve priorizar a totalidade das práticas educacionais da sociedade para romper com esta ordem.

Na sociabilidade capitalista é perceptível que todos os processos sociais estão interligados com os processos gerais da educação. De acordo com o pensamento de Mézáros (2008), a educação é

responsável pelo processo de “internalização” pelos indivíduos de sua condição na hierarquia social. Dessa maneira, permite que o processo de produção e reprodução do sistema capitalista ocorra normalmente, os indivíduos “devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais a suas aspirações pessoais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Conforme as perspectivas do sistema capitalista os processos educacionais tornam-se prioridades para alavancar o processo de valorização de capital, mediante a profissionalização da força de trabalho desde a adolescência até a velhice. A educação escolar mostra-se inapta para concretizar o objetivo de profissionalização e, de acordo com as necessidades do capital, todas as esferas do ser social precisam articular-se com o processo produtivo. Sendo assim, a sociedade em suas distintas esferas jurídica, religiosa, educacional, unem-se com o propósito de facilitar a composição do conjunto dos indivíduos que servem de força de trabalho na lógica do capital.

Os programas de aprendizagem apresentam-se como uma das alternativas de formação técnico-profissional da força de trabalho e têm como objetivo a possível inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho. Possibilita que a aprendizagem aconteça por intermédio de distintos processos educativos que atendem o jovem aprendiz com idade entre 14 e 24 anos. A aprendizagem caracteriza-se como educação profissional de nível básico, apresentando como proposta a formação profissional do indivíduo ao mesmo tempo em que o forma enquanto “cidadão”.

Segundo o *Manual da Aprendizagem* (2009, p. 09), a aprendizagem consiste em,

[...] formação técnico-profissional de adolescentes e jovens amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração. O empresário, por sua vez, além de cumprir sua função social, contribuirá para a formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado de trabalho e com visão mais ampla da própria sociedade. Mais que uma obrigação legal, portanto, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade.

Com o desenvolvimento processual das categorias econômicas sob a sociabilidade capitalista, o caráter da educação aliado ao trabalho tem se mostrado negativo ao ser humano, pois está aliada diretamente à exploração desmedida de sua força de trabalho. A configuração capitalista, baseada na violência e destinada à exploração da classe trabalhadora revela uma reprodução social puramente econômica.

O programa de aprendizagem é regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>43</sup> LDB (lei 9.394/1996) – que define os parâmetros a serem seguidos para a implantação da educação profissional. Possibilita que a aprendizagem seja integrada a distintos processos educativos, ao trabalho, ciência e tecnologia, com a finalidade de tornar o indivíduo útil ao processo produtivo. Afirma a *Cartilha conexão aprendiz*<sup>44</sup> (2005, p. 07) que,

Também é necessário ultrapassar os limites da simples profissionalização e olhar mais adiante. A Lei de Aprendizagem não pode ser vista como um primeiro emprego, mas sim como um processo de Educação pelo Trabalho, que no futuro possa colaborar de maneira concreta para a entrada do jovem no mercado.

Além da legitimação dos parâmetros da aprendizagem, a contratação dos aprendizes para a efetivação prática e teórica da aprendizagem é regulada de acordo com a lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005 que estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar o jovem aprendiz como também integrá-lo a uma instituição de aprendizagem, responsável por sua formação.

Como já explicitado ao longo deste estudo estes programas de aprendizagem recebem apoio das agências financiadoras que os auxiliam na execução de estratégias que possibilitem a competitividade

---

<sup>43</sup> Lei nº 9394/96 - , especialmente em seus artigos 39 a 42.

<sup>44</sup> Com o intuito de facilitar o acesso às informações relativas à Lei de Aprendizagem (10.097/2000), incentivar seu cumprimento e propiciar a inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho como aprendiz, é que o banco JPMorgan investiu na realização do projeto Conexão Aprendiz. O JPMorganChase & Co. é uma das principais empresas de serviços financeiros globais com mais de US\$ 700 bilhões em ativos e operações em mais de 50 países. O grupo é líder em Investment Banking, Asset Management, Private Equity, serviços de varejo, Private Banking, E-Finance, custódia e Cash Management. Com sede em Nova York, o JPMorganChase & Co. tende 30 milhões de clientes de varejo sob a bandeira Chase e as mais notáveis empresas, clientes institucionais e governos sob a bandeira JPMorgan.

e inovação da economia brasileira, mediante o aperfeiçoamento da força de trabalho de acordo com os interesses do mercado mundial. Conforme um dos relatórios analisado nesta pesquisa, o alvo destas estratégias é o jovem:

Os trabalhadores produtivos representam o “elo perdido” – e não apenas os cientistas altamente treinados que podem ser chamados para inventar algo novo, mas também os trabalhadores do chão de fábrica, que têm a possibilidade de fazer um produto inovador. Por esta razão, a nação brasileira será convocada a “inovar” no modo como educa os 45 milhões de jovens inscritos em seu sistema de ensino (Banco Mundial, 2008, p. 93).

O governo brasileiro apresentou como prioridade a regulamentação de todo o tipo de profissionalização para cumprir tais metas de ensino, sendo o programa de aprendizagem uma dessas modalidades. Sendo assim, o Ministério do Trabalho - MET regulariza as instituições que podem realizar o programa de aprendizagem que são: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), como também as Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>45</sup>.

Os conteúdos do programa de aprendizagem também devem ser compatíveis com a atividade de trabalho que as indústrias têm a oferecer ao aprendiz, como também aqueles que contribuem para a formação do trabalhador com as características necessárias para atender as exigências do modelo de sociedade competitiva. Como a proposta é formar para “competir e inovar a economia globalizada” o local para a profissionalização ora podem ser as instituições credenciadas ao MET, ora o próprio ambiente de trabalho, como também articula-se com o ambiente do ensino regular.

De acordo com a *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p. 08),

---

<sup>45</sup> Artigos 429 e 430 da CLT.



As organizações e as empresas, num programa de aprendizagem, tem responsabilidades perante o desenvolvimento dos jovens. Eles devem compactuar com valores e crenças do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também com os princípios de Educação pelo Trabalho. O ECA prega que para o exercício pleno da cidadania e para a inclusão sócio-cultural dos adolescentes é preciso que se considere seus direitos e deveres. Essa inclusão contribui para o desenvolvimento integral do adolescente, respeitando as particularidades dessa faixa etária.

No ano de 2005 fundamentou-se e sustentou-se o processo de exploração das vagas no mercado formal de trabalho disponível para o jovem aprendiz. O Plano Nacional para a juventude efetiva-se com o objetivo de tornar a aprendizagem política pública, monitorada por ação estatal. Desta maneira, no ano de 2008 foi realizada a *I Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional* em que se propagava a contratação de 800.000 aprendizes até 2010, com o apoio de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, porém o que se verifica atualmente de acordo com o MET em março de 2011 é o número de 347.619<sup>46</sup> aprendizes admitidos. Entretanto, com a intensão de manter sempre atualizada a política da aprendizagem de acordo com as exigências do mercado de trabalho, estruturou-se o *Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional*.

Nesta relação entre trabalho e educação, as instituições como Banco Mundial fomentam mudanças na maneira de significar a concepção de jovem, desempenhando certa influência nas decisões do governo brasileiro nas políticas para a juventude. Como enfatiza um dos estudos realizados pelo Banco Mundial, não basta somente a expansão da educação básica e avançada para a população, esta deve ser complementada por programas que incentivem o investimento das indústrias privadas por meio da inovação para manter o país em um ambiente estável e propício aos negócios (BANCO MUNDIAL, 2008).

A fragmentação propagada pela sociedade pós-moderna, o regionalismo, os conceitos fragmentados, levam os indivíduos a lutarem por seus ideais locais. Os empreendimentos capitalistas voltam-se para

---

<sup>46</sup> Disponível em [http://portal.mte.gov.br/politicas\\_juventude/aprendizagem.htm](http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem.htm) acessado em 07 de março de 2011.

determinada mercadoria, aquela que melhor garanta a valorização do capital.

Os programas de aprendizagem são elaborados de acordo com a atividade econômica de determinada região. No município de Fraiburgo SC, conforme seu desenvolvimento processual, a maçã constitui-se como a mercadoria principal para a extração de mais valor. A classe trabalhadora configura sua formação técnico-profissional para esta determinada produção e o trabalhador ajusta-se a este processo produtivo.

Um dos processos educativos, regulado pelo programa de aprendizagem, se interliga diretamente com o processo produtivo da maçã, o programa “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”. Este programa de aprendizagem torna-se uma das alternativas elaboradas pelo processo produtivo da maçã de profissionalização de força de trabalho ao jovem que vive no município de Fraiburgo SC

Interessa-nos compreender como se organiza este programa de aprendizagem, quais as propostas elaboradas ao jovem que vive nesta realidade social. Portanto, sabendo que é fundamental o conhecimento adequado da totalidade, visto que indica um caminho para a reconquista da generidade humana demonstrando que o conhecimento é inseparável da ação prática e do trabalho, é preciso reconhecer a existência objetiva do real, que pode resultar em defensiva contra o capitalismo inumano e anti-humano (LUKÁCS, 1979). Dessa maneira, no próximo item estaremos apresentando e analisando o documento desse programa de aprendizagem que fundamenta um dos processos de educação do município de Fraiburgo voltado diretamente para o processo produtivo da maçã.

### **3.2.1 Apresentação e análise do Programa de aprendizagem Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista (2009/2010)**

Após as exposições referentes ao desenvolvimento processual da aprendizagem mediante as mudanças na organização do trabalho, apresentamos o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”. Este estudo expõe uma análise documental do programa que estrutura esta modalidade de aprendizagem para a profissionalização da força de trabalho do jovem que se encontra nessa região.

O programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” é elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem

Rural de SC – SENAR<sup>47</sup>. O contrato de aprendizagem tem duração de dois anos, sendo que o aprendiz trabalha três vezes por semana, durante 04 horas diárias. As atividades teóricas são desenvolvidas no espaço do Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo, e a prática profissional acontece dentro das agroindústrias em atividades ligadas ao processo produtivo da maçã, desde a formação das mudas da macieira até a expedição, que possibilita ao jovem aprendiz profissionalização e possível permanência em tal processo produtivo.

Conforme o projeto do programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” (2009/2010, p. 02), o principal objetivo da aprendizagem consiste na,

[...] realização de curso de aprendizagem, com 90 vagas, visando promover a formação técnico-profissional metódica no cultivo da macieira, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico de jovens com idade a partir de 14 anos completos até 24 anos incompletos, preferencialmente de baixa renda, capacitando-os para o ingresso no mercado de trabalho, em condições especiais, sem prejuízo da escolaridade formal, através de atividades controladas, em ambiente protegido, de acordo com a legislação vigente.

Mediante este objetivo, é interessante salientar a interlocução entre as propostas do Banco Mundial de educação para a classe trabalhadora e as configurações regionais da sociabilidade capitalista que visam à valorização do capital. Assim sendo, a sociabilidade em sua totalidade necessita inovar-se de acordo com a lógica do mercado mundial para a reprodução da classe capitalista mundial, como também preparar a força de trabalho que permita que aconteça esta reprodução social.

---

<sup>47</sup> O SENAR é uma instituição vinculada à Confederação Nacional da Agricultura - CNA, em nível nacional, e às Federações de Agricultura, em nível estadual. No Estado de Santa Catarina, o SENAR está vinculado à FAESC, administrado por um Conselho formado por representantes da própria FAESC, OCESC, AGRO-INDÚSTRIAS, SENAR – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL e FETAESC. A missão do SENAR é desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o "homem rural", contribuindo para sua qualificação, integração na sociedade, qualidade de vida e cidadania. É organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de Formação Profissional Rural - FPR e a Promoção Social - PS do produtor e trabalhador rural e sua família. Disponível em [www.senar.com.br](http://www.senar.com.br) acessado em 20 de janeiro de 2011.

De acordo com entrevista<sup>48</sup> concedida em fevereiro de 2010 para a FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina - um dos representantes do Senar/SC expõe algumas das perspectivas do programa de aprendizagem da Macieira:

O superintendente do Senar/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, salienta que o programa tem por objetivo a realização de formação profissional rural na produção de maçã, capacitando os aprendizes para o ingresso no mercado de trabalho, dentro dos princípios da proteção integral ao adolescente. “Estes jovens recebem formação em condições especiais, sem prejudicar a escolaridade formal. As atividades são controladas, em ambiente protegido, de acordo com a legislação vigente”, complementa. O Senar/SC, coordenador do Programa, entende que esta prática profissional não é compreendida apenas como uma atividade que visa à produção no trabalho, mas sim como uma importante etapa no processo de aprendizagem. Os jovens atendidos têm os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos através de contrato de aprendizagem com as empresas de maçã, recebendo remuneração mensal, durante a realização do curso, sendo que aqueles que obtiverem um bom aproveitamento poderão ser contratados como funcionários das empresas, após a conclusão do curso de aprendizagem. O Programa partiu de demanda específica das empresas que tem que cumprir uma determinação legal estabelecida pela Lei nº.10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. A lei estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos na forma de aprendizagem. Portanto para cumprir a lei, bem como para atender as demandas em outras empresas do meio rural, esse programa tende a ser ampliado.

---

<sup>48</sup> Disponível em [www.fecoagro.coop.br](http://www.fecoagro.coop.br) acessado em 27 de abril 2010.

O SENAR como uma das instituições responsáveis pela aprendizagem tem como metodologia de ensino o “aprender a fazer fazendo”, elabora a aprendizagem para as famílias que vivem em regiões agrícolas, tanto para os pequenos agricultores como para as agroindústrias. Permite que o meio rural mediante a aprendizagem adapte-se ao mercado competitivo.

Para compreender qual o caráter dessa instituição, basta analisar o texto que apresenta as atribuições desta e seus objetivos com o ensino e a aprendizagem, que dispõe aos sujeitos envolvidos com o processo produtivo no meio rural:

Organizar, administrar e executar o ensino da Formação Profissional Rural e a Promoção Social dos produtores e trabalhadores rurais e seus familiares. Orientar a implantação e implementação de ações de FPR e de atividade de PS assegurando plenas condições de obtenção dos objetivos e metas propostas. Proporcionar ao público alvo, geração de renda e condições de competitividade no mercado de trabalho. Oferecer, através da qualificação e requalificação profissionais, condições ao “Homem Rural” de permanecer no seu habitat produzindo com eficiência e com lucratividade. Promover o intercâmbio cultural, sócio e econômico, através da convivência harmônica, troca de experiências e de conhecimentos técnicos. Propiciar ao público rural os meios para o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais, proporcionando-lhe qualidade de vida e participação na comunidade<sup>49</sup>.

Estes atributos e objetivos são perceptíveis no discurso proferido no projeto que apresenta o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”. O conhecimento que lhe estrutura está vinculado com o processo produtivo da maçã, sendo que os conteúdos da grade curricular organizam-se em três núcleos de aprendizagem que se distribuem em núcleo básico, núcleo específico e prática profissional.

No núcleo básico o jovem aprendiz aprende os conteúdos com assuntos mais gerais sobre relações humanas, relações de trabalho, cidadania, segurança, saúde e higiene e informática básica. No núcleo

---

<sup>49</sup> Disponível em [www.senar.com.br](http://www.senar.com.br) acessado em 20 de janeiro de 2011.

específico os conteúdos estão voltados ao processo de produção da maçã que segue da fertilidade do solo e nutrição da macieira, poda de abertura, arqueamento de ramos, porta-enxerto e produção de mudas, poda de frutificação, certificação de qualidade, manejo do solo, sistema de plantio e implantação de pomar, fitossanidade, raleio até a colheita, armazenamento e comercialização. A prática profissional acontece mediante o tempo de trabalho que o jovem aprendiz vende sua força de trabalho mediante contrato de trabalho para a agroindústria em condição de aprendiz.

O Banco Mundial em seus relatórios para o desenvolvimento dos processos produtivos propõe que os programas de aprendizagem estejam ajustados com a atividade econômica de determinada região. Sendo assim, todo o conhecimento apreendido pelo jovem aprendiz por meio do programa de aprendizagem direciona-se para o desenvolvimento econômico dessa região. O conhecimento torna-se a perspectiva da sociabilidade capitalista em atender suas metas de desenvolvimento, no caso das regiões agroindustriais a proposta refere-se ao investimento na profissionalização técnica do jovem aprendiz, que resulta no fortalecimento e expansão do agronegócio.

Os conteúdos expostos na grade curricular do programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” possibilitam ao jovem aprendiz um conhecimento abrangente em que envolve muitos temas direcionados à organicidade do ser trabalhador, como se relacionar com seus companheiros, a organização no processo de trabalho, a disciplina, as responsabilidades em ser jovem trabalhador, seus direitos e deveres, etc. No entanto, de acordo com Lukács (2010), a sociedade regula e dirige desta maneira as atividades sociais e pessoais de seus membros com os mais diversos meios e tendências de importância social. Fundamenta as decisões alternativas, cada vez mais voltadas a atender decisões ideológicas que produzem profundas deformações nas concepções do ser humano.

Os conceitos que permitem uma compreensão ampla da realidade social, como direitos humanos, exercício de cidadania, preservação do meio ambiente, saúde, sexualidade, prevenção do uso de drogas, etc., poderiam tornar a apropriação da realidade concreta do indivíduo favorável a si próprio. Dessa forma, as possibilidades criadas poderiam auxiliar o indivíduo na tomada de decisões coerentes para si e consecutivamente para a sociedade.

Contudo, no decorrer do desenvolvimento histórico da humanidade em que se prioriza a divisão da sociedade em classe, o conhecimento torna-se cada vez mais superficial e fragmentado, não

permitindo ao ser humano um entendimento da totalidade social. Os conceitos de cidadania, direitos humanos, diversidade, gênero etc., tornam-se instrumentos de grupos individuais de singularidades específicas da classe capitalista. Por meio dos processos de educação se estabelece ideologicamente como a classe trabalhadora deve compreender a sociedade, como construir e dar sentidos aos significados da sociedade.

Afirma a *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p. 08), com relação à interlocução entre trabalho e educação que,

É importante que a Educação pelo Trabalho seja um dos pilares do programa desenvolvido pelas empresas em conjunto com as organizações, uma vez que valoriza a questão do aprendizado. Ou seja, a formação teórica tem um valor especial durante o processo educativo, já que é privilegiada em relação à prática.

Em outros sistemas econômicos a aprendizagem do jovem aprendiz caracterizava-se pela apreensão teórico-prática dos conteúdos, que se tornavam necessários para a concretização da sua obra-prima e de sua formação enquanto ser humano útil a atender as exigências surgidas mediante as relações estabelecidas na comunidade. De acordo com o documento que estabelece o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” é fundamental a aprendizagem relacionada com a teoria e a prática, pois contribuirá para melhor compreender o processo produtivo e seus implementos de insumos, maquinários, tabelas de qualidades entre outros que envolve a produção da maçã. Dessa forma, o processo de aprendizagem acontece sempre relacionando a teoria com a prática profissional, estuda-se teoricamente as fases de desenvolvimento da macieira do cultivo à colheita, do armazenamento até a expedição e consecutivamente o jovem aprendiz concretiza estas atividades no processo produtivo da agroindústria.

Os avanços em tecnologia e implementos agrícolas são notáveis em todo o processo produtivo da maçã, que cada vez mais se encontram em uma grande cadeia produtiva, relacionando-se com as indústrias de insumos, máquinas agrícolas, classificadoras, de embalagem em sua grande maioria importadas. Nesse sentido, para se inserir neste processo, apesar de a grande maioria dos trabalhadores não necessitarem de muito conhecimento teórico, as mudanças criam a necessidade de formação de uma força de trabalho diferenciada que possa atuar de

maneira a compreender como aplicar estes insumos agrícolas e como operar estas máquinas. O jovem aprendiz torna-se uma destas forças de trabalho com a possibilidade de adquirir esta formação teórica e prática para desempenhar atividades em todos os setores do processo de produção da maçã desde o plantio até a expedição.

Retomando a análise realizada no Capítulo I desta dissertação compreendemos o porquê se faz necessário o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”. Se analisarmos a formação da classe trabalhadora da pomicultura e suas atividades desempenhadas a partir da venda da força de trabalho nas agroindústrias, podemos compreender que o jovem aprendiz torna-se força de trabalho útil para esta produção, como também nos termos de Marx, um “exército de reserva” para permanência e sustentação desse processo produtivo.

O trabalho assume caráter negativo, já que não permite um desenvolvimento significativo do indivíduo a ponto de elaborar uma compreensão da sociabilidade em que está inserido. O desenvolvimento do ser humano se volta a atender as demandas do processo produtivo, as possibilidades colocadas levam o jovem aprendiz à permanência neste processo produtivo sem perspectivas de outras propostas de profissionalização a não ser o do processo de produção da maçã.

Percebe-se no documento que embasa o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”, a ênfase em uma aprendizagem que considere a interlocução entre a teoria e a prática profissional. Permitindo ao jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que aprende “cientificamente” os conceitos que envolvem as relações sociais e o processo produtivo da maçã, também concretizá-lo na prática profissional na agroindústria. Esta proposta elaborada pelo programa de aprendizagem é essencial para o “desenvolvimento do ser humano”, pois consente que este ao concretizar seu trabalho tenha a possibilidade de agir sobre o mesmo, podendo até mesmo interferir de forma a desenvolver avanços tecnológicos que facilitem o processo de produção da maçã.

Porém na sociabilidade capitalista, a aprendizagem se limita em orientar o fazer. Não há necessidade de compreender a gênese da teoria. O conhecimento se torna manifestação do empírico, e não expressão da captura pela subjetividade, da complexidade das estruturas e dos mecanismos que configuram determinada realidade. De acordo com Manacorda (2007), com as transformações econômicas a pesquisa científica torna-se o meio de intervenção humana para transformar a natureza e a sociedade, da cientificidade para conhecer o mundo tornou-



se a ciência para atuar, na fábrica é expressão da tecnologia, ou seja, aplicação das ciências para a produção.

Segundo Harvey (2010, p. 102), no capital “a inteligência (conhecimento, ciência, técnica) é objetificada na máquina, separando o trabalho manual do trabalho mental e reduzindo sua aplicação por parte dos produtores diretos”.

Portanto, ao retomarmos a configuração social em que se encontra o jovem aprendiz da pomicultura percebemos que as possibilidades que fundamentam esta sociabilidade são manipuladas para atender o processo produtivo. Mesmo que suas intenções aparentemente representem a possibilidade do jovem aprendiz dominar o processo de trabalho por meio de conhecimento que alie teoria e prática, a essência desta sociabilidade encontra-se no trabalho abstrato e consecutivamente no estranhamento mediante a profissionalização do jovem aprendiz ao produto de seu trabalho.

O programa de aprendizagem volta-se para atender os processos produtivos do capital, as esferas sociais que daí resulta tornam-se elementos que permitem a reprodução desta sociabilidade, as leis, a política, a escola, etc. Todos os conteúdos sociais tornam-se importantes para a configuração de acordo com as necessidades da reprodução do capital, isto é, priorizam a lógica de mercado. Conforme as exigências do desenvolvimento processual das categorias econômicas desta sociedade é que as demais categorias se desenvolvem, nas reformas educacionais o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento caracteriza-se como essencial quando interfere diretamente na inovação e melhoramento do setor produtivo privado. Segundo Marx (2009, p. 81), “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital”.

O programa de aprendizagem torna-se além de uma proposta de formação profissional uma maneira de propagandear as “oportunidades” que órgãos públicos e privados disponibilizam ao jovem de baixa renda para se inserir no processo produtivo capitalista. Colaboram para as estatísticas dos países em desenvolvimento em que prioriza a diminuição da desigualdade social mediante a promoção do jovem de baixa renda a postos cada vez “melhores” no processo de trabalho.

Outro motivo da propagação da necessidade da formação técnico-profissional é manter a regulação social, “ordem e progresso”, se o trabalhador mesmo após ter adquirido tal formação para o trabalho ainda não obteve êxito, é uma questão pessoal. Portanto, o problema não está nas relações político-econômicas em sua totalidade, mas sim com o

próprio trabalhador que não conseguiu acompanhar as mudanças do mercado.

Conforme a proposta da *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p. 08):

Os programas de aprendizagem devem ser vistos não como uma obrigação, mas como um projeto de responsabilidade social. Embora a maioria dos projetos de responsabilidade social de geração de renda tenha caráter assistencialista e cause dependência por parte dos beneficiados, a Lei 10.097 leva em consideração a autonomia, a autoestima e o desenvolvimento efetivo do jovem aprendiz. Isso porque ele não recebe uma bolsa gratuitamente, como se fosse uma caridade. O aprendiz se sente protagonista da ação na qual está envolvido. A geração de renda, nesse caso, é vista como resposta de um compromisso e de uma responsabilidade, uma vez que ele tem tarefas e horários a serem cumpridos.

Na busca pela objetivação material, mediante a configuração social capitalista, que deve resultar na valorização do capital, a classe trabalhadora encontra-se na condição de pobreza tanto em ter garantida sua subsistência quanto na condição de ser humano, com conteúdo que lhe possibilite realizar as escolhas corretas para concretizar uma práxis favorável ao desenvolvimento humano. O programa de aprendizagem, na especificidade do jovem aprendiz da maçã, basicamente se caracteriza como uma educação para o trabalho um regulador social que contribui para disciplinar o jovem ao processo produtivo.

O processo produtivo na sociabilidade capitalista necessita ocultar suas contradições, o estranhamento do trabalhador ao produto de seu trabalho, a exploração do homem pelo próprio homem, a produção desigual dos produtos necessários à vida, etc. Desse modo, os processos educativos tornam estas relações sociais em relações naturais, o conhecimento desenvolvido no ser humano permite que a captura do real aconteça sob a ótica do capital. Ao jovem aprendiz trabalhador mediante tal configuração de aprendizagem é negado a possibilidade de compreender a sociedade de uma forma que lhe dê a alternativa de transformar seu conteúdo.

A vida do trabalhador nesta forma de sociedade é determinada ao ponto de desenvolver as faculdades vitais do ser humano tornando-as úteis ao sistema. O programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira -

Jovem Aprendiz Cotista” é um dos elementos que intensifica o processo de reprodução da classe trabalhadora da pomicultura. O jovem aprendiz encontra no programa de aprendizagem uma das possibilidades de profissionalização para a produção da mercadoria maçã e consecutivamente trabalhador desse processo produtivo. A sociabilidade capitalista integra as demais esferas sociais (meios de comunicação, igreja, escola, sindicatos) desenvolvendo no indivíduo a necessidade de estar disposto a desempenhar qualquer atividade voltada para esta mera produção e reprodução da vida, que confluem na valorização do capital.

Devido às contradições que pautam a sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo em que é propagada a perpetuação da profissionalização de toda a classe trabalhadora, também acrescentam-se e desenvolvem-se distintos elementos que permitem a intensificação da força de trabalho.

De acordo com o discurso encontrado na *Cartilha conexão aprendiz* (2005, p. 07), a aprendizagem não pode ser vista de maneira tecnicista porque o mundo contemporâneo exige outro tipo de trabalhador, “pessoas empregáveis não sob o ponto de vista técnico, mas sob o aspecto comportamental”. O jovem deve receber uma aprendizagem que contribua com sua profissionalização, o trabalho educativo deve assumir uma influência formadora que leve em consideração “o saber se relacionar, saber se comportar diante das diferentes situações, ser empreendedor e solucionar problemas”. Conforme a cartilha, os programas de aprendizagem permitem ao jovem ser o protagonista de sua própria vida e sair de sua condição de pobreza, pois adequa-se às necessidades do processo produtivo e, consequentemente, poderá tornar-se o profissional do futuro.

Harvey (2010, p. 119) afirma que,

A sociabilização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos

vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.

Com a proposta de estabilização da pobreza, os programas de aprendizagem têm sido alvo de políticas propagandistas em que dizem ser possível às famílias pobres encontrar na profissionalização a possibilidade de ascensão social. O jovem aprendiz caracteriza-se por serem filhos ou filhas de trabalhadores, famílias pobres. Portanto, o discurso da profissionalização do jovem aprendiz permanece como fundamental para o capital, pois além de ter força de trabalho que sustente o processo produtivo também ameniza as lutas de classes, permitindo que a classe trabalhadora de certa forma tenha acesso ao mundo das mercadorias e assuma a falsa crença de que o mundo está “cada vez mais igualitário”.

Contudo, os processos de educação em sua maioria têm contribuído cada vez mais para tornar o conhecimento fragmentado, que prioriza o mundo aparente e não permite o conhecimento que favoreça o amadurecimento intelectual do jovem trabalhador. É necessário um conhecimento que permita ao ser humano aproximar-se de um entendimento sobre a complexidade da vida em sociedade, o seu transcorrer histórico e suas mudanças, somente por meio deste é possível se pensar em uma possibilidade de desenvolver linhas de análise e de ação que permitam visualizar a transformação social.

É por meio do conhecimento que a imaginação dos sujeitos torna-se mais livre, trazendo a possibilidade de relacionar os objetos fenomênicos da realidade, de perceber as imposições ideológicas, de entender o significado do mundo. Os sujeitos ao entender que o mundo é construção histórica têm a possibilidade de agir ideologicamente. Conforme destaca Lukács (2010), este agir ideologicamente pressupõe a elaboração do ideal para a realidade, desempenhando a função de regulamentar, ordenar as decisões entre alternativas esclarecendo ao indivíduo a indispensável necessidade de avaliar as decisões segundo interesses coletivos da sociedade.

Como diz Marx (2008, p. 207): “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, (...) mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”. Nesse contexto apresentamos o conhecimento como indispensável em todos os processos de decisões alternativas, um elemento fundamental que possibilita aos homens desvendar seu passado histórico e que na medida de sua compreensão passa a

fundamentar o complexo ideológico para permitir uma prática social emancipatória, que livre o ser humano dos grilhões da sociedade capitalista que prioriza a produção e reprodução desigual da vida.

Portanto, ao analisar os processos de educação constituídos pela sociabilidade capitalista, é perceptível que cada vez mais estes restringem o ser humano ao acesso de um conhecimento coerente sobre o desenvolvimento social. Os processos de educação se limitam a mera formação técnico-profissional, que em muitos casos como o do jovem aprendiz da macieira, são configurados pelo próprio processo produtivo, reduzindo as perspectivas de profissionalização dos jovens, para além do processo produtivo da maçã.

### 3.3 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO

Na sociabilidade capitalista, na medida em que acontece o dispêndio da força de trabalho no produto do trabalho do trabalhador, este permite a relação social do trabalho entre as mercadorias que por sua vez torna-se além de coisas físicas também sociais, o complexo do trabalho privado torna-se social total (MARX, 1985). O trabalho satisfaz necessidades sociais múltiplas de seus produtores, o dinheiro objetivamente esconde o caráter social destes trabalhos privados. “O processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista” (Marx, 1985, p. 71), este processo para o trabalhador em nada resulta, pois não é capaz de mudar sua própria realidade. Segundo Marx (1985),

Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor, que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor (MARX, 1985, p. 156).

Continua Marx (1985) especificando que o trabalhador produz a valorização do capital que o domina e o explora na forma de trabalhador assalariado, sendo que por meio da reprodução do trabalhador

assalariado encontra-se a condição indispensável para a reprodução do capital. A reprodução da classe trabalhadora configura-se em: consumo produtivo, ou seja, consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou e o consumo individual efetuado pelo trabalhador, através do dinheiro que recebeu pela venda de sua força de trabalho para comprar seus meios de subsistência, ambos, consumo produtivo e individual, estão ligados com o processo produtivo do capital.

Quando as proporções capitalistas passam da produção individual para o processo de produção capitalista global, o trabalhador passa a ser uma classe trabalhadora convertida em parte do capital pertencente à classe capitalista. “O consumo individual do trabalhador é para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado; ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que produz a força produtora de riqueza alheia” (MARX, 1985, p. 158). Dessa maneira, a classe trabalhadora corresponde mesmo em seu consumo individual à manutenção e reprodução de seu constante aparecimento no mercado de trabalho.

Marx acrescenta que,

O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança continua dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato (MARX, 1985, p. 158).

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, o mais-valor, mas também a própria relação do capital, de um lado classe capitalista e de outro o trabalhador assalariado. A propriedade aparece do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio e o produto deste, já do lado do trabalhador a propriedade privada mostra-se como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto do trabalho (MARX, 1985).

A relação criada pelo capital permite que o capitalismo de mercado que tem sua base universal nas linguagens do dinheiro e da mercadoria, promova a reprodução da vida social por meio de um sistema objetivo de ligação social. O individualismo é afirmado por intermédio do dinheiro, “o individualismo possessivo e o empreendimento, a inovação e a especulação criativas”

(HARVEY<sup>50</sup>, 2010, p. 100) implicam na fragmentação de tarefas e responsabilidades. Os processos de educação configuram-se nesta perspectiva, de reestruturação sendo que, o trabalhador é convocado a tal qualificação na medida em que é necessária a profissionalização da força de trabalho e talvez estabelecer de alguma maneira ligações entre teoria e prática. Marx (2004, p. 91) afirma que, “o trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador (...) a existência, do capital é sua existência sua vida, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele”. Uma inovação, uma nova tecnologia ou descoberta científica resulta em valorização do próprio capital.

A formação para o trabalho qualificado ou não qualificado, complexo ou simples, se generaliza cada vez mais no decorrer do século XX, assim o estado capitalista assume a organização dos sistemas educacionais com o objetivo de contribuir com a classe burguesa, para o aumento da produtividade da força de trabalho, no momento de extração de mais valia relativa como também amenizar o segmento da classe trabalhadora pela luta ao acesso a educação escolar (NEVES; PRONKO, 2008).

No início do século XX destaca-se em todo o mundo o modo de produção baseado na organização do trabalho fordista. O fordismo marcado pela massificação dos trabalhadores e das mercadorias intensifica ainda mais o estranhamento do trabalhador com o produto do seu trabalho. As tarefas na indústria passam a ser simples e repetitivas e os processos da educação seguem o modelo de treinamento. As relações sociais de produção e consumo de massa elaboram uma proposta de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

É perceptível em todas as regiões do mundo a transformação implantada pelo processo produtivo do capital, desde as mais interioranas às grandes metrópoles. No caso daquelas regiões em que ainda estavam sob a economia de subsistência, o impacto capitalista é grande, os avanços tecnológicos chegam em um período de tempo curto.

---

<sup>50</sup> Como esta pesquisa prioriza um entendimento mediante Marx, e entre as opções de referencial teórico Harvey é um dos autores que melhor interpretam o período pós-moderno e suas relações político-econômica na sociedade capitalista, e segue a linha de análise teórica desse estudo é que analisamos nosso objeto a partir de suas análises. De acordo com Tumolo (1996) sobre o pesquisador David Harvey é que a contribuição deste autor, com o livro *Condição pós-moderna* permite uma análise teórica referente os diversos processos produtivos mas que só são possíveis de compreensão pela análise do modo de produção capitalista, outra contribuição é que suas análises e compreensão do modo de produção capitalista são realizadas por meios dos estudos de Marx e outros autores marxistas.

No caso das regiões rurais, a proposta é implantar a agroindústria, com o processo de produção em massa de uma determinada mercadoria, também inserem os grandes complexos de máquinas, que se mesclam ao modelo fordista, taylorista, baseados em relações desde o despotismo até aquelas mais flexíveis. Na região do município de Fraiburgo, as agroindústrias se classificam em vários setores, seja a fruticultura, suinicultura, madeireira, etc. O sistema de máquinas e organização do trabalho se assemelha o que diferencia é a mercadoria, maçã, frango, porco, pinus, soja, etc. O interesse da classe capitalista é transformar todos os indivíduos dispostos para vender sua força de trabalho para o processo produtivo.

A venda da força de trabalho, na forma trabalho assalariado é a base da reprodução da vida social e o trabalhador é visto apenas como uma parte do complexo da indústria. Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (HARVEY, 2010, p. 121). Neste sentido o controle da vida do trabalhador não é somente responsabilidade do capitalista, mas também de outras esferas sociais em que o trabalhador faz parte, além do trabalho na indústria, seja a religião, a educação, os próprios sindicatos, as leis, etc. “O capitalismo não inventa “o outro”, mas por certo fez uso dele e o promoveu sob formas dotadas de um alto grau de estruturação” (HARVEY, 2010, p. 101).

Ao mobilizar todas as categorias necessárias para a valorização do capital, a cooperação, a divisão do trabalho, a maquinaria, o capitalista reduz o trabalhador a um mero fragmento na indústria. No entanto o desenvolvimento da sociabilidade capitalista torna cada vez mais distinta a força de trabalho, sendo estas divididas naquelas que requerem certa profissionalização e outras à mera adaptação ao movimento da máquina.

Com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista e mediante a lógica de mercado, a classe capitalista tem por necessidade os avanços em tecnologia para possibilitar a valorização do capital. Sendo assim, investir na profissionalização dos trabalhadores tem sido uma prática constante da classe dominante. O Estado por ser fruto da revolução burguesa forma um princípio organizador em que a classe dominante impõe sua vontade, a mudança e a incerteza a que o sistema capitalista está sujeito (HARVEY, 2010). A racionalidade corporativa teve como marco a administração científica<sup>51</sup>, não apenas na produção, mas

---

<sup>51</sup> “pseudocientífica” como afirma Harvey (2010, p. 129), “utilizava-se o grande poder corporativo para assegurar o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a



também “nas relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos” (HARVEY, 2010, p. 129).

Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. O terceiro mundo neste momento encontrava-se em um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, porém na prática promovia a destruição de culturas locais, opressão e numerosas formas de expansão e domínio capitalista (HARVEY, 2010).

No Brasil as regiões rurais passaram por um rápido processo de emancipação política de suas localidades, como também por uma configuração de um modelo econômico totalmente voltado à intensificação da exploração da força de trabalho, a aprendizagem técnico-profissional adequa-se de acordo com as atividades econômicas de determinadas regiões. Nas regiões rurais, os processos educacionais voltam-se para atender a demanda de força de trabalho das agroindústrias, pois rapidamente os sujeitos singulares passaram da economia de subsistência para o assalariamento e precisavam adequar-se a esta nova realidade. Portanto, é necessário salientar que o analfabetismo era comum, pois este modelo na realidade necessitava de poucos técnicos-profissionais, mas uma maioria de trabalhadores braçais e que se adequassem ao simples movimento da máquina.

Segundo Harvey (2010), nos anos de 1965 a 1973, os países desenvolvidos demonstraram a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições capitalistas, as dificuldades relacionavam-se diretamente com a rigidez nos investimentos e o sistema de produção em massa que impedia a flexibilização nos contratos de trabalho. O resultado desta rigidez foi uma configuração indomável “no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir a acumulação do capital” (HARVEY, 2010, p. 136).

As grandes corporações viam na grande quantidade de fábricas e equipamentos a saída para o desenvolvimento do capitalismo, por meio da racionalização, reestruturação e intensificação do contrato de

---

produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinham uma base estável para a realização de lucros”. O trabalhador continuava independente do processo de trabalho atrelado a lógica do capital, contribuir para a valorização do capital.

trabalho. O capitalismo contemporâneo encontra suas estratégias nas “novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política” (HARVEY, 2010, p. 140), dando lugar para uma acumulação flexível de capital.

A acumulação flexível no final do século XX aparece como um meio para recuperar o ciclo produtivo do capitalismo e assegurar seu projeto de dominação societal, com a proposta de reorganização do mundo do trabalho através de novas tecnologias, flexibilização e gerenciamento. O trabalhador deve ser polivalente e flexível às mudanças, podendo até mesmo participar dos lucros da empresa, mas sempre colaborando com as mudanças que facilitem o aumento da produção.

De acordo com Harvey (2010), a acumulação flexível caracteriza-se por novos padrões de desenvolvimento desigual, acrescentando-lhe flexibilidade e mobilidade. No entanto, esta mudança no processo de trabalho passou por fortes resistências, onde a produção mostrava-se massificada e instável, pois garantia a exploração da força de trabalho sob baixa remuneração.

No processo produtivo das agroindústrias de maçã, persiste o fordismo-taylorismo e em alguns casos a intensificação da exploração da força de trabalho ainda acontece com o aumento da velocidade das máquinas. No entanto, em outros momentos aparece a forma de produção da acumulação flexível em que a agroindústria oferece aos trabalhadores, caso alcancem certas metas, participação de lucros, formação técnico-profissional, prêmios de melhor funcionário, etc. A manipulação capitalista em que se encontra o trabalhador, seja no fordismo ou a acumulação flexível de capital, torna o processo de trabalho estranho ao trabalhador e caracteriza as demais relações sociais a partir do processo produtivo, que torna a classe trabalhadora vulnerável as negociações sindicais tornando-se colaborador do capital.

A transformação no processo produtivo capitalista permite que toda a esfera da vida humana passe por profundas mudanças, a estética estável do modernismo fordista cedeu lugar para uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. Essa modificação no sistema econômico, nas décadas de 1970, é marcada pela transformação ocupacional, o empreedimentismo favorecido pela tomada de decisões rápidas e eficientes que se torna fundamental para valorização flexível do capital. Conforme Moraes (2004, p.319-320) “a educação associa-se

à necessidade do capital de contar com uma força de trabalho em espera (exército industrial<sup>52</sup>) adaptável às novas exigências da reprodução”.

Continua Moraes:

[...] as rápidas mudanças em tecnologia no “chão da escola”, locais de trabalho e residências afetando o modo de aprendizagem dos estudantes e as habilidades que eles adquirem. Procura-se, a qualquer custo e de qualquer forma, adaptar alunos e docentes à nova realidade; cresce a exigência pública quanto à avaliação dos sistemas educacionais, de administradores e docentes; reduz-se o financiamento da educação nos âmbitos local, estadual e nacional com impactos sobre salários e recursos educacionais de todo tipo; aumenta a demanda pela educação a distância e continuada; percebem-se pressões psicológicas e físicas em diferentes modos de aprendizagem (MORAES, 2004, p. 320).

No entanto os processos de educação tornam-se adequados às novas exigências do mercado, a classe trabalhadora, nesse caso recebe, “saberes instrumentais que se ajustam à necessidade fugaz do capital” (MORAES, 2004, p. 321). O controle vem do processo de produção para os resultados e é conforme a avaliação dos resultados que se buscará a eficiência e a produtividade.

De acordo com Chossudovsky (1999, p. 11),

Desde a crise da dívida do início dos anos 80, a busca do lucro máximo tem sido engendrada pela política macroeconômica, ocasionando o desmantelamento das instituições do Estado, o rompimento das fronteiras econômicas e o empobrecimento de milhões de pessoas.

Sendo assim, a reestruturação econômica necessária para o expansionismo do capital, “deve manter seu impulso inexorável em direção aos seus alvos auto-expansivos, por mais devastadoras que sejam as consequências” (MESZÁROS, 2007, p. 146). Com a intencionalidade de tornar todas as esferas sociais atreladas ao capital, as

---

<sup>52</sup> Devido ao desenvolvimento das forças produtivas esse “exército industrial” passa a ser apenas “exército de reserva”.

instituições de Bretton Woods, FMI – Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial<sup>53</sup> desempenham um papel fundamental enquanto órgãos reguladores que supervisionam as economias nacionais por meio de estratégias de mercado em todo o mundo.

No sentido de reestruturar o processo produtivo dos países em desenvolvimento, o Banco Mundial em seus relatórios propõe um modelo de processos educacionais que favoreça o processo produtivo capitalista sublinhando ainda mais as desigualdades sociais. Fundamentando-se na falsa ideia de que o indivíduo pode alcançar seus objetivos econômicos e sociais, basta competir com os demais indivíduos, por meio de educação formal e profissionalização em todos os âmbitos da sua força de trabalho.

O Estado aliado com a classe capitalista provê, por intermédio de políticas públicas, educação e profissionalização para todos independente da classe social. O lema é configurar a classe trabalhadora de acordo com a lógica de mercado apta por inteiro, forças físicas, efetividade, religiosidade, etc., para o processo produtivo.

Mediante o grande número de pensadores a serviço do capital é que são elaboradas as estratégias que serão utilizadas para a valorização do capital, por meio de um complexo de ideias que naturalizam as práticas de violência e exploração da classe dominante contra a classe trabalhadora. Desta forma é que o Banco Mundial mostra-se como um grande aliado do capital, como elaborador destas estratégias de “formação humana” para os trabalhadores dos países em desenvolvimento em favor da classe capitalista. Sendo assim, a configuração social do capital supre suas metas de manutenção e reprodução.

### **3.3.1 Banco Mundial: conhecimento e inovação para a competitividade**

Como salientamos no item anterior, a reestruturação do sistema econômico acontece a partir de mudanças em todas as esferas materiais da vida social, por meio de estratégias que permitem a competitividade,

---

<sup>53</sup> Fundado na conferência de Bretton Woods em 1944, após o término da Segunda Guerra Mundial, o Grupo Banco Mundial é hoje composto por um conjunto de organismos, dentre os quais o principal é o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange cinco outras agências: a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), a IFC (Cooperação Financeira Internacional), o ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos), a MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais) e o GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) (AZZI, BOCK. 1996).

inovação e lucros para o capital. Sendo o capital mantido pela propriedade privada e a compra da força de trabalho, é fundamental manter o trabalhador mobilizado diante destas mudanças.

O processo de valorização analisado por meio das categorias marxistas, mais valia-absoluta e mais valia relativa, pode ser entendido como a intensificação da exploração capitalista da força de trabalho. No decorrer do processo histórico esta intensificação adquire elementos cada vez mais distintos, que por intermédio da complexificação desta sociabilidade tornam-se menos perceptíveis ao trabalhador. Sendo assim, é elaborado um conjunto de crenças que naturalizam a relação desigual entre a classe capitalista e a trabalhadora, diferente do que acontecia nos primórdios da Revolução Industrial. Hoje o trabalhador assume papéis dentro da indústria que obscurecem esta intensificação da exploração da força de trabalho, sendo perceptível a aparente ideia de que as possibilidades estão postas diante do trabalhador e é apenas uma questão de o trabalhador querer buscar individualmente o sucesso profissional sem precisar recorrer à luta de classes.

A profissionalização da força de trabalho é uma das estratégias fundamentais da classe capitalista em parceria com o Estado e grandes agências financiadoras, para propagandar a classe trabalhadora como uma oportunidade de ascender socialmente ao tornar sua força de trabalho adequada ao mercado capitalista. Conforme salienta Harvey (2010), este pensamento é vigente já em meados do século XX, quando ocorre particularmente no ocidente uma profunda mudança histórica, em que o modo de produção capitalista tradicional é submergido pelo mundo das indústrias de serviços, finanças e informações.

Essas mesmas transformações que tornaram o processo produtivo fragmentado também tornam o pensamento, fundamentando nesse sentido, certo consenso na sociedade contemporânea. Dessa forma, os processos de educação devem estruturar-se para a formação do “cidadão”, capaz de definir os códigos das tecnologias da informação e comunicação, estes entendidos como elementos básicos da nova ordem mundial (MORAES, 2003).

Segundo Moraes:

Os países exportadores obrigam-se a buscar alternativas que lhes permitam participar do complexo jogo econômico mundializado e a sobreviver à disputa por vantagens competitivas tornando ainda mais dramática a separação entre os que ganham e os que perdem. Tal estado de

coisas tem efeitos extensos e profundos sobre as várias práticas sociais e, de modo particular, sobre a educação (MORAES, 2003, p. 151).

Como explicita a autora, a educação tem sido vista como uma das alternativas para manter a competitividade de países exportadores como o Brasil. “Os destinos da educação parecem, articular-se diretamente as demandas deste mercado insaciável e aos paradigmas propostos para a sociedade de aprendentes” (MORAES, 2003, p. 152). São notáveis os esforços dos diversos países para formar sujeitos úteis para manipular tecnologias e dispostos a atualizar-se de acordo com as demandas do sistema capitalista ao longo de sua vida. Muitas políticas públicas voltam-se para tal propósito em tornar o “cidadão” uma força de trabalho, não importando a atividade que exercerá apta a atender os interesses do sistema.

A formação profissional do jovem aprendiz, objeto desta pesquisa, é um dos elementos em que o sistema capitalista explora para sua perpetuação, por meio de instrumentos como programas de aprendizagem. A aprendizagem no sentido de formação técnico-profissional, de acordo com as bases da legislação de educação vigente, é implementada por meio de contrato de aprendizagem, contrato de trabalho especial. Portanto, o jovem aprendiz aprende e vende sua força de trabalho de acordo com os interesses do capital, sem permitir ao jovem escolher em que atuar, porém adaptá-lo com o que convém para o capital.

A aprendizagem no sentido de formação para o trabalho nas condições de produção capitalista é histórica e seu processo de constituição inicia nos primórdios da revolução industrial, sendo que, como já exposto neste estudo, ela se configura de acordo com as necessidades e exigências do processo produtivo. De uma maneira geral os processos de educação passam por tal configuração, uma série de órgãos e instituições como o Banco Mundial, Unesco, Cepal mobilizam-se em favor da classe capitalista para a elaboração de documentos, relatórios, de como a educação deve ser configurada e tornar-se central nas políticas dos governos. Segundo Moraes (2001), estes órgãos e instituições colocam a educação no centro das prioridades governamentais por dois motivos, de um lado porque a educação é mercadoria regida de acordo com as leis de mercado e por outro lado porque é responsável pela qualificação da força de trabalho conforme os interesses de mercado.

O século XX é marcado essencialmente pelo aprofundamento comercial, desregulamentação e privatizações, estes resultam na flexibilização e reformas no sistema educacional (AZZI, BOCK, 1996). O ano 2000 é caracterizado pela organização das “Metas de Desenvolvimento do Milênio”<sup>54</sup> adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), nesse sentido o FMI e o Banco Mundial desenvolveram programas e estratégias para promover a consolidação de tais metas. No entanto, sempre estratégias novas são elaboradas, os intelectuais do Banco Mundial têm o receituário, basta os países cumprirem tais metas, preceitos, etc. e o próprio Banco Mundial, professa para o século XXI, a “sociedade do conhecimento”.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (2008, p. 161),

Com a transição da economia industrial do século XX para a economia do conhecimento do século XXI, o mercado global recompensa cada vez mais as economias flexíveis, eficientes e que podem se adaptar com rapidez às novas circunstâncias – em uma palavra, as que podem inovar. Os países bem-sucedidos mais recentemente são os que dispõem de mecanismos para expandir o comércio, produzir conhecimento e utilizar a tecnologia com eficiência. Cada vez mais essas nações participam da cadeia mundial mediante transformações econômicas que visam a atividades com maior valor agregado.

Esse conceito de conhecimento refere-se àquele que colabora para a formação de força de trabalho competitiva que acompanha as exigências do mercado, como também àquele conhecimento que torna os processos de educação em mercadorias. O trabalhador torna-se responsável por sua própria formação e as instituições de ensino em sua maioria tornam-se privadas e mesmo as públicas recebem ajudas de empresas privadas para manterem a economia capitalista em adequado funcionamento.

Na perspectiva de tornar o Brasil um país mais competitivo e diminuir a pobreza e a desigualdade social, o Banco Mundial elabora um quadro de estratégias para o país com o objetivo de manutenção e

---

<sup>54</sup> Os objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de metas pactuadas pelos governos dos 191 países-membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver, voltados basicamente para as áreas de saúde, renda, educação e sustentabilidade a serem alcançados pelas nações até 2015.

formação de “capital humano”<sup>55</sup>. Por meio de um estudo detalhado de toda a trajetória da educação brasileira, são elaborados alguns objetivos que confluem com os interesses de tornar o país mais competitivo diante do cenário econômico internacional. Estes objetivos enfatizam que a economia global é a economia do conhecimento<sup>56</sup>, o investimento deve ser na escolaridade dos trabalhadores, sendo esta a chave para o crescimento econômico, não é apenas matérias-primas, capital físico, porém a interação entre ambos, capital físico e “capital humano” que promove o crescimento tornando o país competitivo.

Sendo esta sociedade denominada pelo Banco Mundial a “sociedade do conhecimento”, a preocupação com a qualificação da força de trabalho acontece sob todos os âmbitos. É comum nas reestruturações econômicas a participação do Banco Mundial para promover pesquisas que permitam que os países em desenvolvimento organizem-se atendendo as exigências do mercado mundial, mediante um enfoque ético sob o ponto de vista do capital. O programa de aprendizagem torna-se uma proposta de formação técnico-profissional, que atende este princípio “ético do capital”, a propaganda se direciona para a responsabilidade social com os jovens. De acordo com as propostas de educação elaborada pelo Banco Mundial, a aprendizagem ofertada por tais programas objetiva a possibilidade de um “futuro melhor” aos jovens aprendizes.

Conforme Moraes (2003, p. 10),

Questão das mais interessantes é a multiplicidade de cenários construídos para justificar a emergência dos códigos da modernidade: são apresentados ora como economia ou sociedade do conhecimento, ora como economia ou sociedade da inovação perpétua ora como sociedade da informação, quando não sociedade aprendente e do aprendizado, ou ainda sociedade de redes ou associacional.

---

<sup>55</sup> De acordo com Medeiros (2005), a teoria do capital humano não corresponde apenas a uma concepção de capital humano, existe uma série de proposições identificadas com a teoria do capital humano. Porém, acrescenta que para uma primeira aproximação a noção de capital humano esta relacionado com os atributos individuais que determinam a habilidade ou talento, capacidade física, qualificação decorrente da educação formal ou outra fonte de conhecimento para o desenvolvimento do trabalho produtivo.

<sup>56</sup> Economia do conhecimento não quer dizer somente a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e nas mercadorias, mas também pela organização das ideias e pelo marketing os investimentos passam a ser em *software*, educação, treinamento, capacitação, P&D, tecnologias de organização e distribuição, redes, etc.



Para que aconteça o desenvolvimento necessário das categorias processuais da sociabilidade capitalista, órgãos como o Banco Mundial estabelecem estratégias que permitem à classe capitalista uma análise contundente das áreas que devem atuar para efetuar tal desenvolvimento. Neste contexto, a profissionalização da força de trabalho torna-se central, especialmente a do jovem da classe trabalhadora, pois será a futura força de trabalho a ser explorada pelo capital. No entanto, na sociabilidade capitalista, a aprendizagem ou os processos de educação sempre estão relacionados diretamente com o processo de desenvolvimento das categorias que confluem na valorização do capital.

Com relação ao desenvolvimento das categorias processuais que movimentam a sociabilidade capitalista, todas as regiões do mundo sofrem diretamente tais consequências, seja no processo produtivo ou nos processos de educação, ambas com o mesmo objetivo de tornar o capital sempre ativo.

No Brasil o desenvolvimento das categorias relacionadas aos processos de educação é uma das exigências do mercado mundial, de acordo com o relatório elaborado pelo Banco Mundial:

O Brasil não pode mais ignorar a economia do conhecimento – e isto não está ocorrendo. Um constante diálogo nacional discute reformas para apoiar o forte desempenho macroeconômico, ampliar a abertura comercial, melhorar a infraestrutura física, fortalecer o sistema judiciário e o ambiente legal e adequar os sistemas educacionais ineficientes e desiguais, que não estão produzindo o tipo de capital humano necessário à competitividade global de hoje. Este relatório enfatiza que o Brasil apresentou, de fato, expressivos avanços; no entanto, a dura realidade é que seus concorrentes também cresceram – só que de modo mais rápido. Assim, a questão não é apenas saber como o país pode atingir um maior progresso, mas como irá recuperar o tempo perdido (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 28).

Desse modo, os países em desenvolvimento considerados pobres pelas grandes potências mundiais, veem no desenvolvimento dos processos de educação em seus diversos âmbitos, a fórmula para tornar-se competitivo. Nesse sentido, as reformas educacionais têm sido

constantes, mas continuam mantendo o trabalhador atrelado à lógica da produção capitalista, apesar da dita “democratização do ensino” em que se promete educação para todos, porém apenas remediam os efeitos da ordem produtiva e contribuem para a reprodução da classe trabalhadora. De acordo com Mészáros (2008), em nome das reformas alguns ajustes são admitidos, mas somente corrigem os detalhes problemáticos e permitem que as estruturas que fundam a sociedade do capital, a contradição trabalho e capital, permaneçam intactas, e continue atrelado ao sistema de produção que prioriza a lógica do capital.

Ao mesmo tempo em que é necessária uma educação que permita que o trabalhador possa captar de forma autêntica os conceitos do mundo que o cerca, as propostas elaboradas pelas agências financiadoras do capital disponibilizam tal educação, no entanto, nas condições de atender à lógica de aceitação e continuação desta sociabilidade contraditória.

Conforme afirma o relatório do Banco Mundial (2008),

É pouco provável que a tecnologia seja adotada e adaptada com eficiência se os trabalhadores não tiverem conhecimento básico de leitura, escrita e aritmética ou, em um nível mais elevado, não dispuserem da capacidade de raciocinar conceitualmente, de pensar fora dos padrões e de aplicar o método científico. Trabalhadores com essas habilidades não são menos essenciais do que os gerentes de nível superior que podem adaptar-se à informatização ou redesenhar de modo criativo uma estratégia de produção. Se as firmas não têm condições de confiar no poder de ajuste de seus funcionários, elas se tornam necessariamente avessas ao risco e optam pelo caminho mais fácil da sobrevivência econômica, ou seja, um maior uso de mão-de-obra barata e desqualificada (como ocorre no Nordeste do Brasil). Em princípio, a qualificação básica e a avançada são necessárias para que uma empresa maximize as vantagens da inovação adquirida (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 34).

Os vários setores produtivos devem configurar a formação técnico-profissional do trabalhador para atender seus interesses estratégicos de mercado. Para que aconteça a competição entre os capitalistas é necessário aplicar na formação do trabalhador, pois

permite acompanhar as mudanças no processo produtivo de uma forma geral. Neste caso a “competividade e a inovação” são configuradas para e pelo o capital. O novo trabalhador deve adaptar-se a este lema “competir e inovar”, tornar-se apto e acompanhar os avanços tecnológicos para permitir o aumento do capital.

Como se percebe o relatório mostra que somente o trabalhador com formação técnico-profissional pode garantir o desenvolvimento tecnológico, o lucro e consecutivamente a valorização do capital e atender as prioridades da lógica do capital. Por mais que as propostas das reformas educacionais procurem demonstrar a igualdade entre todas as classes, a existência da propriedade privada, não permite que sejam superadas as relações desiguais de produção, não conseguem eliminar o antagonismo entre as classes. Portanto, apesar de toda a propaganda que demonstra ser o capitalismo um sistema “humanitário”, em sua base na propriedade privada, permite a permanência dos elementos mutiladores gerados pela lógica de mercado.

Os processos de educação encontram-se de forma contraditória, ao mesmo tempo em que permitem ao trabalhador o acesso à formação técnico-profissional, usufruem desta formação para atender os interesses privados da classe capitalista. Para compreender esta relação contraditória entre trabalho e educação, Mézáros (2008) afirma que o capital como totalidade reguladora é incorrigível, estruturalmente é incontestável acreditar que as reformas do capital no âmbito educacional são possíveis, significa abandonar a ideia de que é possível uma transformação social qualitativa. Continua o autor: “É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Mediante a compreensão de que o sistema capitalista é histórico e que se mantém sob o domínio da propriedade privada, caracterizado em duas classes antagônicas a capitalista e a trabalhadora, não basta pensar que dentro de sua própria estrutura a classe trabalhadora poderá encontrar os caminhos para sua “emancipação humana”, sem primeiramente passar por uma profunda transformação que elimine a propriedade privada. É necessário compreender que por mais profundas que sejam as mudanças provocadas pelo próprio capital, elas têm o objetivo de expansão e permanência do sistema do capital. Mesmo que seja disseminada pelos diversos órgãos constituídos a proliferação do conhecimento para toda a classe trabalhadora, enquanto a propriedade privada ser o fundamento de tal sociedade, as transformações não afetam a todos e sempre provocam desigualdades sociais e os avanços

tecnológicos são apropriados e utilizados a favor de uma única classe, a capitalista.

Sendo assim, a história da humanidade tem mostrado que não se pode reformar o capital “humanizando-o”, ao limitar a mudança política e econômica em reformas educacionais estaremos renegando a possibilidade de uma transformação social. Os sistemas educativos têm desempenhado papel de reprodução da dominação social, criam mecanismos que definem o futuro do ser humano, que em sua grande maioria é vender a força de trabalho para executar atividades que não vêm ao encontro da condição humana, mas somente atendem as exigências produtivas do capitalismo degradante.

A categoria conhecimento *post festum* que analisamos nesta dissertação é fundamental a todo o ser humano, pois mediante o conhecimento do mundo o homem passou a transformá-lo, porém a proposta elaborada pelo próprio Banco Mundial é profissionalizar-se para poder inovar o capital. Dessa forma, torna-se importante a compreensão da estrutura a qual está fundamentada esta sociabilidade e que por mais que os avanços tecnológicos alterem os processos produtivos, o trabalho continua em sua forma estranhada, todas as relações sociais passam para a forma de estranhamento, inclusive os processos de educação, os programas de aprendizagem, ao qual analisamos neste estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser existente, como ser processual, acompanha ele próprio os desdobramentos da sociedade, neste sentido os processos de educação de tal sociedade permitem ao ser humano apropriar-se de conceitos corretos que possibilitem uma compreensão da sociedade em que vive. É neste sentido, que indiscutivelmente, o conhecimento torna-se fundamental para a compreensão adequada da realidade, para gerar ações em uma prática que supere as deformações e lacunas resultantes das estruturas que mantêm certa sociabilidade.

Defender o conhecimento como o único capaz de transformar as relações sociais para além desta deformação humana, presente na sociabilidade capitalista seria um equívoco, porém é mediante ele que acontece a regulação das práticas sociais que poderão resultar no momento ideal para que aconteça a transformação social.

De acordo com Lukács (1979, p. 220), “a própria vida, a evolução da sociedade e da natureza são de caráter dialético e quanto mais nosso conhecimento as penetrar, quanto mais nossa evolução, objetiva progredir, mais esse caráter se desvenda a nós”. Dessa forma, é que iniciamos essa dissertação, esclarecendo mediante o conhecimento histórico o desenvolvimento processual e as múltiplas determinações que envolvem a classe trabalhadora da pomicultura de Fraiburgo SC, desde sua gênese até sua formação contemporânea.

Continua Lukács (1979) afirmando que a tendência evolutiva da divisão do trabalho tem relação com a origem das classes sociais e o desenvolvimento da produção determina o tipo de diferenciação, da função e perspectiva social das classes. A classe é aquilo que objetivamente se desenvolveu das relações concretas de produção, da estrutura da formação concreta, não significando que a consciência possa exercer uma modificação objetiva sobre o ser social da classe. Portanto, toda classe pode existir como um complexo social em uma determinada sociedade e consecutivamente existe socialmente em inter-relação prática com outras classes sociais.

A classe trabalhadora da pomicultura não é uma especificidade à parte do desenvolvimento processual da sociabilidade capitalista, mas também é parte desta totalidade social e de todo o movimento da complexificação das categorias sociais. Ao contrário, ela expressa os elementos constitutivos desta sociabilidade. As categorias analisadas por Marx em *O capital* foram fundamentais para esta compreensão, pois parte da totalidade social e busca alcançá-la em suas relações, sendo que a totalidade não se caracteriza enquanto um fato formal do pensamento.

E as categorias não são tidas como elementos de uma estrutura hierárquica e sistemática, porém “são na realidade formas de ser, determinações da existência, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes” (LUKÁCS, 1979, p. 28).

A partir da compreensão das categorias que configuram a sociabilidade capitalista é possível compreender a interlocução dos processos de educação com a intensificação da exploração da força de trabalho que decorre no estranhamento. O estranhamento entendido de acordo com Lukács como “uma distorção da existência humana” (LUKÁCS, 2010, p. 243). Salientando que este desenvolvimento processual da sociedade no capital tem como objetivo central a valorização do capital por intermédio da força de trabalho.

A compreensão da gênese histórica do município de Fraiburgo, da transição de uma economia de subsistência para a de uma economia agroindustrial, nos permitiu compreender que o tornar-se município de Fraiburgo, se faz para e pelo processo produtivo da maçã, que continua sendo a principal mercadoria que movimenta a economia do município, aproximadamente 80% da população é constituída pela classe trabalhadora da pomicultura. E mediante a contextualização histórica da classe trabalhadora da pomicultura e seu entendimento a partir das categorias econômicas elaboradas por Marx, é perceptível compreender a tendência da sociabilidade capitalista em configurar todos os espaços-temporais em que se encontram os homens e mulheres no mundo, úteis aos interesses que professa esta sociabilidade.

Tornar em sociabilidades do capital todas as regiões que tem resquícios de sistemas econômicos não baseados unicamente na propriedade privada tornou-se o objetivo central da classe capitalista. Portanto, e no caso específico de Fraiburgo SC, exemplificamos tal movimento, mas este processo intensivo de perpetuação do sistema capitalista prolifera-se por todo o mundo, mediante a exploração dos meios naturais, transformação de todo o ser humano em força de trabalho, implantação de novos elementos no processo produtivo como máquinas, organização do trabalho, processos de educação diferenciados, etc.

De acordo com Moraes (2004, p. 319),

Foi preciso, então, elaborar uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza. O discurso é claro: não basta apenas educar, é preciso assegurar o desenvolvimento de

“competências” (*transferable skills*), valor agregado a um processo que, todavia, não é o mesmo para todos.

Conforme Moraes (2004, p. 326), “no dia-a-dia a complexidade da realidade social se apresenta em termos muito deformados”, a vida do ser humano tem se limitado à vender a força de trabalho para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, neste sentido seu entendimento do mundo encontra-se limitado ao que ele percebe o que consegue capturar pelas suas percepções.

A sociabilidade capitalista, de um lado, propõe a perpetuação do “conhecimento” em todas as esferas do ser trabalhador, por outro lado, é a sociedade que acrescenta e desenvolve os mais distintos elementos inclusive a categoria do “conhecimento” para intensificar a exploração da força de trabalho.

No sentido de que a profissionalização é configurada para atender o processo produtivo de determinada região, os programas de aprendizagem, estudados nesta pesquisa, caracterizam-se como uma das estratégias de educação para o trabalho. Nesse movimento de produção e reprodução social, ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, desde as comunidades primitivas até o capitalismo contemporâneo, o jovem aprendiz se constitui um elemento estratégico no processo produtivo. Na especificidade do município de Fraiburgo, as agroindústrias configuram a força de trabalho do jovem aprendiz da maçã para atender as demandas deste processo produtivo, tem sido uma das alternativas do jovem para se tornar aprendiz e inserir-se no processo produtivo da maçã. Entretanto, limita a perspectiva profissional deste jovem a este processo produtivo.

Na configuração social do capital presencia-se uma educação que torna o ser humano força de trabalho, o trabalho se torna o centro da vida, sendo assim todas as demais esferas sociais tem como base o modelo do trabalho. O trabalho constituído de forma desigual, pois por intermédio dele apenas uma classe obtêm vantagens sobre a grande maioria da classe trabalhadora. Considerar como trabalho educativo o disponibilizado pelos programas de aprendizagem, sabendo que atendem as necessidades de um sistema que se pauta na agressão e opressão da classe trabalhadora seria assumir o discurso propagado pelos órgãos e instituições que defendem este sistema desigual. Nessa direção, torna-se necessário a negação desta forma histórica de trabalho realizando-se uma crítica profunda das categorias que sustentam essa forma específica.

A sociabilidade capitalista que prioriza a valorização do capital investe na mercadoria que lhe garantirá a melhor rentabilidade no mercado mundial. O processo produtivo da maçã no ano de 2011 completa 50 anos de atuação na região de Fraiburgo SC. As transformações sempre foram visíveis, desde as modificações nos meios de produção até no processo de trabalho, conforme os interesses do capital. Um dos elementos que se adentrou ao processo de trabalho foi a constituição do programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” como uma das possibilidades de formação técnico-profissional para desempenhar atividades no processo produtivo da maçã.

Para desenvolver a compreensão do programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”, foi perceptível e relevante o conhecimento de suas gêneses. No entanto, conhecer sua essência nos permitiu compreender que este programa de aprendizagem é mais umas das estratégias elaboradas pelo Banco Mundial aos países pobres como o Brasil, para manter estes atrelados a competitividade de mercado a nível mundial.

A vida do jovem aprendiz configura-se de acordo com as necessidades do capital, como também as suas necessidades de subsistência, pois, de um lado, recebe a formação técnico-profissional para adaptar-se ao processo produtivo e, de outro lado, recebe certo *quantum* pelo trabalho realizado que permite unicamente suprir suas necessidades. O jovem aprendiz na sociabilidade capitalista se configura como uma das estratégias adotadas por meio da intensificação da exploração de sua força de trabalho pelo capital, para produção de mercadorias.

Os discursos elaborados pelo capital afirmam que a aprendizagem oferecida pelos programas está de pleno acordo com o desenvolvimento do jovem seja físico, moral e psicológico etc. No entanto, as possibilidades postas mediante estas propostas e discursos não permitem que os jovens possam efetivá-los, pois limitam os processos educacionais de tal forma que não conseguem ir além dos parâmetros estabelecidos pelo capital.

Na sociabilidade capitalista os processos de educação ficam limitados ao processo produtivo em sua grande maioria. Basicamente a educação volta-se para contribuir com a produção e reprodução da força de trabalho. A lei de aprendizagem tem contribuído para tal objetivo limitar a formação do jovem para o trabalho, como também inserir esta força de trabalho ao “mercado de trabalho”. Já que a lei de aprendizagem permite que ao mesmo tempo em que o jovem se educa



para o trabalho também estabelece um acordo mediante o contrato de trabalho com as agroindústrias, na especificidade de Fraiburgo mediante o programa do “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”.

E assim, o “discurso se cumpre”, o trabalhador do futuro está preparado para atender a lógica de “mercado”. A percepção demonstrada por estes programas de aprendizagem é que todo o jovem tem as mesmas condições para “vencer na vida” basta ter força de vontade, ao mesmo tempo em que participa da educação por meio da escola, também recebe educação para o trabalho e futuramente ao terminar os estudos escolares tem “garantida” a possibilidade de vender sua força de trabalho.

Poderíamos afirmar que os processos de educação podem ser espaços para abrir e aprofundar as intervenções que ajudem a pensar e efetivar a transformação social, contribuindo para uma melhor compreensão dos conhecimentos elaborados ao longo do processo histórico da humanidade. Dessa forma, desenvolvendo o ser humano de sua individualidade para sua generidade. Portanto, a educação como mediação para a valorização do capital não poderia cumprir este desígnio, pois para a burguesia é necessário manter o trabalhador atrelado aos seus interesses de disseminação desse modelo de sociedade que traz vantagens apenas para o capital.

Como faz parte da sociabilidade capitalista descartar tudo o que não corresponde com a valorização do capital, a mercadoria maçã nos últimos anos não tem garantido a valorização suficiente para os empreendimentos capitalistas. Apesar de ainda ser a principal mercadoria, a maçã está aos poucos sendo substituída por outras mercadorias que movimentam o agronegócio em Fraiburgo, a soja, o pinus, o milho, etc., pomares que se localizavam mais próximos da cidade estão servindo para a especulação imobiliária, os “*packing house*” tornam-se grandes depósitos e os trabalhadores na sua grande maioria demitidos. Neste caso alguns problemas são perceptíveis o desemprego e a falta de alternativas aos jovens trabalhadores. Existe certa apreensão das famílias em que seus filhos e filhas irão futuramente vender sua força de trabalho.

Assim é necessário questionar a validade dos processos de educação elaborados e propagados por este sistema, pois a educação que atende a formação técnico-profissional, para o processo produtivo de determinada mercadoria se limita a tal processo produtivo e quando este entra em crise, a situação do trabalhador se altera e o obriga em muitos casos buscar outra forma de tornar sua força de trabalho útil.

Diante dessa alteração na configuração do processo produtivo da maçã, como conceber o programa de aprendizagem “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista” que se propaga como um dos meios para formar e inserir o jovem aprendiz exclusivamente para esta atividade produtiva, como proposta de educação pelo trabalho? Já que esta atividade econômica apesar de ainda ser a central, está aos poucos sendo substituída por outras, pelas agroindústrias que exploram a força de trabalho na região de Fraiburgo.

Sabendo que a conjuntura na região do município de Fraiburgo apresenta-se em processo de transformação para outros ramos de produção que não a produção de maçã, qual a validade do curso de aprendizagem do programa “Cultivo Da Macieira - Jovem Aprendiz Cotista”, para este jovem aprendiz que se encontra sem muitas perspectivas de produzir a vida? Já que esta é uma formação técnico-profissional específica para a produção de maçã.

Deste modo, levando em consideração as características dos processos de educação na sociabilidade capitalista estudadas aqui, que priorizam apenas o interesse da classe capitalista, o projeto de aprendizagem atende somente tais interesses, neste momento de transformações econômicas a classe trabalhadora e seus filhos tendem à recorrer a outra formação técnico-profissional que possibilite adentrar novamente em um processo produtivo que permita a venda de sua força de trabalho ou até mesmo recorrer à criminalidade, por não possuir outras expectativas de produzir a existência.

Portanto, de um lado, encontramos o agronegócio configurando um processo de educação para o trabalho, por meio do programa de aprendizagem, com característica alheias ao ser humano, porque se baseia no trabalho abstrato e de outro lado, uma juventude trabalhadora, apreensiva na busca por alternativas que possibilite a formação técnico-profissional de sua força de trabalho.

Sendo assim seria necessário dar continuidade a este estudo desvelando os processos de educação e sua relação com o processo produtivo, elaborando uma compreensão de que nesta sociabilidade é inconcebível uma transformação social, realizada por intermédio das reformas propostas pelas políticas educacionais elaboradas por este próprio sistema, pois cada vez mais torna o ser humano atrelado ao “reino da necessidade” sem perspectiva de transpor para o “reino da liberdade”, pois a produção material é central para a classe capitalista que vive do trabalho de outrem.

Como afirma Lukács (1978, p. 85): “[...] o ser é um processo, o da natureza histórica do ser de qualquer formação econômica e,

portanto, também do capitalismo”, neste contexto é que desenvolvemos nossa análise entendendo que o fenômeno é uma historicidade concreta e perceptível de analisá-lo. Portanto, a proposta deste estudo foi explicitar como o desenvolvimento histórico processual pelo qual passa toda a sociedade entendida como ser social é irreversível e também objetivo, e não uma mera abstração. E que o conhecimento adequado da historicidade que compõe este ser da sociedade, permite transformações significativas na sociabilidade, não apenas para uma classe, trabalhadora ou capitalista, mas para a humanidade.



## REFERÊNCIAS

AZZI Diego, BOCK Renato. Banco Mundial em foco: A concepção do Banco Mundial sobre desenvolvimento e educação, Camilla Croso Silva (Org.). São Paulo: Ação Educativa. 1996.

BANCO MUNDIAL. *Conhecimento e inovação para a competitividade / Banco Mundial*. Tradução, Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2008.

BITTENCOURT, Cardoso Cleiton, MATTEI, Francisco Lauro. *Panorama da Cadeia da Maçã no Estado de Santa Catarina: Algumas Evidências no Segmento da Produção*. In: II Encontro de Economia Catarinense. Artigos Científicos. Área Temática: Economia Rural e Agricultura Familiar. Chapecó SC: 2008.

BRANDT, Marlon. *A Criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (Safra) e o início da Pomicultura em Fraiburgo – SC, na década de 1960*. In: Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, nº 01, Junho de 2005.

BRAGA, Ayala Liberato, ALMEIDA Katia de, BITTENCOURT Cleiton Cardoso. *Panorama da cadeia da maçã no estado de Santa Catarina: uma abordagem a partir dos segmentos da produção e de Packing House*. XIII SemeAd Seminário em Administração, USP: Universidade de São Paulo, setembro de 2010.

BURKE, Thomas J. *Fraiburgo Do Machado ao Computador*. Gráfica vicentina LTDA, 1994.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

CUNNINGHAM, Wendy, Coord. *Jovens em situação de Risco no Brasil*. Relatório no. 32310-BR Banco Mundial, Volume I, Brasília, Junho de 2007.

ECP. *Sobre a ECP – Endurance Cepartners*. Disponível em <http://www.endurancepartners.com.br> acessado em 2 de fevereiro de 2011.

- EMERIQUE, LUCAS P. *O desenvolvimento do setor madeireiro no Sul do Brasil.*, Dissertação de Mestrado, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano. Florianópolis: UFSC, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil.* São Paulo: Difel, 1974.
- FREY, Willy. *Fraiburgo Berço da Maçã.* 4ª edição, Curitiba PR: Sépia Editora e gráfica, 2004.
- FREY, Willy. *Lá nos frai.* Curitiba PR: Sépia Editora e gráfica, 1ª edição, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* 20ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. *Das araucárias às madeiras: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina.* Florianópolis: Insular, 2005.
- KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. *Natureza corrigida: Uma história ambiental dos pomares de madeira no sul do Brasil (1960-1990).* Tese de Doutorado em História, UFSC. Florianópolis: 2007
- KLEIN, Lígia R. *O Embate Pelas Leis Fabris do Século XIX e a Definição das Idades do Trabalho: Um Estudo Sobre a Constituição das Noções de Infância e Adolescência.* Monografia em Direito, UFPR. Curitiba: 2009.
- KREUZ Carlos Leomar, SOUZA Alceu, STADLER Humberto e CUNHA Sieglinde K. *Cadeia produtiva da maçã. Estratégias Competitivas em Agronegócios: O Caso da Maçã no Brasil.* Revista Eletrônica Administradores sem Fronteiras, Número 02, 2005.
- KOSIK, Karel. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: KOSIK, Karel. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JANTSCH, Ari Paulo. *Os conceitos no ato teórico-metodológico do labor científico*. In: A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciências e pesquisa / Lucídio Bianchetti, Paulo Meksenas (Orgs.). Campinas SP: Papirus 2008.

LOPES, Gentila Porto. *Glória dos Pioneiros Vale do Rio do Peixe – SC*. Curitiba PR: Editora Literotécnica. 1984, 1ª edição.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960)*. Espaço Plural. Ano IX, Nº 18, 1º Semestre 2008, ISSN 1518-4196, p. 09-17

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Existencialismo ou marxismo?* Tradução José Carlos Bruni. São Paulo, Livraria e Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social. Os princípios fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

LUKÁCS, G.. **Ontologia do ser social: a reprodução**. A partir do texto *La riproduzione*, segundo capítulo de *Per una Ontologia dell 'Essere Sociale*. Tradução de Sergio Lessa Filho. Universidade Federal de Alagoas (1990), Roma: Riunit, 1981.

LUKÁCS, G.. **Ontologia do ser social: o trabalho**. A partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell 'Essere Sociale*. Tradução de Ivo Tonet. Universidade Federal de Alagoas, (1984). Roma: Riunit, 1981.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LURIA, Alexandr R. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MANACORDA, M. A. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo, Cortez, 1989.

MANACORDA, M. A. *Marx e a Pedagogia. Moderna*. Campinas/SP: Alinea, 2007.

MARTINS, Juliana Aparecida Cruz Martins. *A formação da Classe Trabalhadora no Município de Fraiburgo SC*. Pesquisa apresentada ao FAP Fundo de Apoio e Pesquisa. UNC – Universidade do Contestado, Caçador: 2007.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, **Livro I**. 13<sup>o</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* IN: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo : Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, tomo 2, São Paulo : Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Introdução. IN: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.

MEDEIROS, J. L. A crítica de pressupostos como pressuposto da crítica: em defesa da “crítica ontológica. IN: MEDEIROS, J. L. A



*economia diante do horror econômico. Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica.* (Tese de doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2005.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). *Manual da Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz.* 7. ed. rev. e ampliada. Brasília: Assessoria de Comunicação do Mte, 2011. 84 p. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31190C1601311F8633B62F14/manual-aprendizagem-MTE-web2.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). *Sobre o programa de aprendizagem.* Disponível em [http://portal.mte.gov.br/politicas\\_juventude/apresentacao-2.htm](http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao-2.htm) acessado em 08 de fevereiro de 2011.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. “*A teoria tem consequências*”: *Indagações sobre o conhecimento no campo da educação.* Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009.

MORAES, M.C.M. *Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação.* Revista Portuguesa de Educação, Lisboa, v. 14, n° 1, p. 7-25, 2001.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Proposições acerca da produção de conhecimento e políticas de formação docente.* In: Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Recuo da teoria.* In: Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente / Maria Célia Marcondes de Moraes (Org.). Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Indagações sobre o conhecimento no campo da educação.* Texto base para o mini-curso

*Indagações sobre o conhecimento no campo da educação*, GT 17, 30ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 7 a 11 de outubro de 2007.

NEVES, N.; PRONKO, M. A. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NOTÍCIA NA INTEGRA. *Sobre programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”* [www.fecoagro.coop.br](http://www.fecoagro.coop.br) acessado em 27 de abril 2010.

PEREIRA, Laércio Barbosa, SIMIONI, Flávio José e CARIO, Sílvio Antonio Ferraz. *Evolução da produção de maçã em Santa Catarina: novas estratégias em busca de maior competitividade*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 209-234, ago. 2010

PEREIRA, Laércio B. SIMIONI Flávio J. *Cadeia produtiva da maçã*. Estudos da economia de Santa Catarina. Florianópolis: 2005.

POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. Cadernos do CEOM (Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste), Chapecó, n. 7, p. 73-110, 1991.

RENAR S.A. *Renar. Apresentação*: Renar S/A. Disponível em [http://www.renar.agr.br/RI/Arquivos/Apres\\_Renar22Dez2010.pdf](http://www.renar.agr.br/RI/Arquivos/Apres_Renar22Dez2010.pdf). Acessado em 2 de fevereiro de 2011.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 19 Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROSENFELD, Marina. *Cartilha para ONGs: Como Elaborar um Programa de Aprendizagem a partir da Lei 10.097*. Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA - “Pe. Bello”) e Banco JPMorgan. Disponível em [www.conexaoaprendiz.org.br](http://www.conexaoaprendiz.org.br). Acessado em 24 de março de 2010.

RUGIU, A. *Nostalgia do Mestre artesão*. Campinas (SP): autores associados, 1998.

SENAR SANTA CATARINA. *Programa de aprendizagem Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista*. Fraiburgo – SC – 2009 / 2010.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. [www.senar.com.br](http://www.senar.com.br) acessado em 24 de março de 2010.

VALENTINI, Delmir José. *Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado*. 2ª Edição, Caçador (SC): Universidade do Contestado – UnC, 2000.

VALENTINI, Delmir José. *Atividade da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na Região do Contestado: 1906-1916*. Tese (Doutorado em História), Fac. Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre: 2009.

TORRIGLIA, Patrícia Laura e CHAGAS, Lilane de Moura. *Atividade como agir humano intencional: algumas reflexões a partir de Gyorgy Lukács e Alieksei Leontiev*. IN: TUMOLO, Paulo e BATISTA, Roberto Leme. Trabalho, economia e Educação: perspectivas do Capitalismo Global; Maringá: Praxis; Masoni, 2008.

TORRIGLIA, Patrícia Laura. *Reflexões sobre o trabalho e a reprodução social. Primeiras aproximações em relação ao complexo educativo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Brasil, 1999.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação*. **Educação & Sociedade**, Campinas - SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.  
([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01013302003000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013302003000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt))

WOOD, Ellen Meiksins, FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editores, 1999.